

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSÓFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**THALES MONTEIRO E VIEIRA**

**NEM JUNTO, NEM MISTURADO: UMA ETNOGRAFIA SOBRE PAZ E  
PROXIMIDADE NA UPP NOVA BRASÍLIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO**

**NITERÓI – 2014**

THALES MONTEIRO E VIEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Antropologia.  
Orientador: Antônio Carlos Rafael Barbosa

RIO DE JANEIRO – 2014

Vieira, Thales Monteiro e  
Nem junto, nem misturado: uma etnografia sobre paz e proximidade  
na upp nova Brasília no complexo do alemão./ Thales Monteiro e  
Vieira – Niterói, 2014.  
(115) f.  
Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Rafael Barbosa  
Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências  
Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.  
1. UPP. 2. UPP 3. Proximidade, Pacificação 4. Nova Brasília, 5.  
Complexo do Alemão.

THALES MONTEIRO E VIEIRA

NEM JUNTO, NEM MISTURADO: UMA ETNOGRAFIA SOBRE PAZ E  
PROXIMIDADE NA UPP NOVA BRASÍLIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA/UFF

**Aprovado** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Orientador – Dr. Antônio Carlos Rafael Barbosa (Dr. UFF)

---

Prof. Dr. Marcelo Bauman Burgos (PUC-Rio)

---

Prof. Dr. Lenin Pires (UFF)

## Sumário

Introdução Complexo do Alemão: campo e afetação.....	7
27 anos contrariando as estatísticas.....	7
A Escada do Capão .....	10
Meu nome é favela .....	11
Sobre afetação .....	19
Sobre história e sangue.....	23
A UPP Nova Brasília.....	30
Capítulo I A paz como esperança .....	34
A paz como um processo .....	35
Sobre paz e conflito: o Estado retoma o território, ou não? .....	36
O mandato policial no discurso e na prática.....	41
Rambo x Smurfs .....	49
Capítulo 2 Polícia Comunitária ou Polícia de Proximidade? .....	56
O Comandante .....	64
Donos do morro .....	65
Feijoada de sexta.....	66
O que é dito.....	69
O Programa de Proximidade .....	71
Até caveira sobe morro sem farda.....	73
O Baile da Proximidade .....	74
Toda ação gera reação .....	77
Aqui “dá ruim” todo dia .....	79
A radicalização da proximidade .....	81
Capítulo 3 A paz pelo social.....	83
Os projetos da Nova Brasília .....	86
Craques do Futuro.....	88
Winner na comunidade.....	90

Lutando pela Esperança .....	91
Ginástica para todas.....	93
Berimbau pede paz .....	94
Escala diferenciada.....	95
“Vai ensinar ‘ganso’ a bater na gente?” .....	97
A marca da proximidade .....	98
O fim do “Programa de Proximidade” na Nova Brasília.....	99
Considerações finais.....	101
Referências Bibliográfica .....	106
Anexo I – Questionário comandante .....	113

## Introdução

### Complexo do Alemão: campo e afetação

#### 27 anos contrariando as estatísticas<sup>1</sup>

*Vem pra cá fechar então! Eu já falei para você*

*Só bandido boladão*

*No Morro da Providência*

*No Complexo do Alemão*

*Oh, Orlando Jogador*

*Não me esqueço de você*

*O Complexo do Alemão têm saudades de Você*

*Mc Sabrina*

Começava a década de 90, morava com meus pais e irmão no Beco do Bicheiro<sup>2</sup>, primeira rua à direita da principal entrada da favela da Nova Brasília, cuja via tem o mesmo nome. Uma casa espaçosa com dois andares e em ótima localização dentro da favela, perto de um dos principais pontos comerciais do Complexo do Alemão e na parte baixa.

Na época o Complexo do Alemão começava a dar sinais que se tornaria em pouco tempo um lugar violento. Quem tinha o domínio do tráfico de toda região era Orlando da Conceição Filho, o Orlando Jogador. Criado no Engenho da Rainha, o ex-

---

<sup>1</sup> Referência a música “Capítulo 4, Versículo 3” do grupo de rap Racionais Mc’s de 1997, pertencente ao célebre álbum *Sobrevivendo no Inferno*. Segue o trecho “Se eu fosse aquele cara, que se humilha no sinal/ Por menos de um real, minha chance era pouca/ Mas se eu fosse aquele muleque de touca/ Que engatilha e enfia o cano dentro da sua boca/ De quebrada, sem roupa, você e sua mina/ Um dois, nem me viu... já sumi na neblina/ Mas não... permaneço vivo, prossigo a mística/ Vinte e sete anos contrariando a estatística...”

<sup>2</sup> O nome é referência a apontadores do jogo do bicho que ficavam sentados na esquina do beco. Sobre jogo do bicho ver (DAMATTA e SOÁREZ 1999).

soldado da quadrilha de Amarílio da Glória Venâncio, o China, derrubou o chefe e assumiu, em 1990, o controle do Morro do Alemão. Alguns dizem ser Orlando o “último romântico” dos bandidos. Carismático e querido, o jogador arrendou diversas “bocas de fumo” (pontos de venda de drogas) em toda zona da Leopoldina.

A opção por expandir o tráfico de drogas na região trouxe consigo a necessidade de armamentos mais pesados e de um exército mais preparado e maior para a proteção pessoal do Jogador e dos negócios na região.

Há pouquíssimos relatos escritos<sup>3</sup> sobre essa época, as informações que trago são relatos e impressões de antigos moradores, entre eles meus familiares. É uma unanimidade entre os antigos moradores afirmar que o “Complexo” era um antes do traficante e outro após a morte dele, não só pela reconfiguração que seu assassinato trouxe ao comércio de drogas na cidade, mas pelo o que ele representava, enquanto bandido atento às questões sociais da favela.



Figura 1 - Orlando Jogador. Fonte Jornal Extra

---

<sup>3</sup> Há uma matéria do portal Terra que conta muito resumidamente um pouco dessa história, a ausência de fontes põem em cheque a confiabilidade da reportagem, porém, me parece fiável. Link: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/guerras-traicoes-e-mortes-marcam-historia-do-complexo-do-alemao.76dc58cdd459a310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Ver ainda o livro do jornalista Caco Barcelos intitulado “Abusado”

O ritmo de expansão das “bocas” pelo traficante, conseqüentemente trouxe tiroteios e mortes para o Complexo do Alemão. A memória dos moradores remonta a uma época em que se intensificou a violência na região e os armamentos pesados começaram a fazer parte da rotina dos moradores.

Nessa toada, em um final de semana de sol em 1991, um tiroteio de grandes proporções eclodiu na parte baixa da favela Nova Brasília, justamente no “Beco do Bicheiro”, em frente a minha residência. A casa foi atingida por diversos projéteis, meu irmão com oito anos de idade e eu com quatro tivemos diarreia ininterrupta por três dias consecutivos, tamanha a tensão com o episódio.

A partir daí meus pais tomaram a decisão, antevendo um futuro ainda mais violento, que precisavam sair urgentemente da região, apesar do grande número de familiares e da rede de relações que tínhamos lá. Assim, fomos morar em outra favela, a Fernão Cardim<sup>4</sup> no bairro de Pilares, também Zona Norte da cidade.

Esse relato sobre minha saída do Complexo do Alemão é importante para dar conta de que os moradores trazem consigo uma memória muito marcante da violência que assola a região há mais de 20 anos. Em um esforço de abstração tento imaginar o que seria de mim se fosse efetivamente criado na favela, sendo um jovem negro da geração que tornou aquele território como o mais temido da cidade.

As estatísticas apontam que seria eu um potencial jovem morto ou preso, tendo saído com apenas quatro anos de idade da Nova Brasília tenho em mim a memória da violência endêmica que a guerra às/das drogas trouxeram para a região. Hoje, com vinte e sete anos, olho para trás e lembro das estórias e dos fatos que me motivaram a voltar e trabalhar e fazer meu campo no Complexo do Alemão, um certo acertar de contas com um passado, um agradecimento por estar vivo.

---

<sup>4</sup> Conjunto Residencial Fernão Cardin é o nome oficial da favela pelo Sistema de Assentamento de Baixa Renda. De acordo com o Censo de 2010 tem 2416 moradores espalhados em 775 domicílios.

## A Escada do Capão<sup>5</sup>

Início de 2013, pelo calor que fazia era provavelmente janeiro ou fevereiro, chego em casa cansado de um dia de intensas caminhadas e sobe e desce de escadas que parecem não ter fim. Era mais um exaustivo dia de trabalho de campo na favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, com a dupla de função de gestor do programa UPP Social da Prefeitura do Rio de Janeiro e realizando minha pesquisa para desenvolvimento da dissertação de mestrado.

Ao chegar, como de costume, tomo um café e converso com minha mãe sobre meu dia de trabalho, ela, paraibana, nascida em 1958, chegou ao Rio de Janeiro vinda da Paraíba<sup>6</sup> em 1961 junto com seus 7 irmãos, mais quatro ainda estariam por vir, e foi morar no alto da favela da Nova Brasília, em localidade conhecida como Capão. Durante o papo descontraído reclamei do tamanho da escada que liga a parte baixa da favela, na Praça do Terço até uma outra localidade, chamada de Alvorada, na qual tive que subir por duas vezes, e ainda que os degraus eram desnivelados e não tinha nenhuma espécie de descanso, e que isso era provavelmente o motivo daquele cansaço. Em tom resignado, fui interpelado pela minha mãe com a frase que nunca saiu da minha cabeça, “se você soubesse o esforço que foi para construir aquela escada não reclamaria de ter que subi-la, e sim, agradeceria por ela existir”. Curioso, pedi que ela me relatasse um pouco da história daquela escada, que por fim, se revelou cheia de afetos e lutas.

A subida era bastante íngreme, a ocupação, embora recente, já era vasta, o que fazia com que os caminhos fossem tortuosos. Deste modo, era necessária uma verdadeira mobilização para que, ao invés de terra batida e mato, fosse construída ali uma escada para possibilitar o acesso dos moradores das partes mais altas do morro à parte mais baixa e vice-versa. Os papéis eram bem definidos na estratégia de construção da escada, os homens eram os responsáveis pela parte física, por literalmente botar a mão na massa, entre eles meu avô, Antônio Monteiro, conhecido pela rigidez na educação das filhas e por dedos e mão grossas. As mulheres tinham a responsabilidade da alimentação, faziam as refeições para os “guerreiros” da construção e as crianças, tal

---

<sup>5</sup> O Capão é uma sub localidade não reconhecida pela Prefeitura do Rio, porém difundida entre os moradores. Não há consenso sobre a origem do nome.

<sup>6</sup> Natural da cidade de Areia, interior da Paraíba, no nordeste do Brasil.

qual minha mãe, iam nas casas recolher dinheiro (prática conhecida como “vaquinha”) e mobilizar outras pessoas para ajudar no trabalho pesado.

A ausência de serviços públicos gerava em contrapartida um sentimento de solidariedade comunitária, que visava facilitar o dia a dia já pesado dos que ali residiam, o crescimento do local significava melhoria na qualidade de vida de todos. As dificuldades davam a tônica, os momentos de superação delas era rituais festivos que povoavam e brilhavam os olhos de minha mãe ao lembrá-los.

Meu pai, potiguar<sup>7</sup> de nascença, foi criado e morou a maior parte da vida na parte baixa da Nova Brasília, no início da escadaria, minha mãe como já disse, era da parte alta, da Alvorada. A escada que os separava era na verdade a escada os uniu: era onde paqueravam, encontravam-se e foi onde tudo começou. Essa mesma escada da qual eu reclamava para subir, que bom que meu pai não se importou em subi-la.

A solidariedade dos moradores empenhados em melhorar a própria vida e a de todos que moravam ali escondia e ao mesmo tempo denunciava um pouco da relação entre Estado e favela, relação essa que possuiu ao longo da história diferentes facetas, mas que sempre é marcada por tensão, opressão e descaso.

Este é um ponto importante para a argumentação que pretendo fazer aqui. Para refletirmos sobre a chegada e recepção de políticas públicas em áreas favelizadas, temos que pensar qual histórico de atuação do Estado nesses territórios. Diversos autores já trabalharam com esse tema e descreveram alguns elementos presentes na atuação estatal nas favelas (Valladares, 1978; Perlman, 1977; Burgos, 1998; Leeds & Leeds, 1978, entre outros), evidenciando as representações que regeram e regem as políticas públicas nessas áreas da cidade. Vejamos, em seguida, alguns pontos relevantes desta história.

## **Meu nome é favela**

A princípio a favela foi vista como um problema sanitário grave – lugar de concentração de patologias e foco de contágio - que precisava ser extirpada do

---

<sup>7</sup> Quem nasce no Rio Grande do Norte, nordeste do Brasil

cenário urbano carioca, conforme aparece no “Código de Obras da cidade, de 1937. Nele se vê registrado com precisão, a situação marginal das favelas: por serem consideradas uma “aberração” não podem constar do mapa oficial da cidade; por isso, o código propõe sua eliminação, pelo que também tornava proibida a construção de novas moradias, assim como a melhoria das existentes” (Burgos, 2003). Mesmo as ações que projetavam a construção de moradias populares eram marcadas por esta forma de perceber a favela. Como ressalta Burgos:

*Assim é que a descoberta do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade, o que explica o sentido do programa de construção dos parques proletários, que tem por finalidade, acima de tudo, resolver o problema das condições insalubres das franjas do centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana. (1998)*

Burgos aponta que essa experiência dos parques proletários não deve ser encarada pela ótica do acesso e garantia de direitos sociais, pelo contrário, “...pré-cidadãos, os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória – eis a representação que emoldura a experiência dos parques proletários” (Burgos, 2003).

Para o Estado, o efeito perverso da experiência dos parques proletários foi colocá-los em contato com essa massa de pré-cidadãos, dando então subsídios para o embrião da organização popular através da luta por moradia. Era natural e evidente que esse caráter pedagogicamente civilizatório, somado às péssimas condições de moradia, não faziam dos parques proletários locais atraentes para os moradores das favelas, é bom lembrar que essa nova moradia era tida com caráter provisório o que também explica as péssimas instalações e a indisposição dos moradores a se deslocarem para lá (além da distância desses assentamentos em relação ao centro da cidade).

Ainda em 1945, as comissões de moradores, inicialmente no morro do Pavão-pavãozinho e pouco depois no Cantagalo e na Babilônia, foram criadas para se opor aos planos de remoção de todos os moradores para os parques proletários (Fortuna & Fortuna, 1974:103).

Deste modo, apesar de sua grande contribuição econômica, política e cultural para a cidade do Rio de Janeiro, as favelas são, desde seu surgimento na passagem para o século XX, percebidas como espaços indesejáveis à cidade. Se, por um lado, as favelas deixaram de se constituir em um problema sanitário, moral e político, como vigorava respectivamente nos anos 40, 50 e 60, por outro, aparecem hoje com frequência na mídia como a “caixa-preta” da política de segurança pública, foco transmissor da violência e da criminalidade na cidade. (BURGOS, 2003)

O importante é perceber nesta breve menção da organização popular em áreas de favela em seus primórdios é que ela nasce justamente em contraposição às políticas autoritárias por parte do Estado, o que faz com que historicamente a relação que se constitui do Estado com essas organizações é, sobretudo, uma relação tensionada de pressão e reação. Se nos anos 40, 50 e 60 o problema era sanitário, moral e político e hoje é de segurança e ordenamento, a relação continua tensionada e no limite. As representações sobre a favelas são múltiplas nos dias de hoje, porém esse “problema-favela” permanece e as soluções se mantêm arbitrárias, gerando esse poder de reação e de organização popular.

Devemos considerar que nas favelas do Rio, a incorporação gradual à cidade ocorre, sobretudo, através da articulação de suas associações locais com máquinas clientelísticas, criadas para canalizar a participação política desse novo eleitorado urbano, situação que foi muito favorecida com a interdição dos direitos políticos do Partido Comunista Brasileiro, em 1947, que buscava, então, difundir junto aos novos seres urbanos uma cultura política de esquerda, baseada na autonomia organizacional e na luta pelos direitos sociais (Bonduki, 1998). Na falta de comunicação com a esquerda, o modelo clientelista transforma-se na única alternativa política disponível aos novos segmentos urbanos. Cria-se, assim, uma máquina relativamente eficiente na gestão de demandas por equipamentos urbanos, que tem como contrapartida o amesquinamento da formação de uma cultura cívica mais democrática.

Parece plausível pensar, portanto, que a história das favelas, especialmente no Rio de Janeiro, tem se pautado pela permanente tensão entre duas forças sociais: de um lado, o movimento voltado para a expulsão dos pobres promovido pelas elites que, às vezes de forma mais aberta, às vezes de modo mais sublimado, está presente desde sempre na relação que a cidade estabeleceu com a favela. De outro, o movimento de resistência dos moradores das favelas, que apesar de ter animado todo um processo de organização coletiva, encontrou sua forma mais eficiente em uma acomodação até certo ponto confortável para as partes, na qual foi possível trocar a permanência nas favelas – muitas delas em áreas valorizadas da cidade – pela submissão parcial ou completa ao controle social e político exercido a partir do Estado, e operacionalizado através do uso permanente do aparato policial e de engrenagens de captura de sua participação política.

A consolidação das favelas cariocas – especialmente as situadas na zona central e nas áreas residenciais mais valorizadas da cidade – anima o surgimento de uma segregação urbana, que reúne proximidade física e distância social, e que transfere para o plano das representações sociais o fardo de separar culturalmente grupos distintos mas vizinhos territorialmente. Daí resulta uma espécie de obsessão local pelo tema da favela, e uma preocupação permanente com o controle social e político de sua população. Evidência disso é a impressionante resistência em admitir o novo ator coletivo constituído a partir da favela. Especialmente a partir dos anos de 1940, a vida associativa da favela passa a ser fortemente monitorada e controlada, tanto pelo poder público quanto pela Igreja Católica, impedindo que prosperasse nela o elemento cívico contido no processo de afirmação coletiva que ganharia força com a resistência às tentativas de remoção e a luta por equipamentos coletivos. Em seu lugar, como prática oficialmente estimulada pelo Estado, prevalece a cultura das trocas assimétricas de tipo clientelista (BURGOS, 1998).

Não por acaso, tem sido uma preocupação central da antropologia da favela separar as condições objetivas do cotidiano desses territórios das representações a seu respeito. Um esforço importante nessa direção foi realizado pela equipe liderada por Luiz Antonio Machado (2008), que chegou a conclusão de que a adesão à “sociabilidade violenta se caracteriza antes como submissão que como subordinação”, e que “as populações mais diretamente afetadas [pela sociabilidade violenta] continuam a viver uma vida normal”, porém à custa de uma enorme atenção e um diuturno esforço adicional destinado a garantir a continuidade das rotinas permanentemente

ameaçadas...” (p.45). Ou seja, não é verdade que a convivência com grupos armados que desafiam o monopólio da violência legítima do Estado, ditando e sancionando regras no interior dos territórios, produza uma espécie de cultura da violência que, no limite, forjaria uma subjetividade violenta. E é exatamente pela forte tendência do senso comum de operar com tal percepção que a observação de Machado se torna fundamental.

Como lugar de exceção, a favela pode ser pensada como o habitat do Homo Sacer (AGAMBEM, 2003) uma figura de análise que se assenta em uma reflexão da “vida matável”, a “vida nua” que não merece ser vivida, que se localiza sempre numa zona de indiferenciação, fora do espaço jurídico e, ao mesmo tempo, enquadrado nele.

Construídas em um ambiente em que a universalização do valor igualdade não atingia as margens da cidade - do que é evidência a longa prática de abordagens policiais arbitrárias e violentas nesses territórios -, as favelas e seus moradores ganham novos poderes com a democracia de 1988. A lógica emancipacionista instaurada em 88 prometia incorporar os favelados à cidade. Sua vida associativa se renova, sua articulação com os partidos se tornam menos assimétricas, e o poder público se vê diante de uma enorme agenda de investimentos orientada para a sua inclusão.

De certo modo, foi esse ambiente que gerou a formatação de diversos programas orientados para a ampliação do acesso aos direitos sociais dos moradores das favelas, incluindo a abertura de creches, escolas, postos de saúde, acesso à água encanada, energia elétrica, implantação de redes de esgoto etc. É nesse contexto – primeira metade dos anos de 1990 - que o programa “Favela-Bairro” é concebido. Tendo por objetivo principal valorizar o investimento já feito pelos moradores na urbanização dos territórios, o programa pretendia “completá-la”, incorporando esses territórios à cidade, através do saneamento, arruamento, qualificação de seus espaços coletivos, regularização fundiária, valorizando com isso sua acessibilidade e sua qualidade de vida.

Em seu formato original, a seleção das favelas a serem contempladas pelo Favela-Bairro deveria respeitar a um critério técnico, um índice de urbanização que permitia identificar como favelas prioritárias aquelas que já estavam mais consolidadas e onde, portanto, o trabalho de completar a urbanização seria relativamente menor. Essa orientação técnica sinalizava para um procedimento que se pretendia imune aos arranjos

clientelistas, servindo como horizonte para a definição de uma cidade que via na favela e em seus moradores uma parte fundamental de sua própria história, que merecia e precisava ser reconhecida e valorizada. Em seus primeiros dez anos de existência, o Favela-Bairro alcança enorme êxito político, convertendo-se em um programa modelo para outros países, e servindo como referência para o debate político no Rio de Janeiro, embora não imune à críticas. Como ressalta Freire:

(...) apesar de sua grande visibilidade, o Programa Favela-Bairro não é imune a críticas. As maiores críticas têm sido em relação aos seus fracos reflexos no que refere aos indicadores de educação e renda das populações atendidas, assim como ao fato de ser implantado de modo desigual nas localidades. Além disso, se, por um lado, o programa não visa intervir na organização política das favelas, por outro, a participação comunitária é um ponto ainda problemático, ocorrendo de forma instrumentalizada, já que os moradores permanecem excluídos do processo de elaboração do plano de intervenção em sua localidade.

Ao lembrar esta iniciativa, mais uma vez aparecem os problemas da relação Estado e favela. Tais problemas podem ser distribuídos em três campos: a) a representação sobre as favelas como um lugar violento e conseqüentemente os processos de marginalização de seus moradores; b) as políticas públicas formuladas em gabinete sem participação popular; c) o clientelismo e a cooptação dos atores representantes da favela por parte dos atores estatais, como forma de controle social daquele espaço.

Sobre esse último ponto gostaria de desenvolver algumas considerações. A primeira acolhida que tive no Complexo do Alemão foi das associações de moradores locais, especialmente no Morro do Adeus e na localidade conhecida como Pedra do Sapo. Ali já entendia um pouco dos tons presentes nos territórios. A associação de moradores ainda tem papel central na organização comunitária local e na sistematização das demandas, e estão imbuídas de um performático jogo de poder entre a comunidade na qual é representante e as alianças necessárias para a sustentabilidade no poder.

Como se precisasse acender velas a Deus e ao Diabo, as associações de moradores ficam nas fronteiras e margens de atuação entre políticos, polícia, comunidade e a própria manutenção no poder. A recém empossada presidente da associação de moradores do Morro do Adeus, em 2012, disse-me que necessitava se aliar a um político urgentemente para trazer melhorias para a comunidade, que assim os moradores a respeitariam mais e ela ficaria menos dependente de favores da UPP. Sobre a UPP dissertarei mais a fundo no segundo capítulo, mas sobre esse limiar de esferas discorrerei agora.

Allen Feldman em seus estudos sobre a violência traz importante contribuição teórica ao debate de acesso a direitos e grupos e atores em seus corpos. Essa discussão de Feldman introduz importante conceituação à passagem histórica que ocorre com os movimentos associativistas nas favelas cariocas. Para ele a composição dos atores na performatividade se alteram no mapa oficial de fluxos. Ao colocar o corpo como lugar central na análise etnográfica, Feldman (1991) nos faz pensar sobre as margens, sobre esses mesmos corpos em modificação. A luta se constrói nas margens e os atores se compõem e se alteram tendo o corpo como resistência fugidia da previsibilidade.

Essa atuação na margem, na fronteira, dá o tom inclusive da relação entre as associações de moradores e nós, etnógrafos. Buscar como as margens se encaixam em uma sequencia lógica de acontecimentos certamente é uma postura equivocada. Tentar entender os momentos e sentidos do acendimento de velas é reduzir a complexidade e multiplicidade de ações que o campo oferece e que um ator tão central na organização das favelas cariocas produz.

Como ressaltai anteriormente, um fator importante nessa mudança foi o caminho que a própria democracia no Brasil tomou durante a segunda metade do século XX, passando pelo processo de ditadura militar e depois pela redemocratização e pela constituição cidadã de 1988. Não é possível imaginar que o movimento comunitário não sofreria intervenções no estado de exceção instaurado no Brasil. De acordo com Freire:

Com o golpe militar de 1964, houve o enfraquecimento do papel político das favelas. Perdendo seu poder de barganha, muitas de suas entidades representativas foram capturadas pelo Estado,

transformando-se em instrumentos de cooptação e controle dos moradores.

Há nesse momento um congelamento no ritmo de expansão das associações de moradores e o efeito mais perverso da ditadura foi a inversão da lógica das associações, que deixariam de ser representante dos moradores junto ao Estado e passa a ser representante do Estado junto aos moradores (cf. Freire, 2011, p. 201)

A partir de 1988, com a redemocratização, as associações voltam a ter um papel político importante na organização comunitária, porém em muitos casos mais como massa eleitoral, voltando a política assistencialista, do que como organizadora de uma favela na busca por direitos e cidadania plena. As associações tornam-se nesse momento mini-prefeituras atuando de forma ativa nos programas de urbanização e políticas de Estado para as favelas, sendo esse canal do Estado para a favela. Esse papel assumido pela associação de moradores é resultado da dificuldade de entendimento de tais territórios por parte do Estado, o que aponta para a necessidade de um interlocutor capaz de fazer o caminho de entrada e intervenção nessas favelas.

Nesse sentido, Judith Butler traz importante contribuição no que concerne aos problemas envolvidos na organização comunitária local e sua relação com o Estado, principalmente ao considerarmos uma pergunta que permeia sua análise e é o que deve estar presente na formação e conformação da vida política local: Como construir o “nós”? Virar a chave para coletividade passa necessariamente pelo reconhecimento do que é legítimo, por exemplo, que tipo de dor reconhecemos como legítima. A construção da coletividade nas favelas perpassa diversas dimensões entre afetos diferenciados, corpos invisibilizados e, antes de tudo, o reconhecimento no diferente como um espaço de possível construção afetiva de luta.

Por sua vez, a pensadora indiana SPIVAK, em seus estudos sobre feminismo e representação política, nos presenteia com um conceito que pode nos ajudar a compreender de forma mais sistemática essa relação das associações com o Estado. Esse papel de porta voz de um território carente<sup>8</sup> de políticas públicas é sem dúvida um lugar de fala e de poder sobre a representação do que é a favela. SPIVAK

---

<sup>8</sup> Aqui em nenhuma hipótese estou utilizando do termo extremamente pejorativo “comunidade carente”, e sim, relatando a carência e ausência de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento da região.

fala em “essencialismo estratégico” para dar conta do caráter provisional das identificações, único modo de se limitar os perigos da adoção de um discurso iluminado de agência política e de auto representação, isto é, o Estado, ao construir seus essencialismos sobre a favela também cala a voz dos moradores e os torna subalternos, para continuar usando os termos da pensadora, no sentido de representatividade política. Para isso as associações moradores organizam-se e atuam a partir dessas representações e buscam inverter as estruturas de dominação, que a autora chamaria de “idealização mínima” ou “essencialismo estratégico”.

Sendo assim, a construção de um espaço de luta no seio das associações de moradores de territórios favelizados passa necessariamente por uma agenda comum junto ao Estado e o cuidado com a cooptação, que apesar de concordar que as relações dificilmente são essencialmente verticais e sim, fluidas, concordemos que elas por vezes acabam atuando mais para o Estado do que para os próprios moradores representados.

### **Sobre afetação**

De certa forma, considerando minha trajetória e experiência de trabalho, o campo escolhido para desenvolvimento da pesquisa deu conta de um conjunto formado por memórias afetivas, um acerto de contas com o passado e a contínua representação do lugar que nasci como o espaço maior de violência do Rio de Janeiro, portanto, a exacerbação de uma cultura violenta em contraponto com as políticas de segurança empreendidas pelos sucessivos governos. Isto nos posiciona diante de algumas considerações de ordem metodológica, política e ética. Quando Roberto Cardoso de Oliveira nos traz a noção de uma “antropologia da ação”, de alguma forma fala da atuação do antropólogo nessa formulação de políticas que vão ao encontro do desejo dos receptores dessa política. O entendimento da ética discursiva por traz dessas políticas faz com que a ação da antropologia possa se basear em uma ética que valorize os moradores da favela.

Entender o posicionamento dos atores no campo é compreender acima de tudo que males podem ser gerados na contraposição da representação local aos

interesses da comunidade. Neste sentido, Oliveira pontua três tipos de ética: a micro, a macro e a meso. De acordo com o autor:

*“...a microesfera como um espaço ocupado pelas particularidades (portanto, da cultura tribal, em meu exemplo); a macroesfera como o espaço do universal – ou daquilo que é universalizado – ou, ainda, como diria Louis Dumont, valores universalizáveis – por uma “sociedade mundial” em busca de uma ética planetária (como indicam as investigações de Karl-Otto Apel); ou, em outras palavras, pela ONU, como no caso da Carta dos Direitos Humanos. É assim que na mesoesfera, teríamos enfim o espaço ocupado pelos estados nacionais, cuja obrigação precípua seria a de garantir uma correta mediação entre valores tribais e planetários, situados respectivamente nas esferas micro e macro. Portanto, entre sistemas de valores tidos como particulares e universais.” (2004, p. 208)*

Os cuidados metodológicos também são cruciais para entender o papel do pesquisador nas políticas públicas e, sobretudo, na análise delas. É impossível não trazer as reflexões de Howard Becker para essa discussão, tendo em vista sua expertise no tema e sua fácil linguagem.

Diante das modalidades de discurso metodológico, Becker ressalta a metodologia analítica, surgida da insatisfação do sociólogo em relação às “regras convencionais do bom senso”. Esta se propõe a confrontar a lógica da prática tradicional, buscando conexões lógicas entre as várias etapas da pesquisa, com o objetivo de estabelecer um novo conjunto de regras de procedimentos. Cumpre salientar que muitos problemas importantes não são abordados nos textos sobre metodologia: problemas na implementação dos métodos que não podem ser reduzidos pela metodologia analítica e ainda problemas de interação do entrevistador com o público estudado ou assistentes. Para minimizar tais problemas, o autor sugere um enfoque sociológico para a metodologia, o qual também submete à revisão lógico-analítica os aspectos sociológicos e interacionais do método:

A estratégia básica de uma análise sociológica de um problema metodológico (...) consiste em ver a atividade científica cujas características metodológicas estão sob investigação exatamente como veríamos qualquer tipo de organização da atividade humana” (p. 33)

O antropólogo se colocar em questão e, a partir daí, entender que contribuição pode dar a esses dilemas contemporâneos, são essência do argumento de Becker e de Oliveira.

É preciso que deixar claro que, ao optar em realizar meu trabalho de campo no local onde nasci, não almejo, em hipótese alguma, esgotar a multiplicidade de questões e análises que podem ser tiradas a partir deste conhecimento prévio. Da mesma maneira, não pretendo “dar voz” aos moradores da favela, muito menos, falar por eles. Falamos/escrevemos/pesquisamos com eles na medida em que compartilhamos com os mesmos - guardadas as proporções de quem não vive mais o dia a dia da favela - o sentimento de revolta e indignação frente à transformação de suas vidas em vidas descartáveis. Um certo sentimento de o que acontece com eles poderia acontecer comigo, ou mesmo, ser uma parte de mim.

Realizar o trabalho de campo sob essas circunstâncias me forçou a ter um cuidado ainda mais expressivo com o rigor metodológico. E primeiro lugar, o campo não foi feito de forma linear, e sim construído ao longo de três anos com interrupções, com idas e vindas e entradas múltiplas. Depois, por todo afeto e conhecimento prévio do território que possuía e geraria facilmente uma série de pré-entendimentos que prejudicariam uma análise mais limpa sobre os fenômenos estudados.

Isto fica claro quando consideramos que o argumento “nasci aqui” me ajudou em diversas ocasiões, gerando confiabilidade com meus interlocutores e maior identificação com o campo. Por outro lado, algumas questões importantes não eram trazidas à tona pelos moradores e policiais por acreditarem que eu já tinha muito conhecimento sobre a região e, então, que não precisariam verbalizar algumas questões pois essas pareceriam óbvias para mim.

Por opção metodológica tive que buscar o não verbal, a afetação no campo. Buscar aquilo que não é falado, mas é sentido no campo, aquilo que é implícito. No Complexo do Alemão, onde o que é falado gera comprometimento, onde vários interlocutores repetiam “as paredes tem ouvidos”, buscar apenas o que é verbalizado dará conta apenas das aparências, traria apenas o visível como realidade. O exercício é o de conceder um “estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional” (Favret-Saada 1990a: pp. 7-9); o não dito também é significativo.

Articular o que era visto, ouvido e percebido no campo, passava direto pela afetação. Por opção busquei me reconhecer enquanto “um de lá”, o conceito de “cria” é importantíssimo nos territórios de favela e por esse viés tentei aproximar-me dos meus interlocutores, ainda que às vezes de forma inconsciente. Não há uma definição clara sobre o que é ser “cria” da favela, apesar de todos identificarem quem é ou não. No campo pude perceber que é algo entre nascido, criado e identificado com a favela. Por estar há muito tempo afastado do dia a dia do Complexo do Alemão, ainda que morando nas margens dele, não tinha em meu repertório simbólico todas as características de um “cria”, a meu favor sempre tive o grande conhecimento do território e suas peculiaridades e o fato de ter nascido lá.

## Sobre história e sangue

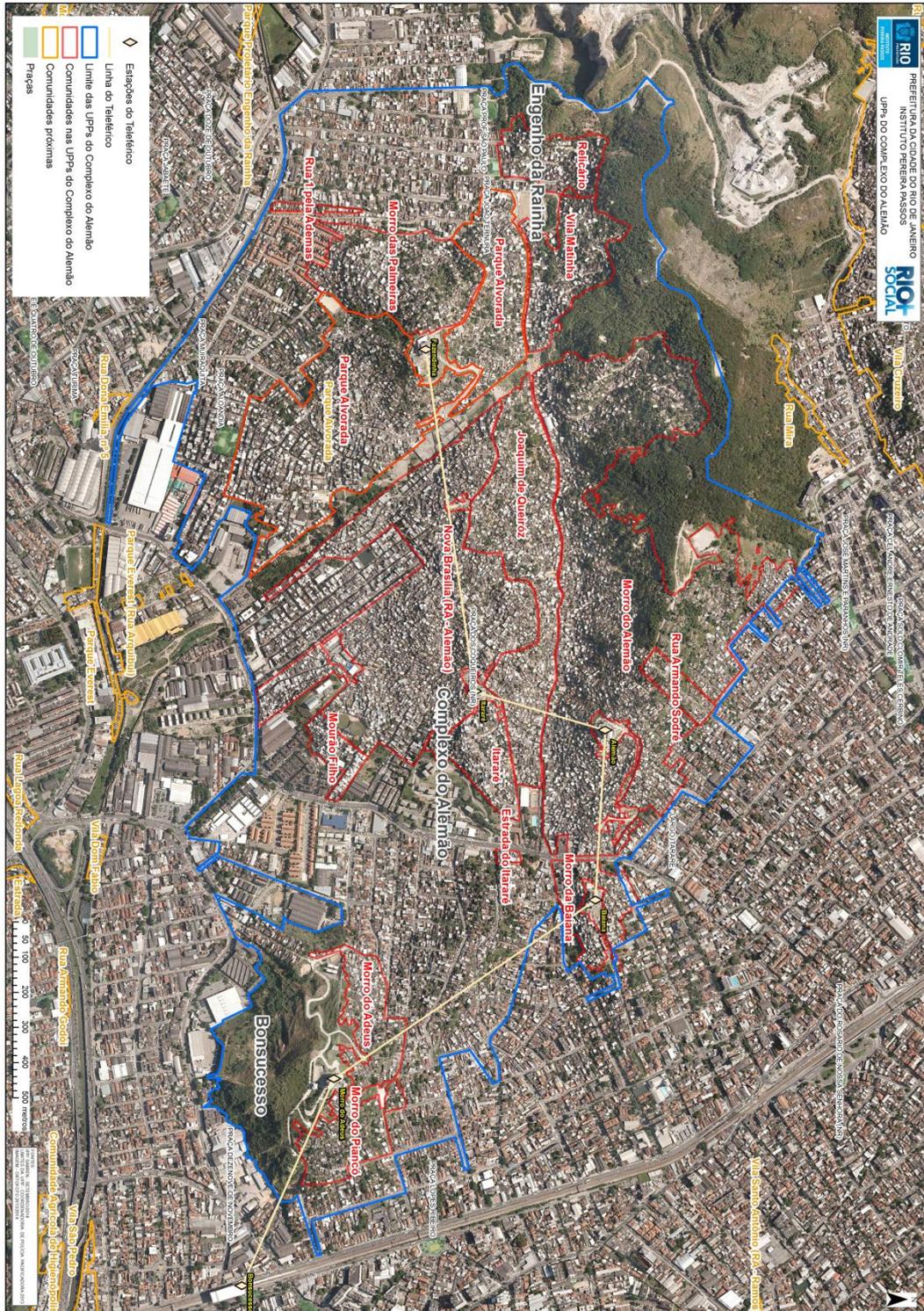


Figura 2 - Complexo do Alemão, limites das comunidades, limites das UPPs e entorno. Fonte: Site da UPP Social - <http://uppsocial.org/territorios/complexo-do-alemao>

Oficialmente o Complexo do Alemão é composto por 15 comunidades: Itararé, Joaquim de Queiróz, Mourão Filho, Nova Brasília, Morro das Palmeiras, Parque Alvorada, Relicário, Rua 1 pela Ademas, Vila Matinha, Morro do Piancó, Morro do Adeus, Morro da Baiana, Estrada do Itararé, Morro do Alemão e Armando Sodré<sup>9</sup>. O Complexo se situa numa área de cerca de 1.770.631 m<sup>2</sup> e aproximadamente 60.583 moradores em 18.442 domicílios<sup>10</sup>.

O nome do Morro do Alemão, que batiza todo o complexo, faz referência ao antigo dono das terras que iam da Travessa Laurinda ao Largo do Itararé, o polonês Leonard Kaczmarkiewicz. O fazendeiro ganhou o apelido na década de 1920, quando chegou à Serra da Misericórdia, na Zona da Leopoldina, então zona rural da cidade. Com a abertura da Avenida Brasil, em 1946, e gradual transformação da região em polo industrial, trabalhadores e imigrantes nordestinos são atraídos para o local. Em 1951, o falso alemão vende sua fazenda, que começa a ser ocupada imediatamente na área da atual comunidade do Relicário por trabalhadores da Companhia Algodoeira Fernandes S/A. O povoamento foi acelerado nas comunidades de Joaquim de Queiroz e Nova Brasília, que nos anos 1950 viram suas populações aumentarem vertiginosamente. Já no Parque Alvorada, Morro das Palmeiras e Morro da Baiana, isso só ocorreu no final da década de 1970 e início da década de 1980<sup>11</sup>. Desde a década de 1980, é considerada uma das regiões mais perigosas e violentas da cidade.

Sem desconsiderar o quanto a região é marcada pela violência - o que se faz notório na memória de seus moradores - não se pode perder de vista que parte desta violência é uma construção midiática que se intensificou consideravelmente após o assassinato do jornalista de Tim Lopes, assim como também é parte um discurso de Estado para justificar as incursões da polícia e, por fim, da Força de Segurança Nacional.

Todavia, retornando a esta breve apresentação da história do complexo, devo ressaltar que a região se valoriza a partir da construção da Avenida Brasil, na década de 1940, quando a área em torno da imensa avenida se transformou no principal

---

<sup>9</sup> Divisão oficial da Prefeitura do Rio no portal SABREN – Sistema de Assentamentos de Baixa Renda. Para os moradores a divisão é outra, na verdade, são outras e não há uma unanimidade sobre a identidade das localidades do Complexo do Alemão, a única certeza é que a oficial está longe de representar a memória dos moradores.

<sup>10</sup> Dados do Censo 2010

<sup>11</sup> Fonte: Site da UPP Social - <http://uppsocial.org/territorios/complexo-do-alemao>

polo industrial do então Distrito Federal. A ocupação, entretanto, começa na década de 1950, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes.

Alguns eventos ocorridos no local foram noticiados em todo o país e contribuíram para fortalecer a representação social de violência do Complexo. Em 1994, o assassinato de Orlando Jogador<sup>12</sup>, um dos fundadores da facção criminosa Comando Vermelho<sup>13</sup>, pelo seu rival Uê, líder da facção Terceiro Comando, à época preso no Presídio de Bangu.

Em 2002, meses após ter recebido o prêmio Esso de jornalismo por uma reportagem que denunciava o tráfico de drogas a céu aberto na região, o jornalista Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, conhecido como Tim Lopes, foi pego na tentativa de realização de uma reportagem que denunciaria a venda de drogas e a exploração sexual de menores de idade em bailes funk da região, “julgado”, torturado e assassinado por ordem do traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, um dos líderes do Comando Vermelho. Com o intuito de ocultar o cadáver, foi usado aquilo que recebeu o apelido de “microondas”, quando o corpo é esquartejado e queimado. Seu corpo, entretanto, foi identificado por DNA e os supostos responsáveis foram presos após forte repercussão midiática e da opinião pública.

Em dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visitou a região, área de atuação do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, e lançou o projeto “Territórios de Paz”.

A região voltou a ser centro dos noticiários nacionais e internacionais em novembro de 2010, quando, no dia 25, o BOPE, o CORE e o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, em verdadeira operação de guerra, com cerca de 500 homens, “retomou” o controle da Vila Cruzeiro, então sob controle do Comando Vermelho. Os narcotraficantes fugiram, então, para o Complexo do Alemão, e pressionados à rendição por outra operação nesta localidade, a partir do dia 27 de Novembro. Desta vez, devido a maior complexidade e tamanho da região, o BOPE teve auxílio de um maior número de instituições, que compunham a chamada Força de Segurança Nacional, que em menos de duas horas ocupou o Complexo, prendendo cerca de trinta traficantes e apreendendo armas e drogas. Desde então, a região foi ocupada

---

<sup>12</sup> Curiosamente fui amigo de infância da filha do Orlando Jogador.

<sup>13</sup> Sobre as origens desta organização criminosa, ver a obra de Carlos Amorim (Amorim, 1993).

pelo Exército Brasileiro, que permaneceu no território até junho de 2012, quando foram instaladas as seguintes Unidades de Polícia Pacificadora: UPP Fazendinha, UPP Nova Brasília, UPP Alemão e UPP Adeus/Baiana.

A relação entre as forças de segurança e o conjunto de favelas que compõem o Complexo do Alemão sempre foi marcada pela constante tensão e principalmente por muitas mortes. Em 2007, quando já se pensava na ideia de ocupação territorial morreram em menos de um mês 44 moradores. No episódio que ficou conhecido como a “chacina do Pan”<sup>14</sup>.

De maio a meados de julho de 2007 o Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, ficou sob forte cerco montado por policiais civis e militares e pelos soldados da Força Nacional de Segurança. A invasão ao Alemão teria sido, inicialmente, uma resposta da Secretaria de Segurança Pública do Rio diante da morte de dois policiais militares 9ª Batalhão da Polícia Militar em Oswaldo Cruz, Zona Norte do Rio de Janeiro. Os supostos assassinos dos policiais estariam no Complexo do Alemão.

O cerco ao Conjunto de Favelas se estendeu durante meses e ganhou as manchetes de jornais, revistas e a atenção de canais de televisão. O conflito no Alemão era descrito nos veículos de comunicação da grande mídia carioca como uma guerra travada pelo Estado contra a barbárie dos “traficantes”. Com o passar dos dias, o número de mortos e feridos no confronto crescia, no entanto, poucas eram as vozes que, na mídia, ousavam romper o consenso produzido que a ação da polícia era não apenas necessária, mas imprescindível para a realização dos jogos Pan-Americanos, bem como, para o futuro da cidade maravilhosa.

27 de junho foi o dia em que a ação da polícia no Complexo do Alemão teve seu ápice, tanto em termos de violência e morte, como de espaço na grande mídia. A operação policial do dia 27 ganhou o prefixo “mega” (virando “mega-operação”) pois a mesma envolveu um contingente de mais de 1.000 policiais, inúmeros carros blindados do BOPE e até mesmo helicópteros. Junto com os policiais, estavam os jornalistas de diversos veículos de comunicação. Enquanto os primeiros, muitos vestidos e armados como se estivessem na Guerra do Iraque, atiravam com suas pistolas e fuzis, os

---

<sup>14</sup> Ver: Alvarenga Filho, José Rodrigues de. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis na cidade do Rio de Janeiro: “não dá pé não tem pé nem cabeça. Não tem ninguém que mereça. Não tem coração que esqueça.” – 2010.

segundos, atiravam com suas câmeras fotográficas e filmadoras. Ambos produziram estragos: uns furaram paredes de casas e executaram pessoas. Outros, buscaram justificar a violência policial e a matança.

O modelo de segurança pública que vem sendo colocado em prática pelos últimos governos do Rio de Janeiro protagonizou um aumento acentuado da repressão contra as classes populares. Em declaração ao jornal O Globo de 27 de fevereiro de 2003, o então secretário de Segurança Pública Josias Quintal afirmou: “Nosso bloco está na rua e, se tiver que ter conflito armado, que tenha. Se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir pra dentro.” (Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, 2007, p. 2). Em entrevista ao jornal Correio da Cidadania, datada em 04 de julho de 2007, a socióloga Vera Malaguti Batista traz o seguinte relato emocionado sobre esses acontecimentos:

*Estamos chamando as ações no complexo do Alemão de “chacina do Pan”. É uma perspectiva de segurança pública que tem, por trás de si, algo de “limpeza” – para utilizar uma expressão comum durante a era nazista da Alemanha. Faz parte da mesma lógica militarista norte-americana: George W. Bush atacou e invadiu o Iraque para “restabelecer a democracia”. O que existe é o coroamento de uma política anti-criminal e anti-drogas norte-americana, que acredito ser uma cortina de fumaça para o controle social violento dos pobres no neoliberalismo.*

*Uma recente capa da revista Época traz um policial com roupas de guerra, fumando um charuto e caminhando por entre vários corpos ensanguentados de negros. Falam de uma inovação no combate ao crime, mas o Brasil mata negros e pobres há 500 anos. Qual é a inovação aí? É justamente o contrário.*

*O que aconteceu em Canudos foi algo parecido; os argumentos eram que estavam armados, que ameaçavam a República, mas*

*Euclides da Cunha estava lá para contar que, na verdade, foi a chacina fundacional da República.*

Essa associação que BATISTA faz do ocorrido no Complexo do Alemão à lógica da guerra é crucial para pensarmos as políticas públicas de segurança dos últimos oito anos no Rio de Janeiro. As UPPs significariam a inversão dessa forma de atuar em alguns territórios, porém esses mesmo tem entranhados em sua história esse tipo de relação com a polícia.

Ainda sobre esse episódio e a militarização da segurança pública, Nilo Batista traz a seguinte afirmação:

*Dezenove execuções não eram em si qualquer novidade. Afinal, a polícia carioca está matando anualmente uns mil e duzentos suspeitos, e esta cifra espantosa, este recorde mundial, alcançado gota a gota – dois traficantes aqui, um assaltante acolá etc – jamais despertou maior comoção na mídia. Se todos fossem mortos num dia só, teríamos em perdas humanas mais do que na tragédia das chuvas na região serrana, incluindo desaparecidos – na serra como nos registros policiais. Diluídas porém no noticiário cotidiano, essas mortes oferecem a base para a disseminação de um conformismo perigoso para o Estado de direito. A “novidade” em uníssono saudada pela mídia não residia, por certo, em ter aquela operação policial obtido num só dia o produto funesto de três ou quatro. A “novidade” era a própria legitimação da brutalidade policial. É isso aí. Vamos mostrar-lhes quem tem mais fuzis. Quem com ferro fere... Não apenas tolerância, mas também culpa zero. E, por que não, cumprida a tarefa, por que não saborear um pirulito pisando o sangue ainda quente dos inimigos?*

Aqui, Batista traz a complacência da grande mídia com esse tipo de atuação genocida<sup>15</sup> da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Essas análises e falas dão conta de um momento em que se falar em tecnologia de repressão era tratar de uma sofisticação da polícia: a produção de vítimas, dos corpos descartáveis indicavam o sucesso das operações policiais. Até que ponto as UPPs alteram essa lógica é a pergunta a ser feita.

A valoração do Complexo do Alemão como território do mal, ou como mostrou o jornal O Globo em 2007, a “faixa de gaza carioca”, exacerbava uma relação pautada entre a tensão e a consequente necessidade de intervenção estatal. É notório que a ocupação macabra que gerou a “chacina do Pan” abriu alas para que os gestores da segurança pública enxergassem a possibilidade de retomada de território pelo Estado e o Complexo do Alemão se mostrava nesse momento o maior desafio.

A efetiva ocupação do Complexo do Alemão e da Penha ocorreu em novembro de 2010, não há um morador da cidade do Rio de Janeiro que não se lembre das cenas filmadas ao vivo por câmeras de TV de jovens e negros, em sua maioria, armados, correndo pela estrada de terra localizada no alto da Serra da Misericórdia. Aquele momento foi sem dúvida interpretado como o ponto alto da atual política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

A escolha do Complexo do Alemão como território a ser estudado se pauta justamente pela visibilidade que esse território tomou possibilitando a proliferação dos discursos que justificam a implantação e consolidação do “processo de pacificação”. O “Complexo” é a maior mostra que os meios, os fins e os modos com quais se tocam as UPPs são justapostos e que encarar essa realidade como um processo linear pode nos trazer pegadinhas, vide os vários casos de mortes e tiroteios no seio das UPPs do Complexo do Alemão.

---

<sup>15</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La palabra de los muertos: conferencias de criminología cautelar. Buenos Aires: Ediar, 2011. p. 431. “...por nossa parte, creio que aproximando-nos da definição de Sémelin, entenderíamos massacre no sentido criminológico que estamos postulando - toda prática de homicídios de um número considerável de pessoas, por parte de agentes de Estado ou de um grupo organizado com controle territorial, em forma direta ou com clara complacência, levada a cabo em forma conjunta ou continuada, fora de situações reais de guerra que impliquem forças mais ou menos simétricas.”

## A UPP Nova Brasília

Parte do Complexo do Alemão, a área da Nova Brasília começou a ser ocupada em 1942, mas o crescimento foi lento e limitado à "parte baixa" da favela. Em 1957, a ocupação fazia 15 anos e só havia aproximadamente 200 casas no local. O nome "Nova Brasília" veio em 1958, e com ele o crescimento: já moravam ali 8899 pessoas. A "parte alta" da favela foi ocupada a partir de 1966, época da chegada de minha mãe a comunidade. Ainda hoje, recebe moradores vindos do Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e norte fluminense. A UPP Nova Brasília foi inaugurada em 18 de abril de 2012<sup>16</sup>.

Com base localizada na Estação Itararé do teleférico, a UPP Nova Brasília abarca as comunidades Nova Brasília, Ipê Itararé, Mourão Filho, Largo Gamboa, Capão, Joaquim de Queiroz, Loteamento, Prédios, Jardim Guadalajara, Aterro I e Aterro II. O comandante Major Marcio Rodrigues está no comando da UPP desde sua fundação e teve passagem pelos batalhões 20º, 24º e 28ºBpm antes de assumir essa UPP.

De acordo com Censo Demográfico de 2010, a área que abrange a UPP Nova Brasília tem aproximadamente 30 mil moradores. A principal associação de moradores da região é a A.M. Nova Brasília, porém, na região que abrange a UPP ainda temos a A.M. do Reservatório de Ramos, A.M. Fazendinha e a A.M. Itararé.

O objetivo inicial era etnografar as 4 Unidades de Polícia Pacificadora que encorpam o Complexo do Alemão (Adeus/Baiana, Nova Brasília, Fazendinha e Alemão). Mas ao ter contato com o campo e diante da multiplicidade de abordagens possíveis ao fenômeno que pretendo estudar, percebi que não seria possível e nem recomendável ampliar demais os territórios estudados, e sim escolher uma das UPPs e aumentar o leque de possibilidades analíticas. Assim, certamente o trabalho ficará mais rico e potente.

Através da minha atuação na SESEG pude entrevistar os 4 comandantes das UPPs do Complexo do Alemão, cada qual com suas peculiaridades discursivas. O que

---

<sup>16</sup> Fonte: Site da UPP Social - <http://uppsocial.org/territorios/nova-brasilia/>

mais me chamou a atenção foi o Major Marcio Rodrigues da Nova Brasília, bem como, a estruturação proposta para os projetos situados naquela unidade que se mostrou peculiar e interessante do ponto de vista analítico.

Em primeiro lugar, na fala do Maj Rodrigues, há uma associação clara entre o que ele chama de ações públicas de proximidade e “reação proporcional do tráfico de drogas local”. De acordo com ele, toda vez que a UPP protagoniza um evento público que poderá gerar empatia dos moradores com a polícia, o tráfico de drogas local reage e, quase sempre, assassina alguém diretamente envolvido com a ação. Na entrevista, alguns exemplos foram citados, tal como o caso da primeira policial feminina assassinada na história da corporação depois de um evento de lutas organizado pela UPP, em que campeões mundiais de UFC participaram e que teve um grande apelo entre os moradores; no dia seguinte ao evento ocorreu a morte da soldada. Outro exemplo exposto pelo Major foi o chamado “baile da proximidade”, um baile funk co-organizado por policiais da UPP que contou com mais de mil pessoas, e também, no dia seguinte, um dos seguranças particulares do evento foi morto a tiros na porta de sua casa, na comunidade do Capão, dentro da UPP Nova Brasília.

Essa associação entre ações de proximidade e reação do tráfico de drogas demonstra uma nova luta em jogo na favela; para além de uma disputa militar de intervenção tática, há um claro embate em torno daquilo que diversas vezes o Secretário de Segurança José Mariano Beltrame chamou de “disputar corações e mentes”. Ao afirmar que os traficantes reagem a esse tipo de ação, o comandante da UPP está, nas entrelinhas, informando que para ele, esses identificam nesse novo modo de atuação uma ameaça. A investigação dessa operação discursiva se mostra essencial para o entendimento da complexidade envolvida no fenômeno e para a compreensão desses projetos como parte de uma política de segurança local.

Na UPP Nova Brasília há 5 projetos protagonizados por policiais, o “Berimbau pede paz”, o “craques do futuro”, o “ginástica para todas”, o “lutando pela esperança” e o “winner na comunidade”. Todos são na área esportiva e contam com diferentes públicos alvos, ao todo são quase 300 alunos envolvidos nos projetos, número esse que, de acordo com o comandante, varia a cada episódio de reação do tráfico.

Todos os projetos são liderados por soldados homens com a escala flexibilizada em relação ao restante da tropa, o que, segundo eles, gera um desgaste com aqueles que não compreendem essas ações como trabalho de policial. Como disse, de certo modo, essa flexibilização é encarada como privilégio por uma boa parte do efetivo.

Para além de demonstrar incompreensões sobre a experiência de projetos sociais ministrados por policiais, esse problema entre estes e o restante da tropa mostra um descolamento dessas ações com a própria UPP. Como imaginar que esses projetos são centrais na geração de proximidade com a população se nem mesmo o efetivo compreende assim? E mais, qual resultado prático dos projetos tocados por policiais, se a tropa enxerga neles uma espécie de desvio de função? Como gerar a troca do *ethos* policial se o que foge do tipo guerreiro é encarado como “não policial”? Essas são questões centrais que etnografia não poderá deixar escapar na análise dessa complexa relação no interior do efetivo da UPP Nova Brasília.

Tarei no terceiro capítulo uma discussão ainda mais densa sobre as questões ligadas aos projetos desenvolvidos por policiais em que se abarcará as seguintes dimensões: compreender as representações em torno de projetos sociais desenvolvidos por policiais das Unidades de Polícia Pacificadora, em especial da UPP Nova Brasília, no Complexo do Alemão, e problematizar a própria dimensão de policiamento de proximidade em que se inserem esses projetos e outras diversas ações que amparam conceitualmente as UPPs. Neste sentido, a pesquisa comporta as seguintes linhas de abordagem que participam da constituição de um mesmo campo de problemas: 1) as representações **dos** policiais que desenvolvem esses projetos, sua atuação e importância para a consolidação do “processo de pacificação”; 2) as valorações trazidas pelo restante da tropa **sobre** esses policiais, em uma reflexão sobre o que é trabalho de polícia; 3) análise do termo “policiamento de proximidade” e inserção desses projetos no escopo dessa reflexão; 4) entendimento do *modus operandi* dos projetos, compreendendo sua atuação, seu alcance, e principalmente, sua integração com o comando da unidade e a Coordenadoria de Polícia Pacificadora, o CPP; 5) o estudo sobre o que poderíamos chamar de “mercado de projetos sociais em favelas” aquecido pela chegada das UPPs e com esse novo ator, o próprio policial.

A novidade aqui consiste em analisar a atuação das UPPs através de um fazer não consensual do que seria uma nova forma de atuação policial, o policiamento

de proximidade e a forma mais radical em que isso se apresenta, através de ações sociais.

O Rio de Janeiro vem sendo e será palco de grandes eventos nos próximos anos e isso impacta de forma decisiva a vida do morador da cidade. Diversos programas e políticas públicas foram empreitadas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado que transformaram o dia-a-dia da cidade, tais como, o Morar Carioca, Porto Maravilha, reforma do Maracanã e etc. Nenhuma dessas políticas mexeu tanto com a vida do carioca como as Unidades de Polícia Pacificadora. As UPPs representaram um novo modelo de atuação policial em áreas anteriormente deflagradas por tráfico de drogas ou milícia, em que se acaba com a lógica do confronto armado e institui-se algo que os governantes chamam de policiamento de proximidade.

Muito se tem discutido do impacto das UPPs nessa cidade em transformação, ou mesmo a quem serve essa política de segurança, ou a influência dos grandes eventos supracitados nesse modelo de policiamento. No próximo capítulo discutirei como as operações discursivas dão conta desse novo modelo de policiamento, bem como, com o saber etnográfico trazer interpretações sobre a prática policial no interior do Complexo do Alemão.

## Capítulo I

### A paz como esperança

“Somos os responsáveis pela próxima geração. Acho que perdemos umas duas (gerações) para as drogas, mas com a pacificação resgataremos o valor da vida, nossas crianças terão um futuro diferente”. Com essa fala um soldado da UPP Nova Brasília definiu sua própria atuação, quando lhe indaguei o que para ele significava atuar em uma Unidade de Polícia Pacificadora. Esta resposta me surpreendeu, pois está implícita uma série de significados, perspectivas e horizontes diversos.

O convite posto pelo soldado é claro. Estou aqui para garantir um futuro melhor para a cidade que eu moro e para as pessoas que nela vivem, a pacificação trará isso. Para além disso, está imbricado uma questão de referência, o mesmo soldado me afirmou que ele passaria a ser um modelo para as crianças e não mais o traficante (“bárbaro”), assim sendo, elas teriam uma outra perspectiva de futuro.

O movimento proposto pelo soldado é que uma formulação do interior da organização militar veio para garantir à sociedade a paz e as referências das quais ela precisa para um futuro com uma “cultura de paz”. Ao apresentar o processo de pacificação como uma espécie de solução para um horizonte sem guerra, ele embute no discurso uma série de questões que precisam ser refletidas, analisadas e repensadas sobre as UPPs.

Um Major (na ocasião era capitão) da PMERJ, lotado no interior da SESEG, certa vez me disse que as UPPs não passavam de um número enorme de policiais em um território circunscrito e que não compreendia esse movimento por parte dos pesquisadores de estudá-las como um fenômeno relevante já que essencialmente ela não passava disso. Expliquei a ele que a presença ostensiva da polícia nesses territórios produzia novas relações com os moradores, com a cidade, com os governantes e com outros policiais. E esse era o motivo do meu interesse inicial de pesquisar o assunto. Todavia, a fala dele já levantava um problema para a análise antropológica que pretendia: como uma simples presença se tornou a principal política implementada por oito anos de governo? Que discursos e quais os sentidos embutidos nesses discursos que possibilitaram geraressa comoção sobre as UPPs?

É exatamente isso que trarei nesse capítulo. Os sentidos múltiplos dos discursos sobre as UPPs. Buscando sempre as linhas de conexão e encaixe entre o que é

dito e o que se é compreendido, e mais, os sentidos que configuram aquilo que é tomado como prática para os alguns de seus principais operadores, os policiais.

## **A paz como um processo**

A primeira abordagem que pretendo trazer dá conta do termo “processo de pacificação”, mais um daqueles em que muito se fala, mas pouco se reflete. Há um prisma de significações semânticas ao redor dessa expressão. Admitindo que o tal “processo de pacificação” está circunscrito a um determinado território, temos já a primeira conclusão que este termo refere-se a um espaço que não estava em paz, que necessita passar por um processo que culmine na pacificação. A palavra processo, por sua vez, refere-se a algo ainda não acabado, denota fases, traz uma espécie de caminhar em seu significado. Ora, nesse sentido, há um caminhar direcionado para a pacificação, que provavelmente significa o fim do controle armado não estatal de um determinado território.

“Pacificação”, “polícia pacificadora”, “polícia de proximidade”, são expressões cunhadas e intercambiáveis nos discursos das autoridades. Por vezes os diversos conteúdos cunhados para a “pacificação” estão empenhados em afirmar um “deve-ser” da “polícia pacificadora”; o que resulta na consideração de que as formas práticas de se fazer “policiamento de proximidade” dariam conta de todo “processo de pacificação”. Há aqui uma clara justaposição entre princípios, meios e fins. A pacificação é, antes de tudo, o princípio norteador, mas também é o fim, e como vimos, seria também processo, um modo de se fazer policiamento. Isto fica claro na fala do Coordenador de Polícia Pacificadora Frederico Caldas<sup>17</sup>:

*As UPPs representam a consolidação do pacto entre a Polícia Militar e o povo, para quem devemos destinar o melhor de nossos esforços. Significa muito mais do que o resgate da esperança e da cidadania: a UPP simboliza todo o apreço que devemos ter pela vida humana.*

---

<sup>17</sup> [http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps)

A conclusão inicial que podemos chegar é que “pacificação” não surge como uma definição claramente objetiva e de comum acordo entre os atores que a formulam e operacionalizam. Pode-se dizer que o termo “pacificação” se apresenta mais como um campo aberto de experimentações, experiências e, porque não dizer, disputas. Seus conteúdos são de tal maneira plurais, que admitem, simultaneamente, perspectivas convergentes e divergentes, mais ou menos complementares, mais ou menos antagônicas.

Essas múltiplas formas em que se inserem discursivamente o termo “pacificação” refletem diretamente o fazer operacional dos atores envolvidos nas UPPs, sejam eles policiais da ponta, oficiais graduados, o interior da SESEG e até parceiros institucionais, como o sistema “S”, a SUDERJ, entre outros. Pretendo aqui analisar algumas das formas em que essas operações discursivas aparecem e buscar seus paralelos nas atuações e formulações imbricadas nas UPPs. O esforço empreendido de colocar os discursos em “caixinhas temáticas” em nada tem a ver com a real intencionalidade de quem os profere, e sim, do pesquisador ávido em construir um mapa mental do que se é dito sobre pacificação por quem as opera direta ou indiretamente. A busca no momento é pelo que “se fala”, quem diz e quando, para aí sim, entender a intencionalidade semântica e a direção para a qual o discurso aponta.

### **Sobre paz e conflito: o Estado retoma o território, ou não?**

O termo pacificação, que dá nome ao programa, dá o tom de uma solução formulada que é avessa aos conflitos. Tal ótica camufla a potência criativa dos mesmos como eventos que possibilitam trazer à superfície divergências e interesses, que possam colocar o conflito como possibilidade real de participação democrática na construção de um estado democrático de direitos. Conforme apontam diversos estudos sobre a relação entre Estado e sociedade no Brasil<sup>18</sup>, a administração de conflitos tem dois vieses: um deles é o da repressão violenta e supressão da possibilidade de surgimento de conflitos; o outro é a pseudo-harmonização cuja intenção é de calar demandas de grupos e indivíduos entendidos pelo Estado como ameaçadores de uma determinada ordem

---

<sup>18</sup> Ver Kant de Limaç, Da Matta carnavais, malandros e heróis.

social. E, neste caso, o foco é posto nos grupos que lutam por direito à vida dos cidadãos ditos indesejáveis, leia-se, jovem, negros, moradores de favela.

Com o advento das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, os discursos oficiais, midiáticos e acadêmicos<sup>19</sup> reafirmam o conceito de “retomada do território por parte do Estado”, sendo a polícia o bastião da liberdade, do direito de ir e vir e principalmente da chegada do Estado aos territórios frequentemente representados como anômicos, que viviam sem leis compatíveis com a constituição brasileira, com comportamentos próprios e sob o jugo do tráfico de drogas. Nesse sentido, a polícia passa a ter um papel de abre-alas para todo aparato burocrático administrativo Estatal ter acesso a esses territórios, como se as estruturas de governos estivessem apenas esperando a garantia de segurança de seus funcionários para poder atuar nesses espaços.

Os novos arranjos inaugurados com o advento das Unidades de Polícia Pacificadora fazem com que a vinculação entre microterritórios e o Estado tire suas cascas. Vale lembrar que o histórico de relacionamento das favelas com os sucessivos governos é de tensão, e há uma visão generalista da coisa pública como um espaço negado àqueles residentes em seus territórios<sup>20</sup>.

Não pretendo tratar a complexa dinâmica social envolvida na relação entre o Estado e a sociedade em sua operacionalização como um conjunto performático produzido por um programa, como bem nos mostrou Turner em seus “dramas sociais”, “a ação viva jamais pode ser a consequência lógica de qualquer grande plano” (Turner, 2008). O que buscarei é o conjunto de práticas do Estado que permeiam o constructo do imaginário desses cidadãos. O desafio atual posto para as recentes etnografias é de cerzir o Estado, seus essencialismos e sua estrutura formal com a experiência cotidiana e sua construção nas relações práticas administrativas. Unir analiticamente o balcão e a estrutura superposta. Compreender, acima de tudo, como valores são agenciados nas práticas das relações sociais<sup>21</sup>.

A aderência da polifonia do imaginário do Estado que retoma um território e sua operacionalização através da PMERJ no Complexo do Alemão deve ser pensada considerando que o “Estado é um conjunto de instituições e estratégias que se apoiam nos mecanismos sociais mais cotidianos e, em princípio e ao contrário do que se gosta

---

<sup>19</sup> Ver Barbosa (2012), Silva (2010), Leite (2012).

<sup>20</sup> Ver Burgos, 1999.

<sup>21</sup> Ver Herzfeld (2005)

de imaginar, em tais práticas que conformam o Estado está presente uma série de dimensões que os antropólogos costumam estudar: as crenças e os mitos, o localismo e a segmentaridade, as identidades e os estereótipos (Goldman, 1998).

Para Goldman, que brilhantemente resenha Herzfeld, pensar em Estado-nação significa essencialmente pensar nas experiências e relações dos indivíduos. A preocupação central é como a antropologia pode contribuir no pensamento sobre os Estados nacionais e seus essencialismos. Goldman diz:

*E aqui se fecha o círculo, na medida em que o antropólogo, que encara esse Estado-nação em seus planos de existência mais concretos - aqueles das experiências vividas pelos indivíduos e grupos que nele habitam -, percebe imediatamente que o que se denomina com esse nome consiste, na verdade, em um conjunto aberto de agentes e operações, possuindo como denominador comum o fato de estarem voltados para uma "despoetização" da vida social, ou seja, para a essencialização, naturalização e literalização de experiências sociais sempre múltiplas e polifônicas. E aqui, de fato, o Estado encontra a cultura.*

O conceito de “despoetização”, dá conta do contraponto à “poética-social” de Herzfeld, que traz a(s) fronteira(s) dos modelos oficiais do Estado-nação com a experiência comum dos cidadãos que os operam. Sobre esse ponto, Goldman esclarece:

*A "poética social" não se confunde, entretanto, com a "poesia", e seu estudo não consiste de forma alguma em um "esteticismo" ou mesmo em uma "estética". ...uma coisa são os modelos antropológicos "baseados na linguagem", e outra, muito diferente, aqueles "derivados da linguagem" (:145). Se os primeiros consistem em tentativas mais ou menos bem-sucedidas de esboçar semânticas e/ou sintaxes socioculturais, os segundos devem se concentrar nos aspectos pragmáticos da*

*linguagem ou da sociedade, ou seja, nos agentes, suas relações e suas práticas. É a retórica, na forma de uma "retórica social", que deve servir de inspiração ao antropólogo, não a gramática, que tende a conduzi-lo na direção de formalismos e universalismos sempre mais ou menos duvidosos.*

A pergunta que se coloca é: o que essa “retórica social” - considerando os aspectos “pragmáticos de linguagem” - nos diz quando se embute nela um discurso de retomada de um território? Em primeiro lugar já podemos afirmar que se o discurso é de retomada pressupõe-se que havia um domínio do Estado daquelas regiões e que em algum momento este se perdeu. Ora, se analisarmos a conflituosa relação entre a formação das favelas e o aparato burocrático estatal, somando à ausência de serviços públicos eficientes, fica difícil imaginar uma harmoniosa presença do Estado nesses territórios.

Os discursos oficiais de inauguração das UPPs (pude acompanhar ao menos 10 deles, inclusive os do Complexo do Alemão) sugerem que a “polícia pacificadora” é o agente do Estado capaz de readquirir a legitimidade institucional frente à sociedade e aos moradores das favelas. A inauguração de uma UPP é considerada como o ponto de partida da chegada da “civilização”, a pavimentação para a “entrada da cidadania”. Conforme podemos perceber na fala do secretário José Mariano Beltrame, que bradou na inauguração da UPP Fé/Sereno na Penha: “A polícia fez sua parte, livramos o território da barbárie, do jugo dos traficantes. A Penha está livre para receber os serviços que a população tanto precisa”.

Vê-se que o ponto de partida para o “processo de pacificação” é a oposição entre a chegada da civilização e a barbárie preexistente. O entendimento é que a presença policial não é ainda por si só a civilização, mas o único caminho possível para a entrada de “serviços” que, por sua vez, significariam a entrada da civilização nas favelas. Esse cenário de barbárie é frequentemente associado a dois fatores principais: a presença ostensiva do tráfico de drogas como regulador daqueles territórios e a uma falta de civilidade dos moradores ao cuidar dos próprios espaços de moradia, como por exemplo a quantidade de lixo espalhado e a gestão ineficiente do ordenamento público. Desta forma o Estado tira de si a responsabilidade sobre esses dois fatores.

Sobre a relação da PM com o “jugo do tráfico” e o horizonte das UPPs, Barbosa (2012) nos aponta:

*O uso de armamento pesado – fuzis, granadas e metralhadoras – e de forma ostensiva é um dos aspectos desse modelo que agora parece estar desaparecendo com a chegada das UPPs. Entretanto, o que nunca se pergunta adequadamente é qual o papel da polícia como progenitora desse filho feio, o tráfico de drogas no Rio de Janeiro? Como a ação policial foi definitiva na produção dessa territorialidade do comércio de drogas, a qual hoje cai em desuso? E aqui a referência não é somente aos governos complacentes (como foi acusado o governo Brizola) ou à corrupção policial em suas diversas modalidades (vendendo armamento e municando os traficantes; cobrando um alvará de funcionamento das bocas de fumo – o chamado “arrego”; sequestrando e depois liberando ou matando lideranças do tráfico mesmo após o pagamento – a “mineira”; invadindo territórios para enfraquecer um grupo local e permitir assim a entrada de grupos inimigos).*

*A polícia, mesmo trabalhando de forma repressiva, produzia esse tipo de territorialidade. Por quê? Porque o combate pontual fornecia o modus operandi de controle territorial. Tratava-se de um combate militarizado e, portanto, era necessário operar na base da contenção, utilizando os armamentos também como mecanismo dissuasório.*

O que o autor nos aponta é que a PMERJ teve um papel fundamental na produção da barbárie combatida por ela mesmo, assim como a ausência de serviços básicos criaram nessas localidades poucas alternativas de ordenamento, gerando acúmulo de “lixões”, saneamento precário e ruas e vielas deterioradas. Burgos traz luz a essa discussão quando encara a criação dos parques proletários como forma de higienização forçada desses territórios:

*Assim é que a descoberta do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade, o que explica o sentido do programa de construção dos parques proletários, que tem por finalidade, acima de tudo, resolver o problema das condições insalubres das franjas do centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana.*

A conclusão que podemos chegar é que o Estado cria e combate as condições de exclusão, ele é protagonista e antagonista da barbárie e busca ser o detentor da civilização que chegará com a ostensiva presença policial.

Ora, o conceito de “retomada do território pelo” repetido como um mantra pela grande imprensa e pelos administradores estatais cai por terra. Como o Estado retoma um território no qual ele mesmo produziu as condições de degradantes ali presentes? E mais, qual a fórmula de apropriação e garantia que “agora será diferente” se a própria presença dos atores e políticas estatais que produziram essas condições são análogas ao que o próprio Estado chama de “civilização”?

## **O mandato policial no discurso e na prática**

Há uma mistura de representações imagéticas sobre o significado dessa política de segurança. Alguns autores apontam-na como um avanço na relação entre polícia e favela, mas fazem as ressalvas dos possíveis excessos policiais (Barbosa, 2012; Silva 2010; Leite 2012); já um outro grupo a acusam como uma forma de regulação da vida cotidiana, mas ponderam a redução no número de homicídios (Batista, 2011). Essas observações não são estanques, mas denotam certo receio justificado dos especialistas em bradar uma opinião mais contundente sobre esse fenômeno.

As UPPs são ao mesmo tempo a exacerbação dessas representações e uma forma de inaugurar outras novas, ainda que muitas vezes folclóricas, mas ainda assim diferentes. É nítido que pensar a favela e as metáforas criadas em torno dela é simultaneamente pensar o Estado em relação com esses territórios. Justamente por isso, a reflexão pautada no Estado nacional e os atores que nele operam perpassa suas dimensões e adquire importância fundamental na vida cotidiana da sociedade e, sobretudo, do próprio aparato administrativo interno.

As UPPs mostram a costura discursiva forjada no âmbito das práticas cotidianas da polícia com as dimensões do alto escalão das diferentes esferas de governo. O policiamento do dia a dia, do “asfalto”, fora dos perímetros das UPPs também guarda essas relações, porém, as Unidades de Polícia Pacificadora trazem em seu âmago essa dimensão, elas existem enquanto conceito e prática para que o Estado retome esses territórios<sup>22</sup>, e esse conceito de retomada será central na análise que pretendo empreender.

Em termos práticos e analíticos significa dizer que a polícia pacificadora possui em sua formulação uma agência proativa reguladora da ordem desejada pelo Estado. As ações “dessa” polícia têm suas atribuições estendidas para aquém e além de eventos propriamente criminais, incluindo em seu cotidiano intervenções em incivildades, desordens e comportamentos fora do padrão esperado pelo Estado, seja ele qual for. Ao invés de um policiamento reativo, feito a partir de alguma demanda, ambiciona-se um policiamento plural que gere “proximidade” com as pessoas, nos eventos e nos lugares.

Sob a falácia da prevenção quer-se combinar a ação policial convencional em territórios de favela de repressão armada e ostensiva com outras formas e modalidades, tais como: a mediação e resolução de conflitos; o aconselhamento, orientação, auxílio e assistência comunitária e a promoção de uma cultura civilista e participativa e os projetos sociais desenvolvidos pelos próprios policiais, assunto sobre o qual discorrerei mais à frente. Revela-se, assim, uma visão de polícia com um mandato de “prestador de serviços comunitários”, ainda que tenha como bastião a repressão ao crime organizado. Essa multidefinição, que por vezes torna-se indefinição do tamanho do mandato policial, pressupõe uma extensão dessa atuação da prática. A

---

<sup>22</sup> Diretriz Geral de Proximidade – PMERJ, 2013.

falta de clareza sobre os fins e meios da pacificação neblina também o trabalho do policial da ponta, já que ele não consegue definir e não tem orientação consensual sobre o tamanho de seu mandato.

Por razões óbvias, a ampliação do mandato policial corresponde a ampliação do “poder de polícia”, isto significa que aumentando o mandato, as atribuições policiais vão se ampliando, inevitavelmente incidindo sobre a capacidade de controle, regulação e intromissão sobre os direitos civis fundamentais daquelas populações. Quadro este que se agrava ao considerarmos o histórico de tensões e atuações desastradas, ineficazes e sangrentas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em favelas. Talvez buscando contrariar os riscos desta direção, os comandantes das UPPs, lançando mão de sua sensibilidade crítica, digam que não pretendem e nem consideram desejável tornarem-se os “novos donos do morro”<sup>23</sup>. O que parece estar em jogo é qual o tamanho da polícia no cenário das UPPs e o que ela traz de impacto para os moradores daqueles territórios ocupados.

A grande armadilha para a falta de clareza do “poder de polícia” é que ao passo que o policial caminha para a pro atividade mais ele caminha para uma zona cinzenta de atuação, onde a prevenção está em construir sujeitos perigosos, em especial moradores de favela, jovens e negros. Essa zona cinzenta alimentada por vazios normativos, limbos legais, tem como sua maior expressão a atuação dos policiais da ponta, seja com a truculência contra o perfil supracitado ou através de “mercadorias políticas”<sup>24</sup>.

Esta zona cinzenta se torna ainda mais escura nos territórios ocupados. Neles a ausência de políticas públicas eficazes fez com que a ordem local fosse híbrida, e os principais serviços chegassem de forma ilegal ou informal, como por exemplo o de moto-táxi o consumo irregular de água, energia e sinal de TV a cabo e etc.

Posso afirmar que muito daquilo que é tratado como abuso<sup>25</sup> ou desacato de autoridade resulte dessa zona cinzenta, que pode conduzir a desautorizações continuadas na relação já tensionada entre cidadãos e policiais. Isto faz dos primeiros atores constantes de violações e dos segundos as vítimas preferenciais. Tanto um quanto

---

<sup>23</sup> Cano, Ignácio: “Os Donos do Morro”: Uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro.

<sup>24</sup> Misse

<sup>25</sup> Naturalmente não falo aqui das execuções sumárias por policiais que ainda perduram nesse estado, como exemplo, o famoso caso Amarildo.

outro mostram como a autoridade policial é constituída junto ao público policiado. Se o que se pretende é uma ordem pública renegociada, essas zonas cinzentas atuam na contramão, pois elas estão situadas entre a incompreensão dos modos de vida local e no estendido mandato policial, o que impossibilita o diálogo e abre caminho para os tão frequentes excessos; nem mesmo os bons exemplos de policiais repetidos como mantras pelos gestores e pela grande mídia se sustentam nessas indefinições de papéis.

Como distinguir, portanto, a polícia como um meio de governabilidade diante da polícia política que governa esses territórios? Os abusos frequentes estão longe de ser fruto apenas da vontade e de um duvidoso caráter de seus operadores, situando-se muito mais como uma indireta consequência estrutural da perversa relação Estado x favela.

Com a construção da polícia como ator prioritário de desembarque Estatal nos territórios favelizados há uma clara confusão dos papéis do Estado nesses locais, em que o que está em jogo deixa de ser a busca por um “Estado de direito” e entra em voga uma reivindicação dos “direitos do Estado”. Isto, logicamente, traz consequências para atuação dos policiais que estão no dia a dia das UPPs. A conjugação dessa confusão de papéis com a crescente demanda de serviços básicos como luz, água, lixo e saneamento que chegam nas bases policiais, e põem em cheque a capacidade policial na resolução de conflitos, já que os mesmos não têm e não devem ter protocolos de atuação nessas áreas.

A lógica em que se insere o recebimento e encaminhamento de demandas por serviços por parte da UPP é muito parecida com a dos projetos sociais protagonizados por policiais, assunto no qual me debruçarei com atenção especial mais a frente. Ao passo que muitos acreditam que esse não é propriamente um trabalho tradicional do dia a dia de um policial, outros afirmam que é extremamente estratégico na geração de proximidade entre a UPP e os moradores.

Na maior parte das vezes, os comandantes disseram receber estas demandas e encaminhá-las aos órgãos responsáveis, através de ofício ou acionando diretamente um representante conhecido que está frequentemente no perímetro da UPP. Outros comandantes preferem utilizar as reuniões comunitárias para discutir todos os tipos de demandas e, para facilitar o encaminhamento, convida os representantes de outros

órgãos a estar presentes na reunião, como é o caso da UPP Batan que realiza uma reunião repleta de pessoas.

Na UPP Adeus/Baiana, uma das quatro localizadas no Complexo do Alemão, o comandante afirmou que “... *os policiais são organizados em setores e ficam fixos para possam conhecer o local onde atuam e para que a população possa conhecer e se aproximar do policial da sua região, assim conseguimos gerar a confiabilidade das pessoas e recebemos as demandas*”.

O que está em jogo aqui é a disputa por um papel de mediação desses territórios. Um elo entre os problemas locais e os canais de resolução, papel esse geralmente desempenhado pela associação de moradores e que a polícia passa a disputar como forma de ganhar a confiança dos moradores. Ampliar o mandato policial, nesse caso, serviria como aumento de credibilidade para as UPPs.

Entretanto de maneira nenhuma é consenso dizer que a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora enfraquece a atuação das associações de moradores; tampouco, é possível negar que a mediação entre os supostos interesses da favela ganha um novo ator, personalizado na figura do comandante das unidades. O que pude perceber no campo é que esse papel é assumido pelo comando primeiramente porque ele é demandado para tal. Eu arriscaria afirmar que diariamente chegam às UPPs demandas que não são identificáveis como sendo próprias de um trabalho policial, na maioria das vezes voltadas para serviços básicos, como luz, água, esgoto e etc. No segundo momento, dessa vez de forma mais estratégica, assumir essa função confere credibilidade e comprometimento do comandante para com o senso comunitário. Como disse o comandante da UPP Nova Brasília, em conversa informal “...*não acho que seja responsabilidade minha pedir pra limparem o lixo do beco, mas fazendo isso ajuda a melhorar a imagem da polícia*”.

Esta percepção, além de deixar claro o fracasso do governo de construir políticas públicas e serviços eficientes nos territórios favelizados, implica no questionamento de quais são os riscos assumidos pelo Estado ao colocar como mediador no território sua força coercitiva. O comandante da UPP Fazendinha ao ser indagado sobre o tema se queixou de que a maior dificuldade em atuar numa UPP é ter que dar uma resposta às demandas sociais, além das demandas funcionais típicas da Polícia Militar. Em suma, ter que convergir o dia a dia e as rotinas da segurança com o encaminhamento de demandas de serviço que não seria sua função, mas como vimos

auxilia na geração de proximidade e no reconhecimento da UPP como um ator importante no território.

O panorama nas UPPs fora do Complexo do Alemão não é muito diferente da ambiguidade entre o papel policial e os benefícios da extrapolação dele como aparece nas outras UPPs em cenários sobre o reconhecimento das demandas.

A primeira forma de identificar demandas é pela realização de reuniões comunitárias. Embora nem todos os comandantes que realizam reuniões as citem como forma de levantar problemas locais, esta é a forma mais utilizada de acordo com eles.

A realização de visitas comunitárias também é utilizada como forma de se aproximar da população e identificar demandas. Seis comandantes citaram a utilização desta estratégia (Babilônia/Chapéu Mangueira, Caju, Fallet, Macacos e Providência).

No Fallet, o comandante seleciona um policial de cada modalidade de policiamento (RP, GTPP, GPP, ...) por semana para compor o grupo de proximidade e realizar visitas comunitárias e conversar com a população.

Seguindo com estratégias de comando, alguns comandantes disseram que ajustam o policiamento para que o policial da ponta identifique as demandas. No Andaraí, o comandante orientou um grupo de policiais a circular pela comunidade e identificar as demandas locais. Este grupo é composto por policiais, que segundo o comandante, tem perfil para isto, geralmente são mulheres. Além disso, dois comandantes disseram utilizar os policiais responsáveis por realizar projetos sociais para identificar demandas (Borel e CDD – Apartamentos).

No Tabajaras, o comandante elaborou um questionário a ser aplicado pela tropa aos comerciantes e moradores locais. Todos os policiais da ponta foram treinados para entrevistar a população com o objetivo de identificar as demandas por segurança, como também para entender com as pessoas avaliam o trabalho prestado pela polícia. Esta é uma forma não apenas de levantar demandas, mas também de fazer com que o policial da ponta interaja com a população e se aproxime. Há resistência por parte da tropa, mas é uma maneira de fazer com que todos conversem e se aproximem da população.

No Caju, além das visitas comunitárias e da realização de reuniões, a comandante citou que a tropa ordinária tem planilha para preencher demandas da população. Manguinhos possui uma estratégia parecia, realizando reuniões mensais com a tropa para incentivar que os policiais verifiquem as demandas e passem ao

comandante. Entretanto, este comandante citou que encontra dificuldades na identificação de demandas, uma vez que a comunidade é muito carente, e isso faz com que os policiais naturalizem as demandas e tragam apenas peculiaridades ao comando. No Salgueiro, o comandante também citou o fato de orientar o policial da ponta a identificar demandas. Em Manguinhos, o comandante mencionou a realização de uma reunião mensal com a tropa para discutir as demandas identificadas pelos policiais que atua na ponta, bem como para orientá-los sobre maneiras de identifica-las. Por fim, no Fallet, o comandante realiza um “rodízio de funções” entre os policiais que atuam nas diferentes modalidades de policiamento. Durante uma semana, um policial que atua em outra função é alocado no Grupo de Aproximação (GAP), a fim de conhecer e executar estratégias de aproximação e identificação de demandas. Esta experiência permite que o policial repense sua atuação em outras modalidades de policiamento e passe a executar algumas destas estratégias em seu dia-a-dia.

Os outros dezesseis comandantes de UPP que citaram que as identificações de demandas são realizadas pelos policiais da ponta, durante o patrulhamento ou no atendimento a ocorrência, não citaram nenhuma orientação ao policial de ponta (Alemão, Chatuba, CDD – Caratê, CDD – Quadras, Fé/Sereno, Formiga, Macacos, Nova Brasília, Parque Proletário, Prazeres/Escondidinho, Rocinha, Santa Marta, São Carlos, São João/Matriz/Quieto, Vidigal e Vila Cruzeiro). Também não foi relatado nenhum procedimento realizado para que o comandante tenha acesso às demandas identificadas, para que estas possam orientar o policiamento.

Há uma discussão sobre este tipo de estratégia. Nem sempre é claro como o policial consegue identificar as demandas locais durante o patrulhamento, ou quanto ele está preparado para identifica-las. Na Providência, apareceu uma discussão sobre o fato dos policiais da ponta selecionarem as demandas que chegam até eles, na maioria das vezes, o próprio policial seleciona o que é demanda policial e o que não é importante ser levado adiante. O policial que atua no patrulhamento é quem recebe e também quem filtra as demandas.

Outra forma de receber demandas é através da população, que procura a Base da UPP pessoalmente ou utiliza os telefones da Base e o e-mail para encaminhar suas demandas. Dezesseis comandantes citaram a UPP como forma de receber demandas (Adeus/Baiana, Alemão, Babilônia/Chapéu Mangueira, Barreira/Tuiuti, Borel, CDD-Apartamentos, CDD-Caratê, Fazendinha, Jacarezinho, Macacos, Nova Brasília, Parque Proletário, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Rocinha, Santa Marta e

Vidigal). Somente o subcomandante do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo citou a encaminhamento direto da população a UPP como única forma de receber demandas, demonstrando que não possui estratégias para levantar demandas, mas esperam passivamente que elas cheguem a UPP. O comandante do Andaraí, por sua vez, foi o único a citar seu telefone como forma direta de receber demandas da população.

Três comandantes citaram a Associação de Moradores como responsável por levar boa parte das demandas a UPP (Barreira/Tuiuti, CDD-Caratê, Jacarezinho). Dois comandantes citaram apenas as reuniões comunitárias como estratégias de identificação de demanda (Batan e Magueira). No trabalho de campo, foi possível observar a reunião realizada na UPP Batan, que possuía em torno de 40 pessoas e contava com a participação de representantes de diferentes órgãos, além da presença da população local.

Foram citados pelo comandante da CDD-Caratê a UPP Social e pelo comandante do Fallet o Disque Denúncia, como órgãos que encaminham demandas ao comandante. O comandante do Fallet também enfatizou a importância de dar autonomia ao policial para que ele ache seu jeito de levantar e atender as demandas, além de fazer com que este policial participe das reuniões comunitárias.

Por fim, na Rocinha também ocorre a realização “Feedback de Atendimento”, no qual um policial entra em contato telefônico com um cidadão que foi atendido pela polícia, com o objetivo de verificar sua opinião sobre o atendimento prestado. Apenas um comandante afirmou contar apenas com a iniciativa da população no momento de identificar demandas, o que parece uma forma passiva de identificá-las, sem nenhum movimento da polícia para descobri-las.

A fala do comandante da UPP Alemão é bem emblemática nesse sentido:

*O Capitão acaba se tornando o síndico da comunidade. Todos os problemas locais chegam ao capitão. Ele encaminha todos os problemas para os órgãos competentes. Não posso ser um síndico local... sou militar, não sou responsável por resolver todos os problemas da região.*

Além disso, pontuou que recebe poucos recursos para realizar seu trabalho, por exemplo, a internet e o computador são precários e não são adequados para realizar a demanda de trabalho existente.

Algumas coisas ficam claras quando olhamos para esse amplo cenário sobre recebimento e encaminhamento de demandas. A primeira delas é que as UPPs possuem estratégias de recebimento e encaminhamento de demandas sociais. É claro e difundido em **todas** as UPPs que o mandato policial deve ser estendido e deve abarcar outras possibilidades para além da garantia da segurança à população.

Ainda sobre estratégia é importante perceber como um fato (recebimento e encaminhamento de demandas) presente em todas as UPPs não possui uma diretriz e uma unificação de canais de encaminhamentos. Em outras palavras, é reconhecido que para a PMERJ é importante ser um mediador do território, e que isso faz sentido no interior das UPPs, mas ao mesmo tempo não há nenhum nível de facilitação desse papel por parte da CPP ou da própria SESEG, sendo então uma questão de habilidade do comandante e dos policiais da ponta ao perceber e encaminhar as solicitações por serviços.

Durante o trabalho de campo, percebi que nas UPPs mais antigas as demandas por outros serviços diminuíram com o passar do tempo, como é o caso da Santa Marta e do Vidigal. O subcomandante da Santa Marta citou que no começo chegavam muitas demandas e, aos poucos, os moradores foram aprendendo para quem deveria encaminhar cada tipo de pedido ou reclamação. Hoje a UPP não cumpre mais este papel.

Fica o questionamento se com o tempo a tendência é diminuir o pedido por outros serviços ou se esta diminuição é resultado de algum tipo de ação desenvolvida por estas UPPs, incentivando que a população procure as “pastas” responsáveis. Também é possível questionar se, pelo fato de a polícia não conseguir resolver uma série de demandas que chegam a ela, se isto desmotiva que a população continue a procura-la.

## **Rambo x Smurfs**

Observar a pacificação como convicção, como prática e horizonte, faz emergir um novo *ethos* policial; sai de cena o até então desejável “guerreiro”, o “rambo”, e entra um policial focado no diálogo, atento as diferenças culturais,

preocupado com a prevenção e com um suposto olhar mais amplo sobre causas e consequências da criminalidade violenta.

O perfil deste “novo policial”, repetido como um mantra entre os gestores, encontra na prática exemplos pontuais. Não pretendo aqui individualizar essas práticas, mas apontar como a falta de diretriz sobre a atuação dos policiais nesses espaços faz com que a agência desse novo *ethos* seja individual, ora por desejo do comandante da unidade, ora por iniciativa do soldado.

A roupa azul clara, a boina arredondada e mais leve, deram aos policiais de UPP o apelido de “smurf”, para a “fems” (policiais femininas) “smurfetes”. Nota-se que essa é uma forma hilária de se tratar os policiais, repleta de significados jocosos e infantilizados. Primeiro porque esse tratamento é diretamente uma oposição ao outro modelo de policial, “o rambo”, que está disposto a matar e a guerrear a qualquer momento. A inversão dessa cultura de guerra é um passo importante nessa política de segurança, a alteração do fardamento dos policiais de UPP não é a toa. O desejo por esse novo policial se transforma em signos intencionais, como quem inaugura uma nova era, um novo fazer.

O sociólogo Ignacio Cano, em entrevista ao site do Estadão, afirma essa condição de do smurf. Ao ser indagado sobre a respeitabilidade dos policiais de UPP afirma:

*Eles se sentem desrespeitados pela comunidade e desvalorizados pelo policial do batalhão, que o chama de smurfete, de smurf. É uma imagem muito danosa, infantiliza o policial da UPP, faz com que pareça uma coisa de brincadeira. Eles aprenderam, inclusive antes de entrar para a instituição, que polícia é para prender bandido e trocar tiro. Então, se sentem fazendo outra coisa que não é polícia.*

O claro problema posto aqui é que o nome smurf, difundido nas comunidades e internamente nos batalhões da PMERJ, é uma forma jocosa de tratamento. Como se os policiais de UPP fossem menos policiais do que os “Rambos”,

o que deixa implícito é que a cultura de guerra que há décadas reina no Rio de Janeiro define o que é um “policial de verdade”, enquanto aquele que teoricamente busca a proximidade e um outro tipo de tratamento, é tido como um subgrupo dentro da polícia.

Sobre o desejo de ser policial de verdade BARBOSA (2012) traz a seguinte reflexão.

*As UPPs, então, têm essa característica de raridade, porque tais linhas de conexão ou encaixe são poucas. Exemplo disso é o desejo de ser um “policial de verdade”, compartilhado por muitos policiais militares que ingressam na carreira pela porta das UPPs. O que é ser policial de verdade? Dar tiro e combater o crime, porque trabalhar com conceitos de proximidade e mediação de conflitos em comunidade pacificada não é trabalho de polícia. Por outro lado, por parte dos gestores, a UPP deveria servir também como experiência de “pacificação da própria polícia” (HENRIQUE e RAMOS, 2011), modificando uma forma de atuar, tradicionalmente marcada pelo recurso à violência, em suas mais diversas formas, quando diante dessas populações, para uma nova maneira de agir que gradativamente permita a transformação dos valores compartilhados pelos próprios policiais. (BARBOSA 2012, p. 259)*

O que está em jogo nessa discussão é mais uma vez o mandato policial. Ser de verdade significa combater o crime através do embate direto com grupos ditos criminosos. Por outro lado, os policiais de UPP se defendem e afirmam que quando fazem proximidade estão atuando na prevenção ao crime e que por isso poupam o trabalho de toda estrutura policial.

Uma pergunta se faz necessária para uma reflexão ampla sobre o papel do policial de UPP e seu mandato. Em que medida atividades de natureza discricionária podem ser tratadas ou englobadas como prevenção situacional ou social do crime?

Mediação de conflitos interpessoais, redução da violência doméstica, ordenamento social, aparecem nas conversas com comandantes e soldados como papel de um policial nas UPPs. Ainda que os policiais de UPP tenham feito cursos de mediação de conflito (em parceria com o Ministério da Justiça) a fala recorrente no campo é que não se sentem aptos para a realização desse trabalho, por vezes por falta de legitimidade da polícia em atuar dessa maneira, principalmente em locais de maior tensão, como o Complexo do Alemão, e por vezes por acreditarem em outras formas mais tradicionais de resolução dos mesmos, leia-se a prisão. Na prática, esse é mais um exemplo do limbo institucional em que se encontram os policiais de UPP, em que agir mais ou agir menos passa por diferentes acusações, entre elas a de prevaricação, como já citamos acima.

A contradição exposta aqui é clara. Ter um mandato estendido, que envolve realização de funções não convencionais na PMERJ, poderia ser a chave para se ter um policial “ainda mais policial”, mas o que vemos é o contrário disso: por não estar envolvido diretamente em situações de “guerra” ele é considerado menos policial, um policial que não é de verdade, um smurf. Essa contradição informa e muito sobre os desafios postos para a UPP. No campo foi possível perceber uma desmotivação por parte dos policiais por não encontrarem aderência institucional de suas ações. A já tradicional expressão “enxugando gelo” utilizada para se referir às ações de combate ao crime ineficazes, aparece aqui, nas conversas com os policiais, apontando a necessidade de “pacificar a polícia”, como me disse um soldado da UPP Vila Cruzeiro, que naturalmente optou por manter seu nome em sigilo.

Esse afã de ser o “Rambo” traz em seu bojo uma ideologia de guerra, de confronto, de que a resolução para o problema da violência no Rio se faz através de armas e do combate direto ao dito “crime organizado”. Mesmo com esse esforço de construir uma oposição entre modelos distintos de policiais devemos ter em mente que as linhas de conexão para a população assistida são pequenas. Como imaginar que a população irá se apropriar de um novo fazer policial e olhá-lo de forma mais humana se o abre-alas para a chegada dele é o BOPE e as forças armadas com todo aparato de guerra, inclusive tanques? Como crer em uma aproximação real se os policiais sistematicamente ainda portam fuzis de grosso calibre como instrumento principal de trabalho? Essas e outras questões do mundo real devem permear todo pensamento sobre a filosofia que está por trás das ações e das coisas como acontecem no dia a dia, assim como as percepções dos moradores.

Os smurfs vivem então esse dilema. Se, por um lado, não são considerados policiais de verdade, por outro lado, se queixam do excesso de trabalho devido ao mandato estendido. Ora, resta saber por qual viés se dará a resolução desse dilema, alguns já apontam que as diversas denúncias de violação por parte dos policiais estejam ancoradas nesse desejo de ser “Rambo”, de ter mais poder pelo viés armado e para provar ao restante da Polícia como os policiais de UPP são também de verdade. Os “Smurfs” estariam mostrando suas garras.

Os dilemas e contradições postos para os policiais de UPP ultrapassam as fronteiras territorializadas dessa política. Imaginar um outro tipo de policial significa refletir sobre um outro tipo de polícia que esteja sintonizada na garantia dos direitos de segurança de todos os moradores e com uma aproximação efetiva e participativa na gestão da paz.

Devemos considerar ainda que a expressão maior do perfil smurf são os policiais que desenvolvem projetos sociais no interior das favelas que circunscrevem o perímetro da UPP em que estão lotados. (Este é um assunto que vou introduzir aqui, mas que pretendo retomar no capítulo três).

De maneira geral, esses projetos contam com a anuência do comandante, mas têm uma gama de variáveis a serem consideradas e que certamente permitem uma análise mais aprofundada sobre esse fenômeno. Podem ser encarados como a exacerbação da estratégia de proximidade, mas igualmente vistos a partir do que se propõem enquanto atividade fim.

O primeiro ponto que deve ser levado em consideração, ao analisarmos esse fenômeno, é a trajetória individual dos operadores dos projetos. É razoável imaginarmos que as pessoas desejam fazer projetos sociais que deem conta de caminhos individuais de especialização em determinada área. Um “faixa preta” de Jiu-jitsu certamente, ao optar por desenvolver um projeto social, irá dar aulas da arte marcial em que se especializou. Essa dimensão do encontro entre a sua trajetória anterior e seu fazer atual (o trabalho policial) não pode ser desprezada na análise do fenômeno. É claro que apenas policiais com especialização anterior são capazes de desenvolver com mínima competência um projeto social.

A aproximação entre trajetórias individuais e policiamento de proximidade pode ser encarada como uma estratégia interessante para manter o policial motivado em

desenvolver ações de proximidade, ao passo que condiciona essas ações às habilidades anteriores à entrada desses atores na instituição. O que mais uma vez salienta a falta de diretriz clarificada sobre o que venha a ser policiamento de proximidade.

O momento que os projetos acontecem são também uma forma interessante e alternativa para se enxergar o impacto deles em diversos campos analíticos diferenciados. Compreender se o policial desenvolve o projeto em horário de serviço, de folga ou se ele possui flexibilidade na escala diz muito sobre o nível de comprometimento daquela UPP em ações desse tipo. Um policial que desenvolve o projeto em seu horário de folga demonstra um comprometimento com a ação, mas não necessariamente com a estratégia de policiamento de proximidade, já que ele passa a ser agente de uma ação descolada do trabalho policial. Já aquele que realiza suas ações durante o expediente demonstra que naquela UPP esse tipo de ação é encarado como uma forma possível de trabalho policial, representado na maioria das vezes como uma maneira preventiva de atuação. Para aqueles casos em que os policiais tem flexibilidade da escala foi observada uma certa indisposição do restante do efetivo, pois aumenta as chances desses serem sorteados para dias em que não desejam trabalhar, o que certamente prejudica a integração da tropa a esse tipo de atuação.

Outro fator crucial para a análise desse fenômeno é o comprometimento do comandante da unidade no desenvolvimento desses projetos, sendo o horário e as múltiplas possibilidades supracitadas, um bom exemplo da influência dele de forma positiva ou negativa para o encorajamento desse tipo de ação. De maneira geral, foi observado em campo que a trajetória individual dos atores dos projetos e a disposição do comandante da unidade para esse tipo de ação são as principais motivações para o desenvolvimento dos projetos. Analisar essas duas dimensões se mostra uma estratégia eficaz para abarcar o fenômeno nas suas mais variadas formas de apresentação.

Um bom exemplo sobre a análise empreendida é a UPP Nova Brasília, no Complexo do Alemão. Cujo comandante chama-se Rodrigues e tem posto de Major.

Na fala dele há uma associação clara entre o que ele chama de ações públicas de proximidade e “reação proporcional do tráfico de drogas local”. De acordo com ele, toda vez que a UPP protagoniza um evento público que poderá gerar empatia dos moradores com a polícia, o tráfico de drogas local reage e, quase sempre, assassina alguém diretamente envolvido com a ação. Na entrevista, alguns exemplos foram

citados, tal como o caso da primeira policial feminina assassinada na história da corporação depois de um evento de lutas organizado pela UPP, em que campeões mundiais de UFC participaram e que teve um grande apelo entre os moradores; no dia seguinte ao evento, ocorreu a morte da soldado. Outro exemplo exposto pelo Major foi o chamado “baile da proximidade”, um baile funk co-organizado por policiais da UPP que contou com mais de mil pessoas, e também, no dia seguinte, um dos seguranças particulares do evento foi morto a tiros na porta de sua casa, na comunidade do Capão, dentro da UPP Nova Brasília.

Essa associação entre ações de proximidade e reação do tráfico de drogas demonstra uma nova luta em jogo na favela; para além de uma disputa militar de intervenção tática, há um claro embate em torno daquilo que diversas vezes o Secretário de Segurança José Mariano Beltrame chamou de “disputar corações e mentes”. Ao afirmar que os traficantes reagem a esse tipo de ação, o comandante da UPP está, nas entrelinhas, informando que esses identificam nesse novo modo de atuação uma ameaça. A investigação dessa operação discursiva se mostra essencial para o entendimento da complexidade envolvida no fenômeno e para a compreensão desses projetos como parte de uma política de segurança local.

Ora, se dizemos que as formas práticas da polícia de proximidade dão conta do processo de pacificação, podemos afirmar, sem sombras de dúvida, que os projetos sociais protagonizados por policiais são a radicalização da tentativa de geração de proximidade e empatia entre os policiais e os moradores, mas o próprio termo “pacificar” ainda não encontrou seu lugar nas práticas cotidianas, de maneira que não se sabe em que momento está sendo desenvolvida a pacificação.

Como já discutimos no começo do capítulo a pacificação é o horizonte de atuação, mas também é modo e ainda é processo. O grande problema é que a onipresença da pacificação se faz confusa inclusive para os seus operadores, os policiais que atuam na ponta.

## Capítulo 2

### Polícia Comunitária ou Polícia de Proximidade?

Já apresentei no capítulo anterior as dificuldades das linhas de conexão entre práticas e discursos no seio das UPPs. A dificuldade de encontrar a paz na prática é a mesma para encontrá-la na fala dos operadores. A confusão entre meios, fins e modos se dão também na própria denominação do “fazer” das UPPs. É consenso que a forma de atuação das Unidades de Polícia Pacificadora não é a convencional dos muitos batalhões espalhados pelo estado do Rio de Janeiro. É sabido também que essa não é a primeira tentativa de construir um policiamento menos combativo e mais próximo à população. Afinal, que tipo de policiamento é esse?

O Rio de Janeiro tem as primeiras experiências de um policiamento menos reativo e mais preventivo no governo Brizola, com a PMERJ sob comando do já “mitológico” Coronel Cerqueira. O suspiro de policiamento comunitário que integrara policiais e moradores, foi implementado em Copacabana, e enfatizava a prevenção e a negociação dos conflitos (MUNIZ, LARVIE, MUSUMECI e FREIRE, 1997:201). Cerqueira criou o Centro Comunitário de Defesa da Cidadania, um conjunto de serviços (defensoria pública, balcão de empregos, etc.) destinados a atender alguns bairros. Ademais, durante sua gestão, foram ministradas aulas sobre a história do negro no Brasil, que abordavam, de forma pioneira, a questão da violência policial de caráter racista (RAMOS e MUSUMECI, 2005:55).

Porém, as experiências do Coronel Cerqueira e do governador Brizola não tiveram continuidade. Em um contexto de crescente criminalidade e com pouca aderência institucional, o projeto de policiamento comunitário naufragou e as velhas práticas de policiamento reativo voltaram a imperar no estado do Rio de Janeiro.

Já no governo Garotinho o responsável por implementar a experiência do policiamento comunitário foi Luiz Eduardo Soares. Um pensador que sempre criticou a estratégia violenta utilizada pela Polícia Militar carioca, reconhecendo que esta estava causando o crescimento cada vez maior do abismo entre o Estado e certos setores da sociedade. Em 2000, ele ajudou a implementar o GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais), no Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, com o objetivo de aproximar a

polícia da comunidade e tentar eliminar alguns dos principais problemas (corrupção, violência e abuso de poder) que se tornaram institucionalizados dentro da força policial. Os três objetivos principais do GPAE eram: reduzir o acesso a armas de fogo e porte de armas aberto; manter jovens fora de uma vida no crime; eliminar as práticas violentas da Polícia Civil e Militar. O GPAE era em teoria um excelente conceito, que conseguiu o impensável ao reduzir a zero a taxa de homicídios no primeiro ano, e, inicialmente, foi apoiado pela comunidade. Após este sucesso inicial, o projeto foi ampliado para incluir programas similares nas favelas da Formiga, Chácara do Céu, Morro do Cavalão, em Niterói, e Vila Cruzeiro. No entanto, após um período curto de lua de mel, o programa foi atormentado pelas dificuldades que muitos projetos comunitários enfrentam. O policiamento comunitário exige um enorme investimento de funcionários, materiais, tempo e dinheiro, e por muitos anos o Estado não estava disposto a investir nesses recursos.

Sobre os GPAEs, Michel Misse pontua em artigo publicado na revista *Le Monde Diplomatique Brasil*:

*As UPPs sucedem a outra experiência, menos abrangente, mas muito parecida em seu início: a experiência dos GPAEs (Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais), criados no governo Garotinho (1999-2002). Como o próprio nome admitia, tratava-se de uma estratégia policial para “áreas especiais”, territórios que seriam primeiramente “conquistados” dos traficantes e depois “controlados” por forças especiais localizadas fisicamente na área. O programa começou a dar certo (no mesmo sentido em que as UPPs também começaram a dar certo), mas o tráfico era forte o suficiente para continuar operando, ainda que evitando violências no território, agora tacitamente controlado pela polícia. O programa ruiu quando a grande imprensa do Rio denunciou que o governador estava também “tacitamente” aceitando que o tráfico continuasse a operar, mesmo que sem violência e sem “controle” efetivo do território. Sem maior apoio político, os GPAEs continuaram a existir como uma espécie de minibatalhões locais, mas*

*perderam parcialmente a capacidade, inicialmente prometida, de controlar a “área especial”. Não chegaram sequer a ter a abrangência territorial das UPPs.*

Conceitualmente o policiamento comunitário se distingue do patrulhamento pelo envolvimento da população na gestão da segurança. Para BARBOSA (pag 257; 2012), essa rubrica traz em si uma ambiguidade: ao passo que a segurança é de responsabilidade de todos, em que se é feita uma co-gestão, a responsabilidade da polícia paradoxalmente aumenta. Diz o autor:

*A principal característica que podemos apontar diz respeito à coparticipação do público na produção da ordem e na gestão da segurança, como o próprio nome já diz. Tudo se inicia a partir de uma confissão de fracasso: o reconhecimento de que a polícia sozinha nunca vai dar conta do recado. E esta divisão de responsabilidade com o público aumenta, paradoxalmente, a responsabilidade da própria polícia, uma vez que ela deve funcionar na preparação desse público para ser um agente efetivo na coprodução da segurança, por meio da criação de canais apropriados de interlocução.*

Devemos considerar que, pioneiros na conceituação do policiamento comunitário, Trajanowicz e Buqueroux definiram-no como:

*Uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área. (1994)*

Nas duas definições um fator é fundamental para que possamos chamar uma polícia de comunitária: a co-gestão da segurança, o fato que a polícia sozinha não é capaz de dar conta dos problemas ligados a criminalidade, em essência, a aproximação da polícia com os moradores.

O exame da bibliografia sobre o assunto, as conceituações sobre policiamento comunitário colocam em cheque os gestores das UPPs: será que tal experiência cabe nessa rubrica? Os primeiros documentos oficiais, o site e discursos das autoridades sobre as UPPs o colocavam como tal. Repentinamente, a partir de meados de 2013 os gestores pararam de usar esse termo para começar a usar “policiamento de proximidade”.

Aproveitando minha já citada inserção na SESEG e sob posse da bibliografia sobre policiamento comunitário, lancei-me a uma outra etapa no campo, que consistiu na investigação entre os gestores, os formuladores da política de pacificação, sobre a mudança no conceito das UPPs.

Em um momento inicial, já pude compreender uma incongruência entre as práticas discursivas e a operacionalização. Não que elas informassem coisas diferentes, mas simplesmente o discurso das autoridades não se mostrava preocupado exatamente com a operacionalização daquilo que é dito. O maior exemplo disso é essa troca do conceito de “policiamento comunitário” para o de “policiamento de proximidade”, considerando que sobre a primeira expressão existe uma larga bibliografia sobre o assunto<sup>26</sup> e que as UPPs conceitualmente não se enquadravam nos significados atribuídos a este termo; e quanto à segunda expressão, porque não havia experiência anterior ou qualquer conceituação sobre o seu significado. A ampla divulgação do termo policiamento de proximidade não tem pilar bibliográfico, tampouco, a troca foi amparada inicialmente nas inúmeras diretrizes da PMERJ.

A filosofia de Polícia de Proximidade de acordo com os gestores pressupunha que houvesse uma aproximação entre polícia e comunidade, gerando maior grau de participação por parte da população na identificação e resolução de problemas em um espaço geográfico definido, potencializando os resultados alcançados.

---

<sup>26</sup> Ver SKOLNICK, J.; BAYLEY, D. , 2002.

Para que isto ocorra, está previsto na Diretriz de Polícia de Proximidade, publicada no Bol. PM em 08 de novembro de 2013<sup>27</sup> pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, uma série de estratégias para que o policial lance mão a fim de alcançar este objetivo. Pode-se citar como estratégia:

*a) Organização Comunitária – com vistas à identificação de lideranças locais e a realização de reuniões periódicas para identificar quaisquer tipos de problemas que ocorram e a adotarem soluções. Não há necessidade de a polícia ser protagonista destas reuniões, deixando a condução destes encontros a cargo das lideranças comunitárias, somente tornando-se mais um dos órgãos responsáveis pelo bem estar da comunidade.*

*b) Espaços Multidisciplinares de Prevenção – que nada mais são o que chamamos nesta pesquisa de projetos sociais realizados pela polícia que envolve cursos esportivos, culturais, profissionais e eventos recreativos. O policial pode participar como protagonistas e/ou como captadores dos recursos humanos, materiais e infraestruturas necessárias para que ocorram.*

*Esta estratégia permite maior aproximação entre operadores de segurança e a população, superando a apatia e a desconfiança e ampliando o mandato policial.*

*c) Alocação permanente do policial ao serviço – com vistas à manutenção de um policial militar específico na mesma atividade e no mesmo local de sua atuação, dando-lhe tempo, oportunidade e continuidade para o desenvolvimento efetivo da parceria com a comunidade.*

*d) Mediação de conflitos – a ser utilizado pelos policiais militares em conflitos interpessoais, facilitando o diálogo e a*

---

<sup>27</sup> Texto adquirido através de minha inserção na SESEG entre abril e agosto de 2014.

*negociação e auxiliando na identificação dos interesses comuns, complementares e divergentes.*

*e) Patrulhamento a pé – com vistas a permitir maior contato policiais militares e comunidade.*

*f) Grupos de Aproximação – objetiva ajustar condutas e ações das pessoas físicas e jurídicas que residem ou frequentam o espaço geográfico das UPPs, a partir de comissões formadas por representantes da comunidade, que podem ter em sua constituição policial militar. Dentre suas atividades pode-se citar a realização de eventos rotineiros ou ocasionais com vistas à participação de todos.*

*g) Avaliação qualitativa - processo de medição da melhoria da qualidade de vida da comunidade e da sua interação com os policiais militares da Polícia de Proximidade.*

*h) Formação Continuada em Polícia de Proximidade - direcionada para todos os integrantes das Unidades Policiais de Proximidade, considerando-se primordial para o desenvolvimento de todas as demais rotinas constantes na Diretriz de Polícia de Proximidade.*

*i) Visitação pós-ocorrência – com intenção de levantar informações com pessoas que estiveram envolvidas em ocorrências criminais ou não, visando mensurar e diagnosticar o conflito, personalizando a vítima e verificando a possibilidade de aplicação da estratégia de mediação de conflitos.*

*j) Atenção a grupos vulneráveis – que consiste no policiamento voltado a garantia da proteção aos direitos dos grupos vulneráveis.*

*O artigo 5º da Diretriz aponta algumas ações que podem ser adotadas para desenvolver a polícia de proximidade. São elas:*

#### *I. Identificação e contatos com as lideranças locais*

- II. *Palestra sobre a Polícia de Proximidade*
- III. *Identificação dos problemas da comunidade*
- IV. *Coleta de informações (características socioeconômicas, características geográficas ambientais)*
- V. *Identificação de fatores de mobilização comunitária*
- VI. *Estabelecer indicadores e fixar metas*
- VII. *Controle de qualidade, desenvolvimento contínuo e atualização*
- VIII. *Ações em escolas*
- IX. *Eventos recreativos*
- X. *Realização de campanhas educativas e preventivas*

Essa diretriz vem para preencher esse vazio conceitual que o termo “policiamento de proximidade” sofria. É bem verdade que o termo não foi uma invenção dos gestores da SESEG, para alguns autores (BURGOS, CAVALCANTI, PEREIRA, BRUM E AMOROSO, 2011) há experiência de policiamento de proximidade no Canadá e Estados Unidos na década de 70, porém eles tampouco pontuam qual seria a diferença entre as duas formas, ou se são a mesma coisa.

Mais uma vez as operações discursivas envolvendo as UPPs encontram seus sentidos patinando na incerteza institucional. Ora, nas entrevistas e conversas internas na SESEG pude compreender que os gestores não percebiam que as UPPs estavam sob o guarda chuva conceitual do policiamento comunitário. O que é dito é que neste modelo, grosso modo, os policiais esperariam a comunidade se aproximar e a partir daí seria feita a co-gestão da segurança, ao passo que no policiamento de proximidade a polícia seria proativa na aproximação.

Essa tentativa de mudança de foco e de mobilização comunitária por parte das UPPs é o foco de nossa análise a partir de agora na sua forma mais radical em que

se apresenta, através dos projetos sociais desenvolvidos por policiais nos territórios em que atuam. No campo realizado entrevistei praticamente todos os policiais envolvidos em projetos sociais de todas as UPPs, os que não tive acesso foi por imprevistos ou casualidade. O movimento que trarei agora será o de construir uma análise panorâmica sobre esses projetos nos territórios e colocar uma lupa na UPP Nova Brasília no Complexo do Alemão, onde pude aprofundar meus estudos.

A diferenciação feita pelos gestores das UPPs sobre policiamento comunitário e policiamento de proximidade se dá na proatividade da polícia, na medida em que esta se aproxima da população. Nenhum autor que conceitua policiamento comunitário diz que é a população que deveria procurar a polícia para realizar a co-gestão da segurança pública; os autores citados mostram que o importante é que os moradores participem e se sintam responsáveis pela gestão do território, mas não indicam uma fórmula ideal para a mobilização dessa parceria. Ainda assim os formuladores das UPPs pontuam essa como sendo a principal diferença entre os dois tipos de policiamento, reforçando a tese que o policiamento de proximidade não possui pilar bibliográfico capaz de dar sustentabilidade a rubrica.

Analisar essa troca de nomes não é apenas capricho do pesquisador ou desafio lançado aos gestores, está embutido nesse deslocamento discursivo questões importantíssimas para entender as UPPs e as ações de proximidade feita por elas. Ao falar que a partir de agora a polícia irá ser proativa na aproximação com a comunidade os gestores colocam dois pressupostos. O primeiro é que a população não tem organização suficiente para ser representada e participar espontaneamente da gestão da segurança, neste caso, seria então papel das UPPs gerar essa organização de forma que a população possa participar das decisões que envolvem seu dia a dia. O segundo pressuposto é que os moradores não querem fazer parte da co-gestão da segurança, não se sentem responsáveis por essa iniciativa; seria, então, responsabilidade da polícia a conscientização dos moradores daquilo que seria melhor e da importância da participação; as UPPs teriam um papel de mobilização.

Nas duas situações voltamos ao problema do tamanho do mandato policial e do limbo institucional sobre as reais funções de um policial de UPP. Como indicamos no capítulo anterior, o Estado através da política de pacificação possui uma agência proativa reguladora da ordem desejada, e isso, combinado com as funções de repressão, gera uma ampliação do mandato desse policial sem definição dos seus limites de

atuação, o que como vimos, pode ser perigoso do ponto de vista do controle social da atividade policial.

## **O Comandante**

A despeito da minha boa entrada com os moradores da Nova Brasília, principalmente por ter nascido lá, minha opção foi a de etnografar a UPP sob o ponto de vista dos policiais. Busquei as conexões e rupturas entre o oficial e o oficioso.

Nesse sentido tive um grande interlocutor durante o trabalho de campo, justamente o comandante da UPP Nova Brasília, o Major Edson que nutria um interesse especial sobre o tema da proximidade e considerava interessante ter alguém olhando para isso com olhar de pesquisador. Em diversas ocasiões ele me passou temas que poderiam ser do meu interesse de pesquisa, e inclusive, alguns vieram mesmo para esse texto.

Os contatos com o Major se deram de duas formas, com entrevistas agendadas, uma delas contou inclusive com um questionário semiestruturado e por conversas informais em eventos e no dia a dia da favela, das duas formas consegui informações valiosas sobre meu campo de problemas e possibilidades.

O Major Márcio Ferreira Rodrigues de Freitas tem 37 anos, com 14 dedicados a PMERJ e 1 ano e meio à UPP Nova Brasília. Antes de desembarcar na UPP ele passou por alguns batalhões como o 24º BPM/M; 28º BPM/M; 20º BPM/M; GTAN e participou da ocupação da Rocinha para instalação da UPP. Na verdade, ele me confidenciou que esperava ser comandante daquela UPP e de um dia para o outro foi convocando para sair da Rocinha e assumir a UPP Nova Brasília, cedendo o posto a outro Major, Edson preso recentemente por envolvimento na execução e sumiço do pedreiro Amarildo em junho de 2013.

Rodrigues é formado em Educação Física e Direito, tem fala mansa e sempre se coloca de maneira clara, possui comunicação direta e objetiva, o que facilitou a coleta de dados no campo.

A opção por ter o comandante como interlocutor principal não é óbvia e muito menos fácil. Sabia que ao privilegiar esse ator na minha etnografia estaria desprivilegiando outros atores que poderiam me passar informações relevantes sobre o operacional das ações de proximidade, mas com o Major consegui compreender um pouco da formulação e da orquestração das formas de policiamento local.

Ao final julguei essa decisão acertada, tendo focado na gestão das ações de proximidade pude entendê-las como prática e como conceito, e assim, tive um experiência mais ampla de contato com elas.

## **Donos do morro**

*“O dono do morro  
Não tem escritura nem procuração  
Criado no morro, ele virou zorro da população*

*É Cosme e damião... tem bala  
Se é vacilação... é vala  
Se tem confusão... abala  
E se é eleição... não fala...”*

*(Trecho de “O Dono e o povo”, Leci Brandão)*

Em maio de 2012 o LAV - Laboratório de Análise de Violência da UERJ lançou uma publicação, em parceria com o Fórum de Segurança Pública, crucial para o entendimento do processo das UPPs. Eles se propunham, sob a batuta do professor Ignácio Cano, em fazer uma análise do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora sob diversos pontos de vista, dos gestores, moradores e policiais. Para essa empreitada o nome dado ao produto final foi “Os Donos do morro: Uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro”.

O texto nos traz vários apontamentos interessantes e inaugura uma série de novas discussões acerca do tema, mas gostaria de me ater no próprio título da publicação. Quando os autores colocam a expressão “donos do morro” ele dá conta de um papel muito comum nas favelas cariocas. Aqui já foi citado no capítulo I um pouco dessa figura, no caso, o Orlando Jogador, mas tivemos vários outros traficantes<sup>28</sup> que eram considerados a instância máxima de decisão sobre as questões e conflitos da favela. A figura do “dono do morro” está presente no imaginário dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, em especial aos das favelas.

Ser “dono do morro” ou “frente” significa ser quem decide, quem dá as cartas. Antonio Rafael no livro *Um abraço para todos os amigos (1998)* traz uma passagem que ilustra muito bem o papel dessa figura. Em uma conversa com um interlocutor sobre esse tema ocorre o seguinte diálogo: “*Se o home (o dono do morro) chegar e fala assim ‘Me dá tua arma, vou te matar’, você dá*”[O autor retruca] “*O quê?!*”, “*Dá sim, dá sim, essa é a lei*”.

Com a chegada das UPPs quem assume esse papel de frente no morro É o comandante? Fui a campo perseguindo esta dúvida, imaginando um cálculo matemático exato, como se as peças de lego se encaixassem independentemente das configurações postas, tinha quase certeza que o comandante passaria a assumir um papel central, talvez tomar o lugar ou se tornar esse personagem principal da favela, aquele que decide e julga, aquele que produz a ordem local. Percebi que estava 50% certo, mas que a realidade é certamente ainda mais múltipla e dinâmica do que havia projetado como uma mera substituição entre as peças do jogo.

## **Feijoada de sexta**

Estava na base da UPP Nova Brasília esperando o comandante para mais uma conversa, dessa vez falaria sobre reuniões comunitárias, tentaria entender o que ele pensava sobre isso e qual seria o papel dos policiais nessa organização. Repentinamente

---

<sup>28</sup> Não faltam exemplos, Celsinho da Vila Vintém, Uê (Morro do Adeus), Lulu (Rocinha), Ném (Rocinha), Betinho (Nova Brasília), F.B.(Vila Cruzeiro), Marcinho VP (Santa Marta) eternizado no livro *Abusado* do jornalista Caco Barcelos, sob a alcunha de Juliano VP, entre tantos outros.

entra uma mulher chorando e buscando falar com o mesmo comandante. Outro policial (não identifiquei a patente, mas fiquei com a impressão de ser sargento) a atende e pergunta o que estava acontecendo. Segue o trecho do meu diário de campo com a conversa:

*- Sabe o que é “seu policia”, minha vizinha ta construindo um muro na casa dela e ta invadindo meu terreno.*

*-Hã...*

*- Pra piorar a filha da p...*

*-Opaa...a senhora está em um lugar de respeito, por favor use melhor as palavras.*

*- Foi mal!*

*- Mas é que além de estar entrando no meu terreno a porcaria do muro caiu e machucou meu filho!*

*- Minha senhora, a senhora tem que ficar mais calma, ô soldado pega la um copo d’água pra dona...*

*- Pois então, minha senhora. Machucou muito seu filho? Já levou ele na UPA?*

*- Foi só na perna, nem precisa ir no médico, mas isso é sacanagem pô... Fui reclamar com ela e quase saí no tapa, só não fiz porque num sou disso, resolvo minhas coisas de forma diferente...Aí vim aqui.*

*- Aguarda um minutinho aí senhora...*

*O policial sai do campo de visão da moradora e entra em uma outra sala, uma espécie de copa improvisada e pega um café, um soldado vai atrás. Tive sorte, pois estava sentado estrategicamente de modo que conseguia vê-los e continuar vendo a mulher.*

*O soldado em tom colaborativo conversa com o sargento:*

- *Que feijoada hein.... brincadeira não!*

- *Ué hoje num é sexta, dia de comer feijoada, simhora...*

*O suposto sargento retorna caminhando de uma sala para a outra onde estava a mulher e volta já perguntando em tom alto, como se quisesse que todos ali presentes, inclusive eu, ouvissem o que ele falaria.*

- *Minha senhora, em primeiro lugar, como a senhora sabe que ela tá invadindo seu terreno, tem escritura?*

- *Moro ali a 20 anos, como é que num é meu?*

- *Num tô dizendo que não é seu, mas aqui eu respeito a lei. Se a senhora tá dizendo que ela tá invadindo seu terreno tem que ter escritura para falar que aquele terreno é seu, entendeu? Tem que provar que aquilo lá é seu. Tô querendo te ajudar, mas num tô aqui pra fazer favor pra ninguém.*

- *A senhora tem que ir na prefeitura ver isso.*

- *Ei...ei...ei...*

*Nesse momento reparei que o sargento estava me chamando.*

- *Oi, respondi.*

- *Você num é da prefeitura?*

- *Não mais. Já fui...*

- *Onde ela consegue resolver isso, você sabe?*

- *Olha, escritura é um negócio que demora pra ter, aqui é favela quase ninguém tem escritura, nesse caso eu acho que prevalece o bom senso, mas acho que o órgão responsável é o ITERJ<sup>29</sup> do governo do Estado, mas também nem tenho certeza... Sobre a obra ela pode ver com o pessoal do POUSO<sup>30</sup> que fica lá na*

---

<sup>29</sup> Instituto de Terras do Rio de Janeiro.

<sup>30</sup> Posto de Orientação Urbanística e Social, órgão ligado a Prefeitura do Rio de Janeiro.

*praça do terço, eles que veem essas coisas de obra aqui, se ela for irregular eles embargam.*

*Respondi com bastante resignação, estava ali com posição de pesquisador e tive que repentinamente participar de uma “ocorrência”, me vi como saída para um caso que o policial não se sentia responsável em resolver.*

*- Tá vendo senhora, num é aqui que resolve não, é lá na prefeitura... Qual nome do lugar mesmo?*

*Respondi. – Pouso.*

*A senhora agradece, levanta-se e fala:*

*- Vou nos “meninos” que lá eu resolvo tudo num lugar só e sem gracinha.*

*A mulher sai da sede da UPP e no mesmo momento o comandante sai de sua sala e me chama para conversar, antes pergunta ao sargento se teve alguma “alteração” durante o dia.*

*- Nada Major, só feijoada, hoje num é sexta? Dia de feijoada, pô...*

## **O que é dito**

*“...Não confio na polícia, raça do car...”*

*(Trecho de Homem na Estrada, Racionais Mc's)*

Quando o Major Rodrigues assumiu a UPP Nova Brasília em 2012, instituiu a reunião comunitária como algo crucial para gerar a tal proximidade com os moradores da região. De acordo com ele “*esse é um ótimo momento para entender um pouco mais da favela*”. As reuniões aconteciam na quadra da Praça do Terço, um ponto central na parte baixa da favela e perto de vários equipamentos públicos, como a Praça do

Conhecimento, o Cinema e o escritório do POUSO; em dias de menor quórum ela acontecia na escola Clovis Monteiro, ao lado da quadra.

A periodicidade da reunião variava. Para o major o ideal seria que ela fosse mensal, mas isso dependia do “clima da comunidade”, como Rodrigues uma vez me disse: *“isso vai depender do clima, aqui dá ruim todo dia, então tem que ver se tá tranquilo pra fazer a reunião naquela data”*.

Justamente no dia que participaria da minha primeira reunião comunitária na Nova Brasília, a mesma havia sido cancelada. Na noite anterior houve confronto entre policiais e traficantes e não se tinha o “clima” para a realização da reunião. O que na verdade foi bom para mim, apesar do prejuízo de não conseguir assistir a reunião, pude conversar com calma com o comandante sobre o assunto.

Ele relatou estar desanimado com a realização dessas reuniões, disse que um outro órgão deveria puxá-las e não a UPP; para ele deveria partir da UPP Social essa iniciativa. Indaguei se os temas a serem discutidos não mudariam, já que a UPP Social estaria mais focada nos serviços e a UPP no policiamento. Este foi o diálogo que se seguiu:

*- Mas nessas reuniões não aparece nada de polícia, pra gente tá tranquilo... Eles só falam de lixo, de luz, de água...É por isso que desanimo em fazer essas reuniões, porque sobre essas coisas eu não posso fazer nada.*

*Retruquei: - Mas o senhor encaminha essas demandas né?!*

*- Encaminhar, encaminho, mas nunca dá em nada. O pessoal fica feliz, acha que por a gente ser da UPP vamos resolver tudo, e na real a gente também num consegue nada.*

*- Mas Major, eles não falam nada de policiamento?*

*Ele balança a cabeça negativamente e eu continuo insistindo no tema, apesar de perceber que ele já não queria falar muito sobre isso.*

*- Mas Major, porque será que eles não falam nada, será que tem medo de alguma coisa?*

A resposta do comandante me surpreendeu e isso me fez encerrar o assunto antes do previsto.

*- Sabe o que é, isso está na cultura deles aqui. Saíram os vagabundos (sic) e agora estamos aqui há pouco tempo. Tu acha que vagabundo fazia reunião comunitária? Mandava matar e pronto, fazia o que queria. Talvez até tenham medo mesmo, mas por coisas passadas, não tem motivo de ter.*

De fato aquela foi a última tentativa de realização de reunião comunitária por parte do comandante da UPP Nova Brasília. Em seguida as reuniões passaram a ser capitaneadas pela associação de moradores, na sede da mesma, com a presença do comandante.

## **O Programa de Proximidade**

A Diretriz Geral de Proximidade do ano de 2013, na qual já mencionamos alguns dos seus principais trechos, fala um pouco sobre o que deve ser esse tipo de policiamento no âmbito das UPPs. Porém, ela não apresenta como deve ser implementada essas ações, o que por um lado é bom, pois não homogeniza as ações sem considerar a diversidade do que se encontra nas favelas; mas por outro lado, talvez não seja positivo, já que não clarifica a melhor estratégia de aplicação desses preceitos, cabendo ao comandante da unidade definir como deverá ser aplicação da diretriz.

Nesse sentido a UPP Nova Brasília lançou um “programa de proximidade”. Uma série de ações que visavam aproximar a polícia dos cidadãos residentes nas favelas que pertencem ao perímetro da UPP. Dentro do programa há ações a serem

desenvolvidas em longo prazo e eventos pontuais, bem como policias destacados do policiamento de rotina para só fazerem parte dessas ações.

O programa não é escrito na forma de um projeto, está basicamente na cabeça do comandante, esse nível de organização que envolve ações pontuais, públicos diferenciados, ações de longo prazo e uma estratégia definida, me parece muito mais uma organização da minha cabeça de pesquisador do que efetivamente pensada pelo gestor.

Porém, é visível um esforço por parte do comandante em institucionalizar essas ações de proximidade. Um belo exemplo disso é o uniforme diferenciado que os policiais responsáveis por esse programa possuem. É uma roupa “estilo educação física”, camiseta regata branca, com a logo da PMERJ e da UPP e escrito centralizado “Programa de Proximidade da UPP Nova Brasília”, short azul marinho, meias brancas e tênis preto. O comandante achava necessário diferenciar esses policiais daqueles envolvidos no patrulhamento, mais à frente falarei mais sobre essa diferenciação.

Dentro das ações pontuais estão basicamente eventos abertos à comunidade, como uma apresentação de lutadores de UFC e um baile funk chamado “Baile da Proximidade”. Dentro das ações de longo prazo estão basicamente os projetos sociais desenvolvidos por policiais, basicamente aulas de luta e reforço escolar ministradas pelos policiais da UPP.

A Nova Brasília se torna um caso emblemático de análise justamente por ser a única UPP que busca institucionalizar sob a égide de seu comandante as ações de proximidade. Elas passam a não ser isoladas e viram um conjunto, deixam de ser projetos solitários e buscam uma coerência de ações em favor da UPP. Nesse sentido a UPP Nova Brasília se torna o maior expoente de uma análise mais aprofundada sobre o que significa a proximidade de policiais e moradores.

Major Rodrigues em conversa informal disse que o maior desafio de implementar ações integradas de proximidade é o interesse do policial em desenvolvê-las, para ele os policiais em sua maioria anseiam por atuar de forma repressiva e que a dificuldade em trazê-lo para um outro tipo de policiamento se dá justamente na mobilização da tropa. Ele traz um conceito muito interessante para análise que é o policial que “não tem perfil de proximidade”, cheguei a indaga-lo do que seria esse perfil, o Major teve dificuldade em me precisar conceitualmente qual seria o perfil

desejado, mas falou-me que alguns policiais não querem nenhum tipo de contato com os moradores o que acaba por dificultar a ação daqueles que desejam um tipo de policiamento mais próximo da comunidade. Na realidade ele associa a falta de interesse a um determinado tipo de perfil, para ele inclusive, trabalhar em UPPs deveria ser facultativo e reservado apenas aos policiais com o “perfil” de proximidade, o que seria impossível pela escala que as UPPs tomaram, análise feita por ele mesmo.

### **Até caveira sobe morro sem farda**

A institucionalização de um programa de proximidade envolve diretamente a importância ímpar de aproximar finalmente a polícia dos moradores da favela. É como imaginar que dois lados até então opostos pudessem se juntar, como aproximar aqueles que a princípio se colocam como inimigos e gerar confiança mútua e co-gestão do espaço e da segurança de todos.

Essa disputa está posta e colocado no campo simbólico da conquista, afinal, para os policiais o que está em jogo no programa de proximidade é a conquista da confiança e por consequência a aproximação dos moradores com a instituição.

Nesse sentido, eventos como o baile da proximidade geram uma empatia dos moradores com a UPP, demonstra um esforço sentido pelos residentes que a UPP está a buscar uma maior aproximação, de acordo com os anseios e costumes de quem vive ali. Um outro evento que chamou a atenção da Nova Brasília foi a visita do campeão de UFC Paulo Thiago, num evento que já tive a oportunidade de mencionar acima

Thiago é lutador de UFC e policial do BOPE e fez questão de conhecer de perto a realidade das UPPs do Complexo do Alemão, entre elas a Nova Brasília. Com a febre em torno do esporte, a presença de um lutador na comunidade gerou grande mobilização entre os jovens. No dia do evento foi um grande rebuliço na favela, com todos querendo ver de perto um campeão no esporte sensação do momento.

Um soldado do programa de proximidade me passou sua impressão sobre aquele momento. De acordo com ele, esse tipo de evento é importante para o resgate da

confiança do morador. Em sua fala, ele coloca a UPP em oposição ao tráfico e me faz uma pergunta em tom orgulhoso: “*Quero ver se os ‘cara’ traz esses bons exemplos pra cá, aí sim, a molecada tem em quem se inspirar, isso é importante pra c..*”.

Aproveitando o momento de aproximação perguntei a ele sobre o fato do lutador também ser policial militar e se isso era motivo de orgulho para a tropa, a resposta foi convincente: “*Mano, o cara é caveira, o cara é caveira, tem noção disso?! Tá tudo dominado, até caveira sobe o morro sem farda agora...*”

## **O Baile da Proximidade**

*Os moradores da Nova Brasília, no Complexo do Alemão, voltaram a dançar no ritmo do funk. Na noite de sábado, na Praça do Terço, a comunidade compareceu ao primeiro baile após a pacificação. Pode ter sido o primeiro de muitos, já que, segundo o major Rodrigues, comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Nova Brasília, a ideia é promover um evento uma vez por mês.*

— *O primeiro Baile da Proximidade foi um sucesso. Os moradores participaram em peso. Havia mais ou menos cinco mil pessoas presentes — estimou o major Rodrigues, que pretende repetir a dose mensalmente: — A intenção é fazer um evento por mês e estender para outros ritmos, como pagode e rock, que foi um pedido da comunidade.*

*Nostálgicos, os moradores comemoraram a volta do baile perto de casa:*

— *Depois da ocupação, às vezes, não tinha nenhum evento próximo. A gente tinha que sair da comunidade para se divertir. Eu sempre frequentei bailes funk, e fazia falta ter um aqui perto. Podia acontecer todos os meses — sugeriu a fiscal Lidiane Silva, de 30 anos.*

*Ela e outros moradores dos arredores da praça curtiram o baile de camarote, ou seja, em lajes, janelas e muros.*

*A segurança do evento, que teve funkeiros da comunidade com atrações e não tocou os chamados "proibições", foi feita por policiais da UPP e por alguns moradores, como o vigilante Everton Mendes, de 25 anos, que recebeu R\$ 50 para fazer parte da equipe de apoio.*

*— Não houve confusão. Apesar de o local estar cheio, ninguém precisou correr — disse a vendedora Ana Carolina Ferreira, de 37 anos, que foi acompanhada da mãe.<sup>31</sup>*

O Baile da Proximidade foi sem dúvida a mais ousada tentativa do comando da unidade dentro do programa de proximidade. A realização de um baile funk - que antes das UPPs fulgurava como principal opção de lazer na favela - era um passo importante na tentativa de aproximação com a comunidade.

O desafio daquela empreitada se dava em diversas frentes. O funk é estigmatizado e associado às questões de delinquência, há quem confunda o movimento cultural que é a música e a dança com a expansão e promoção de atividades criminosas. Para além dos racismos<sup>32</sup> embutidos na estigmatização do funk carioca, houve um movimento político intencional de difamação do ritmo. Hermano Vianna (1996, p 4) traz luz a essa discussão:

*Há um marco na história da relação entre o funk do Rio de Janeiro e o desenvolvimento da percepção da violência (e das causas dessa violência) na vida recente da cidade. Esse marco é bem visível e até mesmo óbvio: trata-se do famoso "arrastão" que aconteceu principalmente na praia do Arpoador, no domingo ensolarado de 18 de outubro de 1992. Tenho dúvidas se aquilo foi mesmo um arrastão. Acho mesmo que foi a*

---

<sup>31</sup> Matéria disponível em <http://extra.globo.com/noticias/rio/nova-brasilia-tem-primeiro-baile-funk-apos-pacificacao-7663914.html#ixzz3DsjVhuIW>

<sup>32</sup> Sobre racismo e funk ver LOPES e FACINA “Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas” in REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2012. Disponível em [http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/revista\\_agcrj\\_pdf/revista\\_AGCRJ\\_6\\_2012.pdf#page=193](http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/revista_agcrj_pdf/revista_AGCRJ_6_2012.pdf#page=193).

*tentativa das galeras de diferentes favelas cariocas (vejam bem, não falo galeras de funkeiros) de encenar na areia da praia o "teatro da violência" que inventaram nas pistas de dança das centenas de bailes funk realizados semanalmente em quase todos os bairros da cidade*

Essas cenas de brigas no arpoador, coração da zona sul do Rio, foram apontadas como reprodução das guerras de facção na cidade, o que fazia uma associação direta do ritmo às atividades ditas criminosas. Com as UPPs e a opção pelo controle do lazer dessas comunidades a repressão ao funk se intensificou, sendo proibida a realização de bailes em praticamente todos os territórios de UPP<sup>33</sup>.

Essa opção por controlar os eventos que ocorreriam ou não nas favelas com UPPs não está baseada somente na arbitrariedade. As proibições estão justificadas através da “resolução 013” que dispõe sobre a realização de eventos no Estado do Rio de Janeiro. Ela impõe uma série de regras para que um evento aconteça no estado, entre elas saída de emergências, banheiros, seguranças, isolamento acústico e etc. Porém, o que chamava a atenção na resolução da SESEG é que tinha uma cláusula que permitia que a PMERJ suprimisse todas as condições já estabelecidas se percebesse que o evento poderia não ser seguro, algo incontestavelmente subjetivo que serviu de alicerce para a proibição de bailes nas UPPs.

Nesse sentido, o fato da UPP estar a frente da realização de um baile ia na contramão de um movimento no interior das UPPs de reprimir esse tipo de manifestação cultural.

Neste caso em específico, a realização do baile da proximidade ocorreu sem maiores problemas. Acabou no horário acordado, sem brigas, o nível das músicas e da diversão foi elogiado por aqueles que compareceram e tudo transcorreu de maneira que parecia ser aquela uma rotina que se estabeleceria, o baile estava de volta à Nova Brasília.

---

<sup>33</sup> Sobre a proibição de bailes funk nas UPPs ver: SIQUEIRA et al. 2013.

## **Toda ação gera reação**

Toda ação provoca uma reação de igual intensidade, mesma direção e em sentido contrário"

Isaac Newton

Os eventos apareceram aqui de forma cronológica. O primeiro deles, a visita do lutador e policial Paulo Thiago que aconteceu em 05 de março de 2012. Ele inclusive, tornou-se padrinho de um projeto de aulas de Jiu-Jitsu no morro do Borel no mesmo dia em que visitou as experiências de proximidade na Nova Brasília. O segundo evento, o Baile da Proximidade ocorreu em 24 de fevereiro de 2013, antes do carnaval.

Foram claras ações articuladas pela UPP com o objetivo da geração de proximidade, porém, ambos foram seguidos de duas impactantes mortes dentro da favela Nova Brasília. Na sequência da visita do lutador, os tiroteios se intensificaram na região e culminou com o assassinato da Soldado Fabiana em frente a sede da UPP, em julho, como mencionei

A morte de Fabiana foi a primeira que aconteceu envolvendo uma mulher em serviço pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, foi um grande marco na já difícil relação entre a UPP e os moradores da favela. Foi um divisor de águas, dali em diante, a relação se fez mais pesada e difícil, os relatos de diversos moradores que pude conversar sobre esse assunto é que a polícia passou a ser dura após esse episódio.

A mesma coisa aconteceu logo depois do “Baile da Proximidade”, mas nesse caso a relação é mais direta. Um dos seguranças do baile, morador da comunidade foi assassinado menos de um mês após a realização do evento. A aproximação com a polícia, através de uma relação de trabalho, foi a sentença de morte do segurança. Esse recado foi claro para aqueles que pretendiam trabalhar em parceria com a UPP na geração da proximidade.

O comandante da UPP Nova Brasília interpreta a morte da soldado e do segurança como uma reação do tráfico de drogas local às ações de proximidade que ocorria realizadas pela UPP. Para ele há em curso uma disputa pela aproximação com os

moradores, então a morte significava um recado à comunidade, como se deixasse transparecer a força do tráfico através desse ataque à sede da UPP que culminou com o óbito de Fabiana e com o assassinato do segurança.

Assim, a análise feita pelo comandante evidencia também uma disputa simbólica de forças, em que ações de melhoria da imagem da polícia são sucedidas por reações violentas do tráfico de drogas, que busca mostrar força. Ora, ao falar na dimensão simbólica, ele quer dizer que as ações públicas de proximidade são uma força e uma ameaça ao domínio territorial dos traficantes de drogas, como se a cada ação de proximidade a UPP ganhasse um terreno nas relações de confiança com os moradores e enfraquecesse o tráfico, seu oponente no campo de disputas simbólicas e práticas. Como ressaltai, diversas vezes o Secretário de Segurança José Mariano Beltrame chamou de “disputar corações e mentes”. Ao afirmar que os traficantes reagem a esse tipo de ação, o comandante da UPP está, nas entrelinhas, informando que para ele, esses identificam nesse novo modo de atuação uma ameaça. A investigação dessa operação discursiva se mostra essencial para o entendimento da complexidade envolvida no fenômeno e para a compreensão dessas ações como parte de uma política de segurança local.

Não considero, e talvez nem o Major, a hipótese do tráfico de drogas saber da existência de um programa integrado de proximidade por parte da UPP e, muito menos, ter isso como um potencial problema, mas creio que para eles é muito danoso que a população estabeleça uma relação de confiança com a polícia, portanto, considero plausível a interpretação que essas reações tenham cunho de subjetivamente e diretamente mostrar aos moradores que qualquer nível de colaboração com os policiais será tratado da forma mais dura possível.

O mais revelador dessas supostas reações do tráfico de drogas é entender que a disputa pelo território, para os atores envolvidos, se dá em dois campos, o bélico, real e palpável e o campo do simbólico, da conquista e em última instância da proximidade.

No meio disso estão os moradores que talvez em sua maioria não desejem ter que aderir a um dos lados dessa disputa. Um morador me fez um relato que interpreto como sendo de primordial importância para entendermos a questão da adesão a um ou outro lado, ou a nenhum. Diz ele:

Tenho menos segurança depois das UPPs, não que eu goste mais do tráfico, vivia com medo também, na verdade nem lembro quando não tinha medo aqui na favela. Mas quando era eles, a gente sabia o que ia acontecer, sabia quando ia dar merda, agora não, tô sentindo o morro meio imprevisível a qualquer momento pode acontecer alguma coisa, a gente não sabe mais...

Só então compreendi que a sensação de segurança, crucial para a adesão a um projeto de segurança territorial, dava-se não pela quantidade ou intensidade de ocorrências violentas e, sim, através da previsibilidade dos comportamentos, de como eu posso me prevenir para as situações que possam colocar em risco minha integridade, ou mais, quais símbolos eu compartilho de forma que eu consiga garantir minha segurança. Ao que consta, a chegada das UPPs embaralhou esses signos e códigos. Neste caso temos que considerar que, apesar das estatísticas apontarem para uma redução do número de homicídios e de ocorrências violentas, os moradores continuam afirmando que não se sentem seguros, ou que se sentem mais inseguros do que antes, conforme a fala acima demonstra

### **Aqui “dá ruim” todo dia**

“Aqui ‘dá ruim’ todo dia”. Com essa frase, reproduzida acima, o comandante da UPP Nova Brasília me falou sobre as dificuldades em aliar as ações de proximidade e o policiamento repressivo, interpretado por ele como ainda necessário para que o “Estado retome o território de vez”.

A Nova Brasília, assim como as outras três UPPs do Complexo do Alemão<sup>34</sup> são tidas como uma das mais difíceis em se trabalhar para os policiais, onde o número de ocorrências e “alterações no serviço”<sup>35</sup> são mais frequentes e, quando não, são os tiroteios e confrontos entre policiais e narcotraficantes.

---

<sup>34</sup> UPP Fazendinha, UPP Alemão, UPP Adeus/Baiana e claro, UPP Nova Brasília

<sup>35</sup> Termo nativo de algo que ocorra dentro do serviço do policial que fuja da normalidade, da rotina.

Como ressaltar, as ações de proximidade são para o comandante e para os soldados que fazem parte do Programa de Proximidade um consenso que servem muito para a prevenção de crimes, para eles essas ações de aproximação com os moradores diminuem a animosidade com relação a polícia e assim, incidem sobre os crimes e confrontos ocorridos na região. Mas ainda que (e talvez por isso) se tenha um programa de proximidade, não se sabe ao certo em que momento se está realizando a aproximação e em que ocasião se está somente reprimindo. Para Rodrigues esses momentos são intercambiáveis, “quando se está reprimindo também está fazendo proximidade”, essa declaração é pautada na relação estabelecida naquele momento da abordagem, embora geralmente seja muito pouco confortável para o abordado. Todavia, Rodrigues enxerga ali uma possibilidade da geração de empatia.

Nas situações que a proximidade já está estabelecida (eventos e projetos sociais) ele vê como uma forma dos policiais conseguirem mais informações sobre a criminalidade do local. Dificilmente há, de fato, alguma denúncia nesses espaços, mas a oportunidade é enxergada entre os que partilham do suposto “perfil de proximidade” e fazem parte do programa.

De acordo com o site das UPPs:

*A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades.*

Nessa toada essas funções se confundem e se misturam no fazer policial das UPPs.

## **A radicalização da proximidade**

O Programa de Proximidade da UPP Nova Brasília comporta ações pontuais e outras de longo prazo. Já tratei aqui dos eventos realizados que classifico como as ações pontuais, no próximo capítulo buscarei refletir sobre as ações de longo prazo, os projetos sociais desenvolvidos pelos policiais. Esses possuem centralidade na geração da proximidade entre cidadãos “comuns” e policiais no sentido que eles são o dia a dia da relação, a rotina, onde o contato se faz mais frequente.

Os projetos têm uma gama de variáveis a serem consideradas e que certamente permitem uma análise mais aprofundada sobre esse fenômeno. Podem ser encarados como exacerbação da estratégia de proximidade, mas igualmente, vistos a partir do que se propõem enquanto atividade fim. Este deslocamento é o que pretendo efetuar aqui.

O primeiro ponto que deve ser levado em consideração ao analisarmos esse fenômeno é a trajetória individual dos operadores dos projetos. É razoável imaginarmos que as pessoas desejam fazer projetos sociais que deem conta de caminhos individuais de especialização em determinada área. Um “faixa preta” de Jiu-jitsu certamente, ao optar por desenvolver um projeto social, irá dar aulas da arte marcial em que se especializou. Essa dimensão do encontro entre a sua trajetória anterior e seu fazer atual (o trabalho policial) não pode ser desprezada na análise do fenômeno. É claro que apenas policiais com especialização anterior são capazes de desenvolver com mínima competência um projeto social.

A aproximação entre trajetórias individuais e policiamento de proximidade pode ser encarada como uma estratégia interessante para manter o policial motivado em desenvolver ações de proximidade, ao passo que condiciona essas ações às habilidades anteriores à entrada desses atores na instituição. O que mais uma vez salienta a falta de diretriz clarificada sobre o que venha a ser policiamento de proximidade.

O momento que os projetos acontecem são também uma forma interessante e alternativa para se enxergar o impacto deles em diversos campos analíticos diferenciados. Compreender se o policial desenvolve o projeto em horário de serviço, de folga ou se ele possui flexibilidade na escala diz muito sobre o nível de comprometimento daquela UPP em ações desse tipo. Um policial que desenvolve o

projeto em seu horário de folga demonstra um comprometimento com a ação, mas não necessariamente com a estratégia de policiamento de proximidade, já que ele passa a ser agente de uma ação descolada do trabalho policial. Já aquele que realiza suas ações durante o expediente demonstra que naquela UPP esse tipo de ação é encarado como uma forma possível de trabalho policial, representado na maioria das vezes como uma maneira preventiva de atuação. Para aqueles casos em que os policiais tem flexibilidade da escala foi observada uma certa indisposição do restante do efetivo, pois aumenta as chances desses serem sorteados para dias em que não desejam trabalhar, o que certamente prejudica a integração da tropa a esse tipo de atuação.

Outro fator crucial para a análise desse fenômeno é o comprometimento do comandante da unidade no desenvolvimento desses projetos, sendo o horário e suas múltiplas possibilidades supracitadas, um bom exemplo da influência dele de forma positiva ou negativa para esse tipo de ação. De maneira geral, foi observado em campo que a trajetória individual dos atores dos projetos e a disposição do comandante da unidade para esse tipo de ação são as principais motivações para o desenvolvimento dos projetos. Analisar essas duas dimensões se mostra uma estratégia eficaz para abarcar o fenômeno nas suas mais variadas formas de apresentação.

Apostar nesses projetos como pertencentes a uma rede de sociabilidades maior, em que se encontram as estruturas da PMERJ, da SESEG e das organizações presentes no próprio território parece-me uma abordagem ampla, porém possível e interessante. Alguns autores, como Bruno Latour (2005) e Marilyn Strathern (1996) propõem justamente seguir os nativos, tomando como princípio o fluxo de relações existentes em rede. Nesse sentido, o social não deve ser a explicação dessas relações e sim o que deve ser explicado.

### **Capítulo 3**

#### **A paz pelo social**

##### *POLICIAIS DE UPPS LEVAM PROJETOS SOCIAIS PARA COMUNIDADES*

*O trabalho de policiais militares lotados em UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) tem ganhado novo significado. Além de garantir a segurança, os PMs estreitam os laços com os moradores por meio de projetos sociais. Atualmente, são oferecidos 54 cursos e oficinas em 33 comunidades. As iniciativas incluem escolinhas de futebol, reforço escolar e aulas de dança, música e lutas, além de ginástica para a terceira idade. Os policiais também promovem passeios culturais.*

*Para o comandante-geral das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), coronel Frederico Caldas, os projetos mostram uma outra característica da PM.*

*- A atuação destes policiais tem trabalhado uma nova forma de a população interagir com a polícia”, explicou o coronel.*

*A comunidade do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio, é uma das beneficiadas pelas ações promovidas por policiais. Os soldados da UPP local passaram a dar aulas de reforço escolar para crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 13 anos. A oficina foi iniciada no começo de maio e já atende a 58 alunos. A dedicação de um trio de professoras tem atraído, a cada semana, novas inscrições.*

*- Sou formada em Matemática e sempre quis ensinar crianças a gostarem de cálculos - disse a soldado Monique Cruz.*

*As aulas reforçam lições de Português e Matemática.*

*- Vamos treinar leitura, interpretação de texto e ajudar a revisar questões para provas - explicou a policial Beatriz Ribeiro.*

*A pequena Anna Clara Vieira, de 7 anos, está melhorando o Português com as soldados.*

*- As aulas me ajudam a aprender a escrever e a ler melhor - afirmou Anna Clara.*

*Também no Jacarezinho, três policiais se dedicam aos jovens e dão aulas de karatê, muay thai e judô.*

*- Já estamos com 50 alunos inscritos, com idades entre 9 e 17 anos - disse o soldado Lucas da Silva.*

*Na UPP da Mangueira, a oficina do PM Eric Alves segue ao som de funk, axé, pop e hip hop. Cursando Educação Física, o professor ensina dança aos jovens da comunidade da Zona Norte do Rio.*

*- A atividade trabalha a criatividade, coordenação motora e sensibilidade. As oficinas são uma forma também de aproximar os pais dos alunos das UPPs. Vejo que eles sentem segurança ao ver que os filhos podem brincar no pátio do condomínio da Mangueirinha, onde dou as aulas - afirmou o PM.<sup>36</sup>*

*Fonte: Imprensa Oficial RJ*

A matéria acima é da imprensa oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro, fala com tom de entusiasmo sobre os projetos sociais protagonizados por policiais como forma de gerar a proximidade e garantir a eficácia do processo de pacificação. Ora, se dizemos que as formas práticas da polícia de proximidade dão conta do processo de pacificação, podemos afirmar, sem sombras de dúvida que os projetos sociais protagonizados por policiais são a radicalização da tentativa de geração de

---

<sup>36</sup> Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2098225>

proximidade e empatia entre os policiais e os moradores, mas o próprio termo pacificar ainda não encontrou seu lugar nas práticas cotidianas, não se sabe em que momento está sendo desenvolvida a pacificação.

Como já discutimos no capítulo I a pacificação é o horizonte de atuação, mas também é modo e ainda é processo. O grande problema é que a onipresença da pacificação se faz confusa inclusive para os seus operadores, os policiais da ponta.

Se a falta de definição e diretriz clara sobre pacificação e proximidade dão o tom para as UPP, com os projetos sociais feitos por policiais não é diferente. A confusão maior consiste nos objetivos dos projetos. Mais uma vez a dificuldade em distinguir o que é meio e o que é fim traz nebulosidade para a ação policial.

Ao conversar com os policiais que realizam projetos os indaguei qual era o objetivo daquelas atividades, além disso, porque eles a consideravam importantes naquele contexto.

As respostas foram unânimes, todos consideravam o objetivo final do projeto a aproximação da polícia com os moradores, gerar proximidade era a atividade fim do projeto enquanto sua real ação ficara em segundo plano. As aulas de ginástica para a terceira idade que acontecem na Nova Brasília têm como principal norte a mudança da imagem da polícia perante os moradores e a consequente aproximação e não a melhoria de saúde dos idosos, por exemplo.

Vale lembrar que os projetos compõem o “Programa de Proximidade”, nesse sentido é razoável que a principal preocupação deles seja a geração de empatia entre a instituição e os moradores. De alguma forma os projetos são as atividades de longo prazo do “Programa”, aquelas que dão conta do dia a dia, que buscam construir através da convivência uma relação de confiança.

O problema que nasce daí é que as atividades são entendidas sob a ótica da prevenção. Ainda pensativo sobre o tamanho do mandato policial, busquei entender no campo se os “policiais de projeto” consideravam a atividade que desempenhavam como própria do fazer policial e se sentiam mais ou menos policiais por desempenha-las. O retorno que obtive é que os projetos seriam na verdade uma forma de prevenção à criminalidade, que através deles, inclusive, poderiam se aproximar da população e obter mais informações sobre os criminosos da localidade.

Nesse sentido, os policiais de projeto reivindicam para si o fazer policial ao realizar essas atividades, e mais, enxergam nelas uma forma de prevenção direta, isto é, ao passo que as pessoas (especialmente os jovens) participem de projetos protagonizados por policiais terão menor incidência no crime e delatarão pessoas em atividades criminosas. Os projetos então seriam na fala dos policiais que os realizam uma atividade preventiva e uma forma de coletar denúncias.

Na prática nunca se conseguiu informações relevantes através desse contato produzido pelos projetos, ao contrário, todos relataram que quando há confrontos, mortes e a situação se acirra entre policiais e traficantes, o público do projeto cai bastante, para eles, por medo de represálias aos que estão convivendo com policiais.

## **Os projetos da Nova Brasília**

A UPP da Nova Brasília, através do “Programa de Proximidade” conta com cinco projetos sociais que tem um policial lotado na base como protagonista, são eles: “Berimbau pede paz”, “Winner na Comunidade”, “Lutando pela Esperança”, “Craques do Futuro” e “Ginástica para Todas”.

Todos os projetos nasceram juntos, fazem parte de uma ação orientada do comandante da unidade que reuniu toda sua tropa e perguntou quem desejaria e tinha aptidão em alguma atividade para realizar projetos sociais, cinco soldados se ofereceram. Os projetos então não nasceram do desejo inicial dos seus protagonistas, não que eles não quisessem o fazer, longe disso, mas é interessante perceber a articulação maior em que eles se encontram pelo “Programa de Proximidade”. A distinção entre essas ações de longo prazo (os projetos) e as ações pontuais (baile e evento de UFC) foram formuladas pelo próprio comandante, mentor das ideias envolvidas em seu “Programa”. Os projetos citados acima foram formulados por seus protagonistas, mas a existência deles enquanto uma política de proximidade é de responsabilidade total do comandante da unidade.

A centralidade do comandante nos projetos possui implicações, se por um lado ele consegue não tirar o foco das ações e garantir que elas sejam integradas, por outro, a alta frequência com que os comandantes são trocados de UPPs pode gerar descontinuidade nas ações, mais a frente perceberemos que justamente isso ocorreu.

Ao trazer para si a formulação da estratégia de proximidade da UPP o comandante da unidade evidencia que não há por parte dos gestores da SESEG e do CPP uma orientação clara sobre como deve ser feita estratégia de policiamento de proximidade, a personalização das táticas, dão o tom e são comuns nas UPPs, devido ao limbo institucional em que se encontram.

Nesse sentido, essa estratégia pensada pelo comandante é incomum no restante das UPPs. A Nova Brasília era a única das unidades que possuía um “Programa de Proximidade”, a única que tinha em seu bojo, ações conjuntas orientadas com a finalidade da proximidade que se organizavam em ações de curto e longo prazo. Ainda que nenhuma dessas atividades estejam descritas sob a forma de um projeto, isto é, estruturadas com justificativa, metas, público-alvo e etc., pode-se dizer perfeitamente que há uma organização em torno delas e que todas acontecem orientadas com um mesmo fim, a proximidade.

Para o comandante essa organização é clara, a ideia passada é que todas as ações são uma engrenagem que funciona voltada a gerar proximidade, para ele, essas atividades são o centro desse tipo de policiamento, é isso que distingue as UPPs dos outros batalhões, as ações de aproximação com a população. Tão clarificada é essa ideia que o local escolhido para a realização dos projetos são diversificados de forma intencional, como me relatou o Major:

*“Todos os projetos iam pra Vila Olímpica<sup>37</sup>, sempre pra lá, assim que cheguei o pessoal reclamou comigo, tive que dar um jeito nisso. Os nossos projetos acontecem por toda a comunidade, espalhados, temos que ganhar capilaridade na proximidade, senão só vamos estar próximos de quem já tá perto da gente...”*

---

<sup>37</sup> Vila Olímpica Carlos Castilho localizada na entrada da favela da Grota, no Complexo do Alemão, na Rua Itararé.

Na fala do Major, esses projetos tem a mesma lógica de ocupação territorial do policiamento dito convencional. Para ele, concentrar os projetos em um lugar só, é como colocar todos os policiais de uma cidade para patrulhar a mesma rua, onde ali teríamos resultados efetivos e no resto da cidade a criminalidade subiria, por isso, ele busca esse ganho de capilaridade, de forma com que “toda” a favela seja contemplada e tenha acesso aos projetos sociais empreendidos pela UPP.

### **Craques do Futuro**

O projeto Craques do Futuro é liderado pelo soldado Bruno Baysan, trata-se de aulas de futebol de salão para crianças e jovens de seis a dezoito anos, teve início em julho de 2012 e não está escrito sob o formato de um projeto. As atividades acontecem no ponto central da Nova Brasília, a Praça do Terço, parte baixa da favela.

Os alunos são todos do sexo masculino e totalizavam em média cinquenta matriculados. O número de frequentadores variava a cada episódio envolvendo violência entre policiais e traficantes. Para o soldado as crianças ficavam com medo de ter sua imagem associada a um policial milita e preferiam parar de ir nos treinamentos, ainda que voltassem quando os ânimos se acalmavam.

As aulas aconteciam às segundas, quartas e sextas, sempre pelas manhãs. No começo do projeto o soldado ministrava as aulas com roupas pessoais, mas com o passar do tempo o comandante da unidade optou por institucionalizar mais fortemente o “Programa de Proximidade” e criou uma camisa própria para os policiais protagonistas de projetos. Logo ele passou a construir a interação com as crianças com uma camisa cinza, com a logomarca do “Programa” e short azul marinho ou preto.

O nome do projeto, segundo Bayzan, surgiu com a necessidade desses jovens terem uma perspectiva de futuro e que acreditava que seu projeto poderia gerar mais cidadania para eles, porém é taxativo ao falar sobre o objetivo do projeto, que seria o de aproximar a população dos policiais e mudar a imagem da polícia com a população local. O soldado prosseguiu afirmando que a ociosidade é um dos maiores

problemas da Nova Brasília, dentro disso, esse projeto também ambicionava a prevenção a atividades criminosas, “já que mente vazia é oficina do diabo”, segundo ele.

Bayzan é formado em Educação Física e exerce as atividades do projeto durante seu horário de serviço, conta também com a ajuda do Soldado Faustino, que o “cobre” em uma eventual falta. As atividades do projeto não se restringem às aulas ministradas na quadra, segundo o Soldado:

As atividades não se restringem às aulas ministradas na quadra, segundo o Soldado:

*Adoro levar essa molecada pra passear, gosto de levar nos clubes<sup>38</sup>, no zoológico, em monte de lugares. Tem que ampliar o horizonte, tem criança dessa que nunca saiu da favela, o que vai querer da vida? O que conhece da vida? Vai ser bandido, vai ser bandido....Nunca viveu nada diferente disso daqui.*

Perguntei a ele então o que os pais achavam dos filhos passearem com policiais.

*Pô... Isso me deu maior trabalho. Tive que ir na casa de um monte de crianças pra conversar com o pai, me apresentar. Tem que construir relação de confiança, eu não deixaria meu filho sair com qualquer um, ainda que fosse policial. Prefiro os pais que são mais exigentes do que os que deixam filho solto por aí, pronto pra virar “ganso”<sup>39</sup>.*

O “Craques do Futuro” organizou também dois campeonatos de futebol de salão, no mesmo local onde acontece as atividades. Ambos foram relatados com

---

<sup>38</sup> Os alunos chegaram a visitar o Clube de Regatas Vasco da Gama em novembro de 2012.

<sup>39</sup> Expressão muito utilizada por policiais para designar pessoas em atividade criminosa.

orgulho pelo mentor do projeto que disse que fora o ápice da realização profissional, pois sabia que estava transformando vidas através do esporte.

## **Winner na comunidade**

Com nome excêntrico misturando o inglês e o português, o soldado Israel batizou seu projeto de aulas de tênis para crianças na Nova Brasília. Para ele o aprendizado do esporte abre o horizonte dos moradores, pois ali poucas pessoas teriam acesso ao esporte que é geralmente praticado pela burguesia. Nas palavras dele:

*O pessoal fica muito surpreso quando eu falo que dou aula de tênis, aqui ninguém teria acesso a esse esporte, dizem que é só pra playboy, até que é de viado já me falaram, mas a real é que só precisa de raquete, bola e rede e é super divertido, pelo menos a criançada tá gostando, estou dando acesso a uma coisa que eles não teriam.*

Como estratégia de mobilização para as aulas ele criou uma parceria com uma escola local, a Mourão Filho, situada na comunidade. Passou de sala em sala para divulgar os benefícios do esporte e as possibilidades de diversão em torno dele. À princípio ele não contou que era policial por medo de afastar as crianças das atividades.

Israel me confidenciou que esse não é um assunto durante as aulas. Prefere não falar sobre isso já que o projeto é muito recente ele tem o medo de perder os alunos caso circule a informação que ele é um policial militar. O problema nisso é que o objetivo que ele aponta para o projeto é a aproximação com a população e melhoria da imagem da polícia, ao passo que ele não conta que pertence a corporação não atinge seu objetivo apontado.

O projeto acontece na quadra da escola e conta com vinte alunos em média. O soldado possui ensino superior incompleto em Educação Física e aponta no projeto um grande estímulo para se manter cursando a universidade.

Por optar em realizar o projeto na escola, o soldado coloca condicionantes para os alunos frequentarem o projeto, em primeiro lugar devem ser alunos da escola, para ele isso ajuda a controlar melhor as crianças. O soldado exige também a frequência escolar, a aprovação em todas as matéria e o bom comportamento. Sobre esse último me relatou o soldado:

*Tênis é um esporte que exige muita concentração e disciplina, é um ganho para eles fazerem essas aulas, vão levar isso pra vida toda, então faço questão que eles sejam bem comportados na escola, num tem como o garoto querer jogar tênis se ele não é capaz de respeitar as pessoas.*

De todos os projetos da UPP esse era o menos institucionalizado durante o trabalho de campo. As aulas ainda não eram regulares e havia uma grande rotatividade dos alunos, o que preocupava o soldado já que não conseguia ter uma rotina de aulas no projeto.

## **Lutando pela Esperança**

De todos os projetos protagonizados por policiais na UPP Nova Brasília, o “Lutando pela Esperança” é, ao meu ver, o mais estruturado. Com quase cinquenta alunos o soldado Charles Enock ministra aulas de boxe chinês<sup>40</sup> e muay thai para jovens de 13 a 18 anos, moradores do Complexo do Alemão.

As aulas acontecem em dois espaços, na Escola Estadual Tim Lopes, localizada na Estrada do Itararé e na Praça do Terço, desde julho de 2012. E atende

---

<sup>40</sup> Também conhecido como Sanda ou Sanshou.

ambos os sexos. Uma característica chamou a atenção nesse projeto, o soldado alegou que fez uma pesquisa através de dados secundários de características sócio demográficas da região para entender qual deveria ser a abordagem dele com os alunos e evitar generalizações comportamentais e preconceituosas dos participantes do projeto.

Esse tipo de análise é muito importante, pois ele coloca como objetivo principal do projeto a aproximação da polícia com os moradores, para ele essa proximidade não é espontânea e conhecer quem é aquele morador é o primeiro passo para que se tenha uma relação melhor.

Outro ponto que chama a atenção no projeto é a exposição que ele tem externa ao Complexo do Alemão, participando de competições, angariando padrinhos mestres na arte marcial, e conquistando um know-how que nenhum dos projetos analisados consegue.

O soldado, diferentemente dos outros projetos, fala que nunca teve dificuldade em realizar as atividades por ser policial, disse que não esconde, fala disso abertamente mas nunca sentiu nada de diferente por esse fato. Isso vai na contramão do que todos os outros projetos relataram, cabe saber os motivos disso, se é uma falta de percepção do soldado ou se o fato do projeto ser mais estruturado e dele ter conhecimento sócio demográfico da região facilitou no ganho de empatia.

No escopo do projeto, Enock é pontua quase como um mantra que o maior ganho do projeto ainda não era a proximidade, mas sim a disciplina e o respeito adquirido pelos jovens que participam das atividades. Pra ele as artes marciais trazem consigo um nível de dedicação e disciplinarização que são muito importantes para os jovens da favela. Para ele, as referências dos jovens mudariam com o desenvolvimento do projeto e em certo momento me perguntou se eu achava que algum daqueles jovens desejaria ser policial militar, respondi: - *Acho que quererão ser lutadores, não?! E sorri...*

## **Ginástica para todas**

O projeto Ginástica para todas, liderado pelo soldado Faustino tem um público diferenciado dos outros projetos que compõem o “Programa de Proximidade”, foca no público adulto e terceira idade. Consiste em aulas de freestyle; badminton; aulas de ginástica; alongamento e aeróbico.

Faustino me trouxe que seu desejo inicial era trabalhar com as crianças, já que para ele são mais fáceis de mudar a mentalidade e voltarem-se a favor da polícia, porém, percebeu que nenhum dos projetos abarcava o público adulto e terceira idade, estrategicamente mudou o foco das atividades para ganhar esse nicho. Mais uma vez aqui aparece a dimensão tática que os projetos da UPP possuem ao tentar abarcar diversas idades e localidades. Os projetos não acontecem de forma isolada, e sim, compõem uma estratégia de proximidade.

As aulas, curiosamente, acontecem na vila olímpica, justamente o local que o comandante disse concentrar os projetos sociais do Complexo do Alemão. As atividades acontecem de 7 às 08:30 da manhã nas segundas, quartas e sextas. Como trata-se do público adulto o soldado revelou que tem dificuldades de realizar ações externas, como por exemplo os passeios, comuns em outros projetos, porém, disse que sempre que há um aniversário de alguma das integrantes do grupo há café da manhã e confraternização.

De todos os policiais que tive a oportunidade de conversar sobre o assunto, o soldado Faustino me pareceu o mais entusiasmado com a temática, disse que por ele institucionalizava e obrigava todas as UPPS a terem projetos, que isso sim é policiamento focado na prevenção e no diálogo. O soldado cita também a importância da família para o processo de pacificação, nas palavras dele:

*Queria trabalhar com crianças porque assim sei que atingiria a família, acabei indo direto neles, sem a família apoiando os garotos vão pro tráfico, encontram apoio, por isso esses projetos que a gente faz são importantes, ocupa o tempo livre*

*deles. Mas a família tem que chega junto, se ficarmos sozinhos num vamos arrumar nada.*

A mudança da imagem da corporação apareceu diversas vezes na fala do soldado que acredita que o caminho para isso são os projetos sociais. A crença nesse tipo de atividade vai de encontro à reflexão que elas são uma forma de prevenção à criminalidade, em um fluxo onde a mudança de imagem da polícia inibiria a ação de criminosos, teria uma população que confiaria mais na polícia.

A confiança mútua é uma parte importante da co-gestão da segurança pública, crucial para o policiamento de proximidade, porém está longe de ser suficiente, abrir canais de diálogo e colocar a participação efetiva como pressuposto do policiamento é importantíssimo para a realização de uma política de proximidade real.

## **Berimbau pede paz**

A trajetória dos protagonistas do projeto foi o que levou que essas atividades acontecessem na Nova Brasília, com outras trajetórias, outros projetos aconteceriam. O soldado Blunk, talvez seja o mais expoente de como a trajetória dos operadores influenciou na concepção do projeto.

Com uma história de quase dez anos envolvido em projetos sociais, graduado em letras, Blunk disse que era um caminho natural para ele dentro da instituição atuar em uma área que não fosse apenas no confronto direto e armado, o soldado me confidenciou que essa era uma expectativa dele em entrar para a PMERJ. De alguma forma Blunk afirma que já tinha no horizonte a possibilidade de realizar projetos sociais através da atuação como policial.

O Berimbau pela Paz acontece na sede da ONG Afro Reggae, que curiosamente é localizada no perímetro de outra UPP, a do Alemão. De acordo com ele foi o único lugar que lhe abriu as portas, já que as aulas são diárias, teve muita dificuldade em encontrar espaço para realização dos projetos.

O soldado engrossa o coro de que o objetivo central do projeto é de aproximar a polícia do cidadão e fez questão de afirmar que o último de seus objetivos é formar esportistas, que na verdade ficará feliz se um deles transformar-se em um grande capoeirista mas que não tem nenhuma expectativa que isso aconteça. Pelo contrário, pensa em formar cidadãos respeitadores.

A Nova Brasília é a terceira UPP que o soldado Blunk é lotado, antes passou por Pavão-pavãozinho/Cantagalo e Borel, na fala dele busca mobilizar essa experiência de quatro anos em UPPs para legitimar as compreensões sobre proximidade e sobre a importância dos projetos no âmbito da UPP.

O projeto é voltado para o público jovem, até os dezoito anos de idade e busca realizar diversas apresentações públicas e passeios de modo que o “grupo seja fortalecido” como bem disse o soldado Blunk. O público de quase cem pessoas evidencia o sucesso no âmbito esportivo do projeto na Nova Brasília, porém todos os projetos colocam como objetivo principal a proximidade com os moradores e a melhoria da imagem da polícia, vale refletir com um pouco mais de minúcia se essas atividades servem a esse fim.

### **Escala diferenciada**

Após buscar conhecer mais os projetos realizados nas UPPs, conversar com seus operadores, inclusive realizando entrevistas semi-estruturadas, tinha uma série de questões desenvolvidas através das informações colhidas nessas conversas e na própria observação na base da UPP e nas ruas da favela.

A impressão que tive foi que esses projetos, de fato, aproximavam a polícia do público atendido. Mas que não tinham eco com os moradores que não tinham ligação direta com as atividades e nem com o restante da tropa lotada naquela UPP. Ora, como falar sobre a gestão da segurança pública se apenas cinco soldados buscavam uma aproximação efetiva e partilhavam desse conceito? E mais, como dar escala a proximidade se os projetos tinham uma abrangência limitada?

Alterei então o rumo da pesquisa para conversar com os policiais que chamarei aqui de “policiamento ordinário” que seriam aqueles que não estão envolvidos em atividades fora do patrulhamento tático. A pergunta era simples e direta, o que eles pensavam sobre os projetos sociais desenvolvidos por policiais e se eles consideravam aquilo uma atividade policial também.

Vale ressaltar que essa pergunta eu fiz também para os “policiais de projeto”, indaguei-lhes os que eles achavam que o restante da tropa pensava sobre essas atividades. A resposta foi unânime ao afirmar que não se tinha uma opinião única sobre o tema, mas que acreditavam que alguns não achavam que aquilo era importante e colocavam esse dilema como sendo típico daqueles policiais que não tinham o perfil da proximidade e que na verdade não entendiam o que eles faziam em uma UPP.

De fato, a percepção dos protagonistas de projetos foi também a minha. Conversei com diversos policiais e as opiniões levantadas foram múltiplas, porém, um número significativo apontou que aquilo não era próprio da atividade policial e que trabalhavam mais pelo fato deles estarem fazendo “projetinhos” ao invés de patrulharem a favela para garantir a segurança dos moradores. O ponto de tensão aqui é claramente a escala diferenciada que os “policiais de projeto” tinham.

Para que os projetos funcionem com uma regularidade mínima os policiais que os operam precisam estar na UPP durante os dias combinados com os alunos, dessa forma, eles eram os primeiros a serem escalados no turno diurno e dias de semana o que aumentava a probabilidade do restante da tropa estar escalada para o patrulhamento noturno e nos finais de semana. Esse problema foi relatado por quase todos os policiais que pude conversar, inclusive aqueles que viam com bons olhos os projetos enquanto atividade preventiva pontuavam os “privilégios” na escala como um problema.

Claramente aqui está a contradição entre a realização de projetos e o que é compreendido como atividade policial. A não institucionalização dessas atividades como ações preventivas geram a impressão no restante da tropa que tratam-se de algo fora do trabalho policial, o que gera um mal estar com o restante da tropa ao passo que são obrigados a trabalhar mais, enxergam esses outros como privilegiados no dia a dia.

## **“Vai ensinar ‘ganso’ a bater na gente?”**

Uma outra pauta levantada por alguns policiais que não realizam projetos era o perigo das aulas de arte marciais para os moradores da favela. Se afirmar que a realização de projetos é uma atividade preventiva já é em certa medida uma essencialização, pois trata os moradores como potenciais criminosos, a noção de que aulas de arte marciais para os moradores é prejudicial traz em seu âmago a dimensão que o morador da favela já é um inimigo.

Mais de um policial trouxe a mesma afirmação, “esses caras estão ensinando ‘ganso’ a bater na gente, daqui a pouco vamos levar porrada na rua”. O fato de alguns policiais falarem a mesma coisa com as mesmas palavras, mostra que esse é um assunto partilhado pela tropa.

Essa dimensão que o morador da favela é um inimigo vai na contramão de todo conceito de proximidade empreendido pelas UPPs, mostra acima de tudo que existem dois mundos em conflito na mesma tropa. Um que crê no compartilhamento da gestão da segurança, que bem ou mal tem isso no horizonte, e o outro que compreende a repressão como modo correto de agir nesses territórios, que enxerga as ações de proximidade como uma forma de prejudicar o trabalho policial real, o da repressão.

O que mais me chamou a atenção nessa análise é que apenas dois dos cinco projetos eram de luta, mas o imaginário que o policial de UPP é menos poderoso do que o do batalhão, é o “Smurf” em antítese com o “Rambo”, faz com que qualquer atividade que não esteja no escopo da repressão seja mal interpretada inclusive internamente nas UPPs, como uma profecia auto cumpridora ou a radicalização do personagem inofensivo.

## **A marca da proximidade**

Imaginar a proximidade como pertencente a um programa integrado fez com que surgisse uma marca para essas ações, uma logomarca do “Programa de Proximidade”, dessa identidade visual foi produzido um uniforme diferenciado para os policiais pertencentes às ações de proximidade.

Observei camisas de três cores, verde, cinza e branca, com a logomarca acima e o nome do projeto correspondente escrito abaixo. Esse “fardamento” diferenciado cria um abismo ainda maior entre os policiais do grupo de proximidade e o restante da tropa. Se a roupa azul clara dos policiais de UPP já geram discórdia pois afasta os policiais de UPP dos outros, esses que realizam projetos se diferem ainda mais com roupas mais confortáveis. Essa distância com o restante da tropa é sentida e lamentada pelo grupo da proximidade, que reivindicam regularmente participar de atividades de patrulhamento de forma que a imagem deles fique melhor com os outros policiais.

A questão do uniforme diferenciado é ambígua também no relacionamento com a população, pois se por um lado facilita a execução do projeto já que a relação com a polícia ainda é tensa e a não utilização da farda oficial descaracteriza o policial tornando a empatia mais facilitada, por outro, não dá identidade corporativa a esses agentes, o que faz com que eles tenham uma proximidade que não é refletida em toda corporação.

O grande desafio posto para o comandante da unidade era de cerzir em toda tropa a noção que realizar a proximidade era também uma forma de prevenção e que isso ajudaria a reduzir os confrontos. O major me relatou que tinha muita dificuldade em trazer essa noção para aqueles policiais que supostamente não tem o perfil de proximidade e que de alguma forma tentava que fossem menos truculentos, em uma noção que ele chamava de “proximidade pela abordagem”, mas que também teve dificuldades em me precisar o que seria isso. Para ele apenas um trabalho de longo prazo seria capaz de mudar a mentalidade dos policiais e que não seria apenas na UPP Nova Brasília que o problema seria resolvido, mas deveria partir da institucionalização dos projetos e da proximidade como prática constante na PMERJ.

## **O fim do “Programa de Proximidade” na Nova Brasília**

No dia 06 de setembro de 2013, o Coronel Frederico Caldas, comandante do Centro de Polícia Pacificadora, anunciou uma grande “dança das cadeiras” no comando das UPPs, vinte e cinco majores e capitães trocaram de território, entre eles o Major Rodrigues, comandante da Nova Brasília.

Como já relatei em diversos pontos dessa pesquisa o limbo institucional que as UPPs enfrentam com a falta de diretriz clara sobre a sua atuação cria uma justaposição entre meios, fins e modos do que seria o policiamento de proximidade, dessa forma o comandante da unidade passa a ter um papel central na formulação e execução dessas estratégias que acabam por ser diferentes em cada UPP.

Dois grandes problemas estão postos com essa centralidade do comando da unidade nas estratégias de proximidade, o primeiro é que as ações partirão do sistema de crença desses oficiais e não de uma ação pensada em comum acordo com os gestores da SESEG, em outras palavras, as ações de proximidade ocorrem de acordo com o que cada comandante acredita ser o melhor para a sua UPP e para o território que atua, ora, o diferencial da política de pacificação é justamente o fato de se ter uma polícia de proximidade, porém a execução disso parte do sistema de crenças dos seus operadores, o que do ponto de vista da gestão pública é uma incógnita, afinal de contas, como garantir que todos os comandantes tenham os valores partilhados pela gestão?

O segundo ponto de incoerência gerada pela centralidade do comandante na geração de proximidade é a descontinuidade das ações. Se toda estratégia de atuação das UPP está focada em uma figura, caso ele saia, ou seja deslocado, o que é muito comum na PMERJ, todas as ações provavelmente terminarão junto com seu mandato. E foi justamente isso que aconteceu na UPP Nova Brasília.

O Major Rodrigues foi convocado a assumir a UPP da Mangueira na “dança das cadeiras” dos comandantes e dessa forma todos os projetos que aconteciam no territórios foram subitamente interrompidos, já que sem o apoio do comandante é impossível a manutenção dos mesmos. No seu lugar assumiu o capitão Glauco, ex

comandante da UPP Providência, que possuía uma outra visão sobre a proximidade nas UPPs .

Como é prática na troca de comando, Rodrigues levou consigo os policiais que realizam os projetos para implementá-los na UPP que assumiria, levando assim o “Programa de Proximidade” para a UPP Mangueira.

## Considerações finais

O termo pacificação, que dá nome ao programa, dá o tom de uma solução formulada que é avessa aos conflitos. Tal ótica camufla a potência criativa dos mesmos como eventos que possibilitam trazer à superfície divergências e interesses, que possam colocar o conflito como possibilidade real de participação democrática na construção de um estado democrático de direitos. Conforme apontam diversos estudos sobre a relação entre Estado e sociedade no Brasil<sup>41</sup>, a administração de conflitos tem dois vieses: um deles é o da repressão violenta e supressão da possibilidade de surgimento de conflitos; o outro é a pseudo-harmonização cuja intenção é de calar demandas de grupos e indivíduos entendidos pelo Estado como ameaçadores de uma determinada ordem social. E, neste caso,, o foco é posto nos grupos que lutam por direito à vida dos cidadãos ditos indesejáveis, leia-se, jovem, negros, moradores de favela.

Com o advento das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, os discursos oficiais, midiáticos e acadêmicos<sup>42</sup> reafirmam o conceito de “retomada do território por parte do Estado”, sendo a polícia o bastião da liberdade, do direito de ir e vir e principalmente da chegada do Estado aos territórios frequentemente representados como anômicos, que viviam sem leis compatíveis com a constituição brasileira, com comportamentos próprios e sob o jugo do tráfico de drogas. Nesse sentido, a polícia passa a ter um papel de abre-alas para todo aparato burocrático administrativo Estatal ter acesso a esses territórios, como se as estruturas de governos estivessem apenas esperando a garantia de segurança de seus funcionários para poder atuar nesses espaços.

Os novos arranjos inaugurados com o advento das Unidades de Polícia Pacificadora fazem com que a vinculação entre microterritórios e o Estado tire suas cascas. Vale lembrar que o histórico de relacionamento das favelas com os sucessivos governos é de tensão, e há uma visão generalista da coisa pública como um espaço negado àqueles residentes em seus territórios<sup>43</sup>.

Não pretendo tratar a complexa dinâmica social envolvida na relação entre o Estado e a sociedade em sua operacionalização como um conjunto performático produzido por um programa, como bem nos mostrou Turner em seus “dramas sociais”,

---

<sup>41</sup> Ver Kant de Limaç, Da Matta carnavais, malandros e herois.

<sup>42</sup> Ver Barbosa (2012), Silva (2010), Leite (2012).

<sup>43</sup> Ver Burgos, 1999.

“a ação viva jamais pode ser a consequência lógica de qualquer grande plano” (Turner, 2008). O que buscarei é o conjunto de práticas do Estado que permeiam o constructo do imaginário desses cidadãos. O desafio atual posto para as recentes etnografias é de cerzir o Estado, seus essencialismos e sua estrutura formal com a experiência cotidiana e sua construção nas relações práticas administrativas. Unir analiticamente o balcão e a estrutura superposta. Compreender, acima de tudo, como valores são agenciados nas práticas das relações sociais<sup>44</sup>.

A aderência da polifonia do imaginário do Estado que retoma um território e sua operacionalização através da PMERJ no Complexo do Alemão deve ser pensada considerando que o “Estado é um conjunto de instituições e estratégias que se apoiam nos mecanismos sociais mais cotidianos e, em princípio e ao contrário do que se gosta de imaginar, em tais práticas que conformam o Estado está presente uma série de dimensões que os antropólogos costumam estudar: as crenças e os mitos, o localismo e a segmentaridade, as identidades e os estereótipos (Goldman, 1998).

Para Goldman, que brilhantemente resenha Herzfeld, pensar em Estado-nação significa essencialmente pensar nas experiências e relações dos indivíduos. A preocupação central é como a antropologia pode contribuir no pensamento sobre os Estados nacionais e seus essencialismos. Goldman diz:

*E aqui se fecha o círculo, na medida em que o antropólogo, que encara esse Estado-nação em seus planos de existência mais concretos - aqueles das experiências vividas pelos indivíduos e grupos que nele habitam -, percebe imediatamente que o que se denomina com esse nome consiste, na verdade, em um conjunto aberto de agentes e operações, possuindo como denominador comum o fato de estarem voltados para uma "despoetização" da vida social, ou seja, para a essencialização, naturalização e literalização de experiências sociais sempre múltiplas e polifônicas. E aqui, de fato, o Estado encontra a cultura.*

---

<sup>44</sup> Ver Herzfeld (2005)

O conceito de “despoetização”, dá conta do contraponto à “poética-social” de Herzfeld, que traz a(s) fronteira(s) dos modelos oficiais do Estado-nação com a experiência comum dos cidadãos que os operam. Sobre esse ponto, Goldman esclarece:

*A "poética social" não se confunde, entretanto, com a "poesia", e seu estudo não consiste de forma alguma em um "esteticismo" ou mesmo em uma "estética". ...uma coisa são os modelos antropológicos "baseados na linguagem", e outra, muito diferente, aqueles "derivados da linguagem" (:145). Se os primeiros consistem em tentativas mais ou menos bem-sucedidas de esboçar semânticas e/ou sintaxes socioculturais, os segundos devem se concentrar nos aspectos pragmáticos da linguagem ou da sociedade, ou seja, nos agentes, suas relações e suas práticas. É a retórica, na forma de uma "retórica social", que deve servir de inspiração ao antropólogo, não a gramática, que tende a conduzi-lo na direção de formalismos e universalismos sempre mais ou menos duvidosos.*

A pergunta que se coloca é: o que essa “retórica social” - considerando os aspectos “pragmáticos de linguagem” - nos diz quando se embute nela um discurso de retomada de um território? Em primeiro lugar já podemos afirmar que se o discurso é de retomada pressupõe-se que havia um domínio do Estado daquelas regiões e que em algum momento este se perdeu. Ora, se analisarmos a conflituosa relação entre a formação das favelas e o aparato burocrático estatal, somando à ausência de serviços públicos eficientes, fica difícil imaginar uma harmoniosa presença do Estado nesses territórios.

Os discursos oficiais de inauguração das UPPs (pude acompanhar ao menos 10 deles, inclusive os do Complexo do Alemão) sugerem que a “polícia pacificadora” é o agente do Estado capaz de readquirir a legitimidade institucional frente à sociedade e aos moradores das favelas. A inauguração de uma UPP é considerada como o ponto de partida da chegada da “civilização”, a pavimentação para a “entrada da cidadania”. Conforme podemos perceber na fala do secretário José Mariano Beltrame, que bradou

na inauguração da UPP Fé/Sereno na Penha: “A polícia fez sua parte, livramos o território da barbárie, do jugo dos traficantes. A Penha está livre para receber os serviços que a população tanto precisa”.

Vê-se que o ponto de partida para o “processo de pacificação” é a oposição entre a chegada da civilização e a barbárie preexistente. O entendimento é que a presença policial não é ainda por si só a civilização, mas o único caminho possível para a entrada de “serviços” que, por sua vez, significariam a entrada da civilização nas favelas. Esse cenário de barbárie é frequentemente associado a dois fatores principais: a presença ostensiva do tráfico de drogas como regulador daqueles territórios e a uma falta de civilidade dos moradores ao cuidar dos próprios espaços de moradia, como por exemplo a quantidade de lixo espalhado e a gestão ineficiente do ordenamento público. Desta forma o Estado tira de si a responsabilidade sobre esses dois fatores.

Sobre a relação da PM com o “jugo do tráfico” e o horizonte das UPPs, Barbosa (2012) nos aponta:

*O uso de armamento pesado – fuzis, granadas e metralhadoras – e de forma ostensiva é um dos aspectos desse modelo que agora parece estar desaparecendo com a chegada das UPPs. Entretanto, o que nunca se pergunta adequadamente é qual o papel da polícia como progenitora desse filho feio, o tráfico de drogas no Rio de Janeiro? Como a ação policial foi definitiva na produção dessa territorialidade do comércio de drogas, a qual hoje cai em desuso? E aqui a referência não é somente aos governos complacentes (como foi acusado o governo Brizola) ou à corrupção policial em suas diversas modalidades (vendendo armamento e municando os traficantes; cobrando um alvará de funcionamento das bocas de fumo – o chamado “arrego”; sequestrando e depois liberando ou matando lideranças do tráfico mesmo após o pagamento – a “mineira”; invadindo territórios para enfraquecer um grupo local e permitir assim a entrada de grupos inimigos).*

*A polícia, mesmo trabalhando de forma repressiva, produzia esse tipo de territorialidade. Por quê? Porque o combate pontual fornecia o modus operandi de controle territorial. Tratava-se de um combate militarizado e, portanto, era necessário operar na base da contenção, utilizando os armamentos também como mecanismo dissuasório.*

O que o autor nos aponta é que a PMERJ teve um papel fundamental na produção da barbárie combatida por ela mesmo, assim como a ausência de serviços básicos criaram nessas localidades poucas alternativas de ordenamento, gerando acúmulo de “lixões”, saneamento precário e ruas e vielas deterioradas. Burgos traz luz a essa discussão quando encara a criação dos parques proletários como forma de higienização forçada desses territórios:

*Assim é que a descoberta do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade, o que explica o sentido do programa de construção dos parques proletários, que tem por finalidade, acima de tudo, resolver o problema das condições insalubres das franjas do centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana.*

A conclusão que podemos chegar é que o Estado cria e combate as condições de exclusão, ele é protagonista e antagonista da barbárie e busca ser o detentor da civilização que chegará com a ostensiva presença policial.

Ora, o conceito de “retomada do território pelo” repetido como um mantra pela grande imprensa e pelos administradores estatais cai por terra. Como o Estado retoma um território no qual ele mesmo produziu as condições de degradantes ali presentes? E mais, qual a fórmula de apropriação e garantia que “agora será diferente” se a própria presença dos atores e políticas estatais que produziram essas condições são análogas ao que o próprio Estado chama de “civilização”?

## Referências Bibliográfica

- ASAD, Asad, Talal. Introduction. In: ASAD, Talal (ed.). *Anthropology and the colonial encounter*. pp. 9-19. New York: Humanities, 1973.
- \_\_\_\_\_. The concept of cultural translation in British social anthropology. In: Clifford, James; MARCUS, George E. *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. pp. 141-164. Berkeley: University of California Press, 1986.
- BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, 256-265 Ago/Set, 2012.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFSCar. 2009.
- BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. (org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Ed.UFRGS/CNPq-Pronex, 2004.
- BRAVO, R. *Programa Compartilhar/Cheque Cidadão: O difícil equacionamento entre Carências e Direitos*. Dissertação de Mestrado. Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE/FGV-RJ. 2002.
- BURGOS, Marcelo. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BUTLER, Judith. *Antigone's claim: Kinship between life and death*. Nova York: Columbia University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Precarious life: the power of mourning and violence*. London: Verso, 2006.
- CANO, Ignácio (coord.). *Os Donos do Morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.
- \_\_\_\_\_; DUARTE, Thais. (coord.). *“No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CLASTRES, Pierre. “Entre Silence et Dialogue”. In: BELLOUR, Raymond; CLÉMENT, Cathérine (orgs.). *Claude Lévi-Strauss*. pp. 33-38. Paris: Gallimard, 1968.

\_\_\_\_\_. *A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política* (1974). São Paulo: Cosac Naify, 2012.

DAS, Veena. Violence, Gender and Subjectivity. *Annual Review of Anthropology*, 37. pp. 283-99. 2008.

138

\_\_\_\_\_; POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. New Mexico: School of American Research Press, 2004.

DAVIES, Andrew Frank. A paz que queremos seguir? Etnografando reuniões comunitárias organizadas pelos comandos das UPPs. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed.34, 1992a.

\_\_\_\_\_. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed.34, 1992b.

\_\_\_\_\_. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

\_\_\_\_\_; GUATARRI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol.1. São Paulo: Ed. 34, 1995a.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol.2. São Paulo: Ed. 34, 1995b.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, Vol. 3, p. 31-62, 1996.

ENGLUND, Harri; LEACH, James. “Ethnography and the meta-narratives of modernity”. *Current Anthropology*. 41: 225–248, 2000.

FABENI, Raquel; FARIAS, Juliana; MENDONÇA, Tássia. Ação coletiva no contexto das Upps: entre Políticas, Memórias e Resistências. *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*, 2013.

FACINA, Adriana. Pesquisar a favela, pesquisar na favela, pesquisar com a favela. *Vírus Planetário*, v. 11, p. 12-12, 2011.

\_\_\_\_\_. "Eu só quero é ser feliz": quem é a juventude funkeira no Rio de Janeiro. *REVISTA EPOS (eletrônica)*, v. 1, p. 218, 2010.

\_\_\_\_\_. “Não me bate doutor”: funk e criminalização da pobreza. Paper apresentado no

V ENECULT – *V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: ENECULT, 2009.

\_\_\_\_\_; LOPES, Adriana Carvalho. Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 6, p. 193-206, 2012.

FARIAS, Juliana. *Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFRJ, 2014.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". *Cadernos de Campo*, 13:155-161, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

139

\_\_\_\_\_. "Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade". Verve – Revista do Nu-Sol, São Paulo: Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, n. 5, p. 260-277, 2004.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOLDMAN, Márcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 149-153, 2005.

\_\_\_\_\_. *Como Funciona a Democracia: uma Teoria Etnográfica da Política*. Rio de Janeiro: Editora Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. "Os tambores do Antropólogo: Antropologia Pós-Social e Etnografia". *PontoUrbe*, São Paulo. USP. Ano 2, versão 3.0. 2008.

\_\_\_\_\_. "Pierre Clastres ou uma Antropologia contra o Estado". *Revista de Antropologia*, São Paulo. USP. V. 54 Nº 2. 2011.

GOMES, Carla C. *A Lei Maria da Penha e as práticas de construção social da violência contra a mulher em um Juizado do Rio de Janeiro*. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFRJ, 2010.

HEREDIA, Beatriz M. A.; PALMEIRA, Moacir. “O voto como adesão”. In: CANÊDO, Leticia. *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. (orgs). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

HERZFELD, Michael. *Portrait of a Greek imagination: an ethnographic biography of Andreas Nenedakis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

JENSEN, Casper B.; RÖDJE, Kjetil. *Deleuzian intersections: science, technology, anthropology*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2010.

JUSTIÇA GLOBAL (org). *Segurança, tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Fundação Heinrich Boll, 2008.

KULICK, Don. *Travesti: Sex, Gender, and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1998.

LEITE, Márcia. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n.44, 2000.

\_\_\_\_\_. As mães em movimento. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira (Orgs).

*Um mural para a dor: movimentos cívico religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

140

\_\_\_\_\_. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública* v. 6, n. 2, pp. 374-389, 2012.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LOPES, Paulo Victor L. *Sexualidade e Construção de si em uma favela carioca: pertencimentos, identidades, movimentos*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 2011.

LORETTI, P. “Pau no gato”: da regularização da energia elétrica aos mecanismos de controle e repressão, no contexto de “pacificação” da favela Santa Marta. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “A política na favela”. *Cadernos de Estudos Brasileiros*, vol.9, nº 41, 1967.

\_\_\_\_\_. “A Continuidade do ‘Problema da Favela’”. In: OLIVEIRA, L. L. (org.). *Cidade: Histórias e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. (2004) “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. In: RIBEIRO, L. C. (org.). *Metrópoles: entre a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro: Perseu Abramo/FASE, 2004.

\_\_\_\_\_; LEITE, Márcia. Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: Machado da Silva, L. A. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. Afinal qual é a das UPPs? *Observatório das Metrópoles*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. As UPPs, a linguagem da violência urbana e a sociabilidade no Rio de Janeiro. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva, MARAFON, Glaucio José & SANT'ANNA, Maria Josefina (org.). *Rio de Janeiro: Um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma/FAPERJ, 2012.

MATTOS, Carla. Da valentia à neurose: Criminalização das galeras funk, ‘paz’ e (auto)regulação das condutas nas favelas. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 5 - nº 4. pp. 653-680. 2012.

MEIRELLES, Delton Ricardo Soares; ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo; NUNES, Valter Eduardo Bonanni. Entre a legalidade e a informalidade: uma análise sócio-jurídica da mediação comunitária incorporada à política de segurança pública das Unidades de Polícia Pacificadora. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2013.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PALMEIRA, Moacir. Voto: Racionalidade ou Significado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.20, 1992.

141

ROCHA, Lia de Mattos. *Notas sobre experiências de “Pacificação” em favelas do Rio de Janeiro* – Brasil (mimeo), 2011.

RODRIGUES, A; SIQUEIRA, R; LISSOVISKY, M. Unidades de Polícia Pacificadora:

debates e reflexões. *Comunicações do Iser*, número 67, ano 31, 2012.

SÁ, Leonardo Damasceno de. A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 4 – no 2. pp. 339-355, 2011.

\_\_\_\_\_. *Guerra, mundo e consideração: Uma etnografia das relações sociais dos jovens* no Serviluz. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. 2010.

SAHLINS, M. *Historical metaphors and mythical realities: structure in the early history of the Sandwich Islands Kingdom*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1981.

SCHOLTE, B. “Reason and culture: the universal and the particular revisited”. *American Anthropologist*, 86 (4): 960-965, 1984.

SHERIFF, Robin. *Dreaming Equality: Color, Race, and Racism in Urban Brazil*. New Brunswick, NJ: Rutgers UP, 2001.

\_\_\_\_\_. Exposing Silence as Cultural Censorship: A Brazilian Case. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 102, No. 1, (Mar., 2000), pp. 114-132, 2000.

\_\_\_\_\_. The Theft of Carnaval: National Spectacle and Racial Politics in Rio de Janeiro. *Cultural Anthropology*, Vol. 14, No. 1. (Feb., 1999), pp. 3-28. 1999.

SILVA, Hélio R. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1993.

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo. “Rio em forma olímpica: a construção social da pacificação na cidade do Rio de Janeiro”. In: MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre (orgs.). *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas* conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SIQUEIRA, Raíza. “*Eu não dou o peixe pronto. Dou a vara de pescar*”: estudo do cotidiano de um membro da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. 2006.

\_\_\_\_\_. *A Política no Loteamento: Um estudo sobre mediação na Zona Oeste carioca*. 2013. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

- SIQUEIRA, Raíza; GOMES, Bárbara; CARVALHO, Michel; MENDONÇA, Tássia; RODRIGUES, André; LAJTMAN, Tamara. O funk está pacificado? In: In: RODRIGUES, A; SIQUEIRA, R; LISSOVISKY, M. Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões. *Comunicações do Iser*, número 67, ano 31, 2012.
- STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- 142
- VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, 2011.
- WAGNER, Roy. Are there social groups in New Guinea Highlands?. In: MURRAY, J & CAMPBELL, B. Et al (Eds.). *Frontiers of Anthropology: an introduction to anthropological thinking*. pp. 95-121. New York: Van Nostrand, 1974.
- \_\_\_\_\_. "The Fractal Person". In: Marilyn Strathern e Maurice Godelier (org.). *Big Men and Great Men: Personifications of Power in Melanesia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

## Anexo I – Questionário comandante

### BLOCO I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 UPP: \_Nova Brasília

1.2 Nome: \_Marcio Ferreira Rodrigues de Freitas

1.3 Sexo: \_Masculino

1.4 Idade: \_36 anos

1.5 Tempo de serviço nesta UPP (em anos): \_1 ano

1.6 Tempo de serviço na PMERJ (em anos): \_13 anos

1.7 Posto:

- 1. Major
- 2. Capitão
- 3. Tenente

1.8 Pertenceu a outra UPP?

- 1. Não
- 2. Sim. Qual? \_Rocinha

OBS.: verificar se foi cargo de comando

1.9 Como você chegou nesta UPP?

Foi **convidado** para ser subcomandante da UPP Rocinha, onde o exército resolveu sair do Alemão. Ele e o major Edson eram os próximos a assumir, em seguida o major Edson acabou indo para Rocinha e ele para Nova Brasília.

1.10 Em quais unidades operacionais você atuou?

24º BPM/M; 28º BPM/M; 20º BPM/M; GTAN.

1.11 Grau de instrução:

- 1. Ensino Médio Completo
- 2. Ensino Superior Incompleto
- 3. Ensino Superior Completo
- 4. Pós-graduação Incompleta
- 5. Pós-graduação Completa

1.12 No caso de ensino superior e/ou pós graduação, qual a sua área de formação?

Educação Física (UFRJ) e Direito (Estácio)

### BLOCO II – AÇÕES DE PROXIMIDADE

2.1 Quais são as ações e/ou projetos de proximidade desenvolvidos nesta UPP?  
[relacionar e fazer uma breve descrição]

Quando chegou ao Alemão recebeu, a reclamação que todos os projetos iam para Vila Olímpica, que fica fora da comunidade. Procurou os policiais que tinham interesse em desenvolver projetos. Artes marciais, capoeira, ginástica para terceira idade, futsal. Eles foram divididos em áreas diferentes da comunidade para gerar capilaridade. Há também o Pacífica Samba nas escolas e está buscando implementar o projeto Fala Tu que já ocorre na Mangueira.

2.2 Há algum tipo de contato frequente entre o comandante da UPP e a população? Se sim, quais (e como são feitos)? [Reuniões mensais (*diferenciar as reuniões organizadas pela UPP e as que a UPP participa como convidado*), procura dos moradores, cessão do telefone do comandante, utilização do espaço da UPP para algum projeto local, etc.]

Acontece reuniões através da **Associação**, antes havia reuniões comunitárias e até baile Funk da proximidade na Praça do Terço.

2.3 Como é a sua relação com a(s) associações de moradores? E com as lideranças locais?

Possuem uma relação profissional com lideranças locais e a associação.

2.4 Como é sua relação com os outros órgãos do Estado?

Uma relação mais distante, não consegue muita coisa com eles.

2.5 Como os policiais identificam as demandas locais? [verificar quais canais são utilizados]

No **policiamento**, no dia a dia. Não há ainda telefone fixo na base, o que dificulta o encaminhamento de demandas.

2.6 Você recebe demandas por outros serviços? Se sim, como as encaminha? (luz, água, coleta de lixo, esgoto, etc.)

É o que mais recebe. Encaminha todas por ofício. Há um **livro ata** com todas as demandas.

2.7 Quando você precisa reunir a tropa (para capacitação, orientação, etc.), qual local utiliza?

Terceiro andar da Base da UPP. O auditório teve que transformar-se em alojamento, o refeitório é o auditório.

### **BLOCO III – PERCEPÇÕES**

3.1 Você acredita que estes projetos que mencionou são importantes? Por quê?

Sim. Uma maneira do morador ter acesso a polícia num momento mais descontraído, e isso facilita o contato. O tráfico ainda é muito forte na comunidade. A cada vez que há uma ação de proximidade há na mesma proporção a reação do Comando Vermelho produzindo Baile, Campeonato, Capoeira...

3.2 Quais são os efeitos que estes tipos de projetos produzem?

(acima)

3.3 Como você considera que a CPP avalia o trabalho que está sendo desenvolvido por estes projetos e os seus efeitos?

Exerce mais controle e apoia esses projetos.

3.4 E a PMERJ? Qual avaliação que você considera que a PMERJ (o comando) faz sobre este trabalho?

Há vários tipos de Cel com histórias diferentes na corporação e isso influencia na visão deles.

3.5 E a tropa? Em geral, como você acredita que os policiais enxergam este trabalho? [acham que não é serviço de polícia, tutela, etc.]

Há uma visão que os moradores não acham o policial da UPP seja um policial. A ação repressiva bem feita também pode ser de proximidade. Eles buscam o tempo inteiro passar que as ações de proximidade são antes de tudo ações de prevenção.

3.6 Em geral, como foi a receptividade da população aos projetos desenvolvidos pelos policiais? (Verificar se houve resistência/desconfiança da comunidade em relação ao projeto pelo fato de haver policiais na equipe).

Há um sentimento de desconfiança. Acontecem essas reações do tráfico.

3.7 Quais as principais dificuldades encontradas para a realização dos projetos? (verificar se houve resistência pelo fato de haver policiais na equipe/ser realizado na UPP)

A maior dificuldade é o interesse do policial muito ocasionado pela falta de estrutura.

3.8 Como têm sido resolvidas/contornadas as dificuldades?

Com o interesse do polícia